



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

EVELLYN CAROLINY DE JESUS

DISCURSOS SOBRE A REGIÃO, VISÕES SOBRE O NORDESTE: A
REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DA FOME E A TRAJETÓRIA DE JOSUÉ DE
CASTRO

BRASÍLIA – DF

2022

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA – UNB
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS – ICS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA

EVELLYN CAROLINY DE JESUS

DISCURSOS SOBRE A REGIÃO, VISÕES SOBRE O NORDESTE: A
REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DA FOME E A TRAJETÓRIA DE JOSUÉ DE
CASTRO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Sociologia
da Universidade de Brasília, como requisito
parcial à obtenção do título de Bacharel em
Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Dimitrov
(UnB)

BRASÍLIA – DF

2022

EVELLYN CAROLINY DE JESUS

DISCURSOS SOBRE A REGIÃO, VISÕES SOBRE O NORDESTE: A
REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DA FOME E A TRAJETÓRIA DE JOSUÉ DE
CASTRO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Departamento de Sociologia
da Universidade de Brasília – UnB, como
requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Dimitrov
(UnB)

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Eduardo Dimitrov (UnB)

Prof. Dr. Sérgio Barreira de Faria Tavolaro (UnB)

Prof. Me. Adriana Salay Leme (USP)

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo investigar a obra e trajetória de Josué de Castro no sentido de pensá-lo como um dos autores que participaram da elaboração e instituição de uma região – no caso específico, o Nordeste. Para tanto, parte da análise da representação literária da fome construída pelo autor em *Homens e Caranguejos*, seu único romance. Essa primeira análise tem por proposta equacionar elementos externos e internos a obra de arte selecionada, por meio das concepções de Antonio Candido. A fome aparece enquanto elemento chave, não apenas para a compreensão do romance, mas também para a trajetória intelectual do próprio Josué de Castro. É por meio da análise desse fenômeno e de seus desdobramentos que ele constrói um projeto intelectual, com repercussões políticas diretas, e pensa também a nação, ao mesmo tempo em que produz discursos sobre o Nordeste e, em especial, sobre a cidade de Recife. Nesse sentido, a trajetória deste autor será abordada, no intuito de apontar suas esferas de atuação, apostas e inserções. Por fim, a análise retorna a *Homens e Caranguejos* para pensá-lo em relação a outras obras literárias, principalmente no que diz respeito ao chamado “Romance de 30”, considerando a possibilidade criadora do discurso literário, que elabora e recria imagens e representações capazes de instituir uma região.

Palavras-chave: Josué de Castro; Representações Literárias; Fome; Invenção do Nordeste.

ABSTRACT

This work aims to investigate the work and trajectory of Josué de Castro to think of him as one of the authors who participate in the elaboration and institution of a region – in this specific case, the Brazilian Northeast. Therefore, it starts from the analysis of the literary representation of hunger constructed by the author in *Homens e Caranguejos*, his only novel. This first analysis proposes to equate external and internal elements of the selected work of art, through the conceptions of Antonio Candido. Hunger appears as a key element, not only for understanding the novel, but also for the intellectual trajectory of Josué de Castro himself. It is through the analysis of this phenomenon and its consequences that he builds an intellectual project, with direct political repercussions, and also thinks about the nation, while producing discourses about the Brazilian Northeast and, in particular, about the city of Recife. In this sense, the trajectory of this author will be addressed, in order to point out his spheres of action, bets and insertions. Finally, the analysis returns to *Homens e Caranguejos* to think about it in relation to other literary works, especially with regard to the so-called “Romance of 30”, considering the creative possibility of literary discourse, which elaborates and recreates images and representations capable of to establish a region.

Keywords: Josué de Castro; Literary Representations; Hunger; Brazilian Northeast.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	6
1. JOSUÉ DE CASTRO E A REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DA FOME	8
1.1. Homens e Caranguejos: Enredo, personagens e a representação literária da fome	9
1.2. Zé Luiz: A fome da seca.....	11
1.3. Cosme: A fome na Região Amazônica.....	13
1.4. João Paulo: A fome dos que tomam consciência	14
1.5. Fome: Estrutura do romance	17
1.6. Uma análise um tanto magra para uma obra um tanto gorda	20
2. UMA POLÍTICA PARA O NORDESTE, UMA DIREÇÃO PARA A NAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DE JOSUÉ DE CASTRO	23
2.1. Debates intelectuais, projetos para a região: a atuação de Josué de Castro na política brasileira	48
3. DISCURSOS QUE CONSTROEM A REGIÃO: HOMENS E CARANGUEJOS EM PERSPECTIVA	71
CONSIDERAÇÕES FINAIS	83
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	86

INTRODUÇÃO

“O Recife, a cidade dos rios, das pontes e das antigas residências palacianas é também a cidade dos mocambos: das choças, dos casebres de barro batido a sopapo, cobertas de capim, de palha de coqueiro e de folhas de Flandres” (CASTRO, 1967a, p.27). Assim começa o romance de Josué de Castro, intitulado *Homens e Caranguejos* e publicado no Brasil em 1967¹. Como é possível perceber, temos Recife, a “capital do Nordeste”², segundo Castro, recriada diante de nós por uma narrativa que aborda o fenômeno dos mocambos e de sua formação. Uma história, ainda, sobre a fome, tema central para a carreira intelectual do próprio Josué de Castro, figura de destaque em sua época, tanto por sua trajetória política, quanto por suas contribuições nos estudos sobre alimentação e engajamento no combate à desnutrição.

O romance trata, nas palavras de seu autor, do “drama da fome” e tem seu enredo construído em torno da figura de João Paulo: seu cotidiano, família, amigos e vizinhança. É por meio dele que conhecemos as diversas personagens imersas nesse “mar de lama”, representado pelos alagados de Recife. Um drama, de fato, protagonizado pela fome que, enquanto elemento externo, fruto de condicionantes sociais, está internalizada na estrutura do próprio romance³.

A fome, tal qual teorizada por Josué de Castro em seus outros livros, como *Geografia da Fome* (1946) e *Geopolítica da Fome* (1951), se constitui enquanto um elemento central, tanto para o romance, quanto para sua trajetória. Ela funciona como sua aposta de inserção nas diversas esferas pelas quais o autor transitou, além de servir de base para seu projeto intelectual. É o elemento a partir do qual Castro pensa e elabora a região. O Nordeste para este autor está, nesse sentido, diretamente vinculado ao fenômeno, desde a área da mata até o sertão, e o próprio Brasil, na obra de Castro, passa a ser pensado a partir de um mapa da fome. Suas análises

¹ Pra mais informações sobre a recepção, tradução e circulação deste romance, ver a tese de Thiago de Oliveira intitulada “*O Leitor verá...: O itinerário da obra literária de Josué de Castro*”. Importante destacar que o romance foi primeiramente publicado na França em 1966 com o título *Des hommes et des crabes* (1966). Suas próximas edições foram, respectivamente: *O Ciclo do Caranguejo* publicado em Portugal em 1966; *Un niño entre hombres y cangrejos* publicado na Espanha em 1966; *Emberek és rákok* publicado na Hungria em 1968; *Of Men and Crabs* publicado nos Estados Unidos em 1970 e *Uomini e granchi* publicado na Itália em 1974 (OLIVEIRA, 2019, p.27).

² (CASTRO, 1984, p.129; CASTRO, 1967b, p.108).

³ Em relação aos elementos internos e externos à obra de arte, foram adotados na análise do romance os pressupostos indicados por Antonio Candido no livro *Literatura e Sociedade*, no sentido de “averiguar como a realidade social se transforma em componente de uma estrutura literária, a ponto dela poder ser estudada em si mesma” (CANDIDO, 2019, p.9).

desembocam em propostas de cunho político para o combate às diversas manifestações desse fenômeno, não apenas enquanto uma responsabilidade nacional, mas também humana, o que confere uma conotação de universalidade para suas formulações.

Por detrás de sua obra subjaz uma ideia de região, de Nordeste e de Brasil, que irá informar até mesmo sua produção literária, mundo próprio, mas que guarda relação com a posição de seu autor e que é capaz de instituir uma realidade. Nesse sentido, a partir da análise de sua trajetória, é possível indagar a respeito das representações literárias da fome que compõem, nas palavras de Albuquerque Júnior (2011), uma “dizibilidade” sobre a região demarcada como Nordeste, visto que “definir a região é pensá-la como um grupo de enunciados e imagens que se repetem, com certa regularidade, em diferentes discursos, em diferentes épocas, com diferentes estilos e não pensá-la uma homogeneidade, uma identidade presente na natureza” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.35).

Assim, nos propomos a pensar a representação literária da fome elaborada por Josué de Castro em *Homens e Caranguejos* como um discurso que participa da instituição de uma região, no caso específico, o Nordeste. Porém, apenas é possível afirmar isso se levarmos em conta o modo como a obra de Castro se insere em uma tradição de representações sobre esta região, informadas pelas mais diversas sensibilidades. Por conseguinte, a proposta de análise do presente trabalho envolve “tomar as relações espaciais como relações políticas e os discursos sobre o espaço como o discurso da política dos espaços” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.35). Um dos pontos centrais do livro de Albuquerque Júnior que será o norte desta análise é a compreensão de que “os discursos não se enunciam, a partir de um espaço objetivamente determinado do exterior, são eles próprios que inscrevem seus espaços, que os produzem e os pressupõem para se legitimarem” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.34). Perspectiva que desemboca na ideia de que o Nordeste é, em última instância, uma invenção.

1. JOSUÉ DE CASTRO E A REPRESENTAÇÃO LITERÁRIA DA FOME

Apesar de Josué de Castro não se consagrar propriamente como romancista⁴, suas incursões na poesia e nos contos ainda na década de 20 e 30 são sintomáticas para pensarmos em um projeto artístico deste autor, que desemboca em seu romance na década de 60. Além de médico, político e cientista, emerge então Josué de Castro enquanto literato, fato que aponta para um cenário intelectual marcado por fronteiras disciplinares distintas de hoje, que tornaram possível o trânsito de um médico de formação em diferentes esferas.

A fome, no que diz respeito à *Homens e Caranguejos*, aparece como um elemento do contexto social e, portanto, um fator externo ao próprio romance, que se torna relevante para a análise dessa obra “não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, interno” (CANDIDO, 2019, p. 14). Internalizada na estrutura do romance, não seria possível analisá-lo sem levar em conta essa dimensão.

Desse modo, a proposta inicial do presente trabalho diz respeito a uma abordagem interessada em “rastrear na obra o mundo como material, para surpreender no processo vivo da montagem, a singularidade da fórmula segundo a qual é transformado no mundo novo, que dá a ilusão de bastar a si mesmo” (CANDIDO, 1991, p.112). Perspectiva que oferece a vantagem de evitar que a obra de arte, nesse caso específico, o romance, figure como mera ilustração do real. Um método que revela não apenas a natureza ambígua do texto, percebendo suas relações com o mundo exterior e com suas condições de produção, mas também o papel de seu autor, que informado por este mundo, consegue criar um universo com suas próprias regras de funcionamento e organização.

⁴ Essa interpretação é possível ao relacionarmos a trajetória de Josué de Castro com outra figura importante em seu período: João Cabral de Melo Neto. Ao fazer esse exercício comparativo, encontramos relações e imagens comuns em ambas as obras. Entretanto, temos de um lado um autor consagrado por seu projeto artístico, membro da Academia Brasileira de Letras, importante instância de consagração, e ganhador de prêmios literários. De outro lado, temos Josué de Castro, autor que construiu um projeto artístico-literário, mas que foi, primordialmente, consagrado pelo lado científico de sua obra. Distinção estabelecida à época, que pode ser observada em um depoimento de Cabral: “Algumas pessoas chegaram a me perguntar se eu tinha me inspirado em Josué de Castro e sua Geografia da Fome na hora de escrever esses dois poemas. Conheci, admiro e respeito Josué de Castro, que foi meu chefe em Genebra. Mas não me inspirei nele. **Fiz poesia e emoção sobre aquela realidade miserável do Recife. Ele fez ciência. Essa é a diferença entre nós**” (grifos meus. CABRAL, *apud* CHAVES, 2010, p.194-195).

Essa proposta de análise pretende situar a fome, em sua categoria endêmica, tal qual teorizada pelo próprio Josué de Castro, como um elemento externo, mas que está internalizado na estrutura de *Homens e Caranguejos*, processo este criador de um novo mundo, construído intencionalmente e que dispõe de uma combinação *sui generis* de seus núcleos de significados.

1.1.Homens e Caranguejos: Enredo, personagens e a representação literária da fome

No romance *Homens e Caranguejos* temos como protagonista o garoto, que não conseguimos precisar a idade, chamado João Paulo, morador da ocupação de mocambos Aldeia Teimosa, localizada nos alagados de Recife. Ele é o centro narrativo do romance e apenas temos contato com as demais personagens, ao acompanhá-lo de perto em seu cotidiano por meio de um narrador em terceira pessoa. Assim, podemos considerá-lo como o “princípio organizador” do romance, nas palavras de Antonio Candido⁵, na mesma medida em que defendemos a fome, tal qual teorizada por Josué de Castro, como seu princípio estrutural. João Paulo reúne as diversas trajetórias de fome narradas no livro e podemos indagar o que seu final trágico representa para as demais personagens e para o romance como um todo.

A estrutura temporal dos primeiros capítulos chama logo a atenção: acompanhamos em cada um deles João Paulo nos seus afazeres cotidianos, conhecendo sua família e vizinhos, assim como o local de sua moradia e o de seu trabalho. Temos os capítulos iniciais versando apenas sobre um dia de João Paulo, incluindo, respectivamente, sua rotina matutina, vespertina e noturna, quase como se fosse uma introdução que Castro construiu para sua personagem, em uma verdadeira dilatação temporal dos acontecimentos. Não temos grandes ações nesse começo, mas sim a descrição e caracterização que o narrador faz do ambiente e das personagens, aliada à inserção dos temas centrais da obra.

Ao longo do enredo, nos deparamos com os demais habitantes de Aldeia Teimosa e, por meio de digressões, ficamos sabendo detalhes de suas trajetórias. O ponto em comum de todas elas é a marca deixada pela fome, fator que aparece com diferentes matizes. Essa fome tem

⁵ Para uma análise na qual Antonio Candido mobiliza o conceito de “princípio organizador” e “princípio estrutural” ver o texto intitulado “Estrutura Literária e função histórica” presente no livro *Literatura e Sociedade*.

paralelo com o que Josué de Castro denominou de fome endêmica em suas outras obras como, por exemplo, *Geopolítica da Fome*, publicado em 1951:

[...] fenômeno muito mais frequente e mais grave, em suas consequências numéricas, da chamada fome oculta, na qual pela falta de determinados princípios nutritivos indispensáveis à vida, grupos inteiros de população se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias (CASTRO, 1961, p.77).

Desse modo, fica evidente que, para Josué de Castro, fome não envolve apenas não comer, o conceito “abrange desde as deficiências latentes e as carências alimentares rotuladas normalmente como estados de subnutrição e desnutrição, até os estados de inanição absoluta” (CASTRO, 1961, p.77). Por isso, ele tipifica dois estados de fome, o endêmico, estruturalmente dado pela organização social e o epidêmico, com ocorrência sazonal. O argumento desta incursão inicial é justamente pontuar que a caracterização de uma fome endêmica é o elemento externo estruturante de todo romance, o que ocorre por meio das trajetórias de suas personagens, erigidas a partir desse elemento social.

O protagonista João Paulo é alguém que come todos os dias, mas ainda assim, não tem uma dieta suficiente para lhe prover todos os nutrientes necessários – ele padece de fome sem saber. Pelo menos podemos afirmar isso no início do romance, onde a visão ingênua de João Paulo se sobressai, mas que ao longo da trama toma consciência de sua própria condição. É que ele, sua família, amigos e vizinhos estão imersos no que Castro coloca no romance como o Ciclo do Caranguejo:

Os mangues do Recife são o paraíso dos caranguejos. Se a terra foi feita para o homem com tudo para bem servi-lo, o mangue foi feito essencialmente para o caranguejo. Tudo aí é, ou está para ser caranguejo, inclusive a lama e homem que vive nela. A lama misturada com urina, excremento e outros resíduos que a maré traz, quando ainda não é caranguejo vai ser [...] Por outro lado, o povo daí vive de pegar caranguejo, chupar-lhe as patas, comer e lambar os seus cascos até que fiquem limpos como um copo e com sua carne feita de lama fazer a carne do seu corpo e a do corpo de seus filhos (CASTRO, 1967a, p.28-29).

Esse ciclo infinito que Josué de Castro demarca, no qual “o que o organismo rejeita volta como detrito para a lama do mangue para virar caranguejo outra vez” (CASTRO, 1967a, p.29) se relaciona com o comentário do autor, já no prefácio de seu romance:

Cedo me dei conta deste estranho mimetismo: os homens se assemelhando, em tudo, aos caranguejos, arrastando-se, agachando-se como os caranguejos para poderem sobreviver. Parados como os caranguejos na beira d'água ou caminhando para trás como caminham os caranguejos (CASTRO, 1967a, p. 13).

Além disso, tem uma ligação direta com o fenômeno da fome, tal qual abordado por ele: “Nesta aparente placidez do charco, desenrola-se trágico e silencioso o ciclo do caranguejo. O

ciclo da fome devorando os homens e os caranguejos todos atolados na lama” (CASTRO, 1967a, p.29). Essa tragédia da fome, Josué de Castro tem a competência de desnaturalizar, apresentando suas condicionantes sociais e a responsabilidade humana de corrigi-la:

[...] a fome, apesar de constituir fenômeno universal, não traduz uma imposição da natureza. [...] não são as condições naturais que conduzem os grupos humanos à situação de fome, e sim certos fenômenos culturais, produtos de erros e defeitos graves das organizações sociais em jogo. A fome determinada pela inclemência da natureza constitui um acidente excepcional, enquanto que a fome como praga feita pelo homem constitui uma condição habitual nas mais diferentes regiões da Terra: toda terra ocupada pelo homem tem sido por ele transformada em terra da fome (CASTRO, 1961, p.79).

Sendo um pioneiro a tratar o assunto da fome como algo com existência própria, não decorrente apenas de questões naturais, mas como uma produção humana, Josué de Castro constrói personagens diretamente impactadas por esse fenômeno. Porém, o destaque do romance em questão está no fato do autor trabalhar com a agência dessas personagens ao longo do enredo. Apesar de suas trajetórias difíceis, cada uma à sua maneira, lida com o problema a partir de estratégias próprias, incluindo até mesmo a emergência de uma revolta armada, que acaba por fracassar. Desse modo, nas próximas seções, iremos destacar algumas trajetórias centrais para a trama e analisar brevemente qual o papel da fome e o modo como ela se insere no enredo, além das estratégias mobilizadas pelas personagens.

1.2. Zé Luiz: A fome da seca

Zé Luiz, como pai do protagonista João Paulo, é um dos personagens centrais do romance. A partir dele, ficamos sabendo como a família e o protagonista foram parar em Aldeia Teimosa. Suas trajetórias são rememoradas em um relato feito para os demais moradores, e também para nós leitores, de como foi a migração de sua família do sertão, dando um indício da localização cronológica dos acontecimentos no romance: “– História de fome não é história que se conte – começou Zé Luiz – é só tristeza. Tristeza e vergonha. Mas, se vocês querem, eu conto assim mesmo. Conto a tristeza e a vergonha que a gente passou na seca de 1947” (CASTRO, 1967a, p.72).

Desesperado de sede e também de fome, Zé Luiz se vê obrigado pelas circunstâncias a migrar, processo acompanhado de questionamentos por parte dessa personagem: “O que seria melhor: morrer de fome e de sede na sua própria terra ou emigrar para morrer de fadiga e de vergonha na terra dos outros?” (CASTRO, 1967a, p.74). O ponto máximo de seu sofrimento é quando um de seus filhos morre em condições precárias e isso faz com que a personagem tome

a decisão de realizar essa drástica mudança. O processo de migração foi penoso e o ápice de sua narrativa acontece quando Zé Luiz descreve o momento no qual conseguiu ajuda para atravessar parte do trajeto, porém, atormentado pela fome, rouba os queijos que o seu benfeitor estava transportando: “Quanto mais queijo eu comia, mais vontade eu tinha de comer. Era como se fosse um vício impossível de largar. E enquanto o sol subia e descia no céu eu continuava sempre como um rato roendo queijo” (CASTRO, 1967a, p.84 - 85). Até o momento onde ele é descoberto:

Neste momento passei a maior vergonha de minha vida. O homem indignado me chamou na cara de ladrão. Ladrão de queijo. [...] Levantei-me do chão cego para agarrar o homem pelas guelas, mas não pude. O homem estava coberto de razão (CASTRO, 1967a, p.86-87).

Podemos perceber, assim, o sofrimento pelo qual passou Zé Luiz acompanhado de sua família até chegar aos alagados de Recife; sua trajetória é marcada pelo o implacável drama da fome. A mensagem de desolação se completa com a forte imagem evocada por ele, a de mortos que caminham até suas covas:

Vocês já viram que não foi por ambição que a gente abandonou a terra do sertão. Não foi em busca de riquezas. Foi em busca de vida. Foi para salvar a vida dos meus que descí para a costa. Vínhamos em busca de vida, mas o que a gente topava a cada instante era com a morte e não com a vida. Era tanta morte de retirante que a impressão que a gente tinha era que eles vinham mesmo acompanhando seu próprio enterro. Eram uns mortos caminhando até a sua própria cova (CASTRO, 1967a, p.80).

Interessante notar a semelhança do ocorrido com o que Josué descreve, ainda em *Geopolítica da Fome*, com relação aos impactos psicológicos do fenômeno:

Sob a ação avassalante da fome, dá-se no homem o apagamento ou mesmo a absoluta supressão de todos os outros desejos e interesses vitais, e o seu pensamento concentra-se ativamente em descobrir o alimento por quaisquer meios e à custa de quaisquer riscos. [...] tremenda obsessão de espírito polarizada num só desejo, concentrada numa só aspiração: comer. [...] Anulando as outras forças condicionadoras do comportamento humano, a fome desagrega a personalidade, apaga ou mesmo inibe suas relações normais a todas as outras solicitações do meio ambiente alheias a satisfação do instinto de alimentação. Nessa desintegração mental progressiva, desaparecem as atividades de autoproteção e de controle mental e dá-se, finalmente, a perda dos escrúpulos e das inibições de ordem moral. (CASTRO, 1961, p. 140-142).

Devido à fome, vemos um homem transformar-se em rato pelo uso da metáfora “como um rato roendo queijo” (CASTRO, 1967a, p. 85). Representação de uma fome que desumaniza, Josué de Castro trabalha na trajetória de Zé Luiz uma fome que, apesar de causada pela seca de 1947, torna-se endêmica pois, mesmo ao migrar, ela ainda o acompanha.

1.3. Cosme: A fome na Região Amazônica

Outro personagem central para o enredo do romance é Cosme, amigo e inspiração de João Paulo. Cosme aparece como uma figura importante para a formação de nosso protagonista, já que desempenha o papel de lhe contar histórias e também alimentar a consciência política, não apenas de João Paulo, mas de toda a comunidade: “Todos admiravam a sabedoria de Cosme que era o verdadeiro cérebro daquela comunidade, a sua cabeça pensante para decidir de seus grandes problemas ou para explicar as coisas incompreensíveis ao limitado conhecimento dos outros” (CASTRO, 1967a, p.67).

Tem papel preponderante porque é justamente devido a Cosme que “João Paulo ficara conhecendo de mais perto toda esta gente, ou pelo menos aqueles que tinham uma história mais interessante, capaz de merecer um relato circunstanciado por parte de seu amigo” (CASTRO, 1967a, p.110). Sua trajetória se liga a fome da região Norte, tal qual trabalhada Josué de Castro em seu livro *Geografia da Fome* (1946):

A análise biológica e química da dieta amazônica revela um regime alimentar com inúmeras deficiências nutritivas. Tem-se logo a impressão da sua impropriedade na extrema pobreza, ou mesmo ausência, de alguns dos alimentos protetores, da carne, do leite, do queijo, da manteiga, dos ovos, das verduras e das frutas. Tem-se outra imagem da insuficiência na sua exiguidade quantitativa. É uma alimentação parca, escassa, de uma sobriedade impressionante. O que um homem come durante um dia inteiro não daria para uma só refeição dos habitantes de outras áreas climáticas, condicionadoras de hábitos diferentes. No entanto, este homem parece satisfeito da sorte, conseguindo com um pouco de farinha e de café e com um gole de cachaça matar a gosto a sua fome. Mas a verdade é que se trata de populações de apetite embotado, em estado de anorexia crônica, consequência natural da falta de vitaminas e de determinados aminoácidos no seu regime alimentar (CASTRO, 1984, p.71-72).

No romance, Cosme possui uma trajetória peculiar, figurando como o único personagem que enriqueceu. Atraído à região por ter sido considerada, em dado momento, como o “paraíso da borracha”, ele se muda para lá e consegue galgar posição:

Vivia assim, como um lorde, seguro de si e do futuro quando, uma noite, ao sair de um cabaré, senti na rua, de repente, o chão fugir debaixo dos meus pés. Pensei, a princípio, que tinha bebido champanha demais e, por isso, senti as pernas bambas e os pés fofos. Mas, não era a bebedeira o que eu sentia. Era o beribéri subindo-me pelas pernas acima e tomando conta do meu corpo. Era a paralisia provocada pela fome de alimentos frescos que, naquela noite, me jogava na cama, de onde eu jamais me levantaria com as minhas próprias pernas (CASTRO, 1967a, p.65).

Assim, sua trajetória se depara com a fome, mas em uma configuração específica, “a fome de alimentos frescos”, conhecida como Beribéri, doença que, segundo Castro, é causada pela carência de vitamina B1, típica de regiões como a amazônica. O enredo de Cosme vai

então novamente de encontro com a caracterização da doença feita em Geografia da Fome. Hoje, praticamente extinto, o Beribéri assolou a região amazônica: “durante o chamado ciclo da borracha amazônica, que durou de 1870 a 1910, com esta região brasileira mantendo o monopólio mundial do produto, foi a zona assolada por tremenda epidemia de beribéri” (CASTRO, 1984, p.92).

Com tratamentos ainda pouco desenvolvidos à época, mesmo possuindo dinheiro, Cosme observa sua condição física se deteriorar. Um fenômeno quase inexorável; a fome na vida de Cosme se sobrepõe a sua trajetória individual de homem que enriqueceu:

Cosme comentou que ao chegar no Recife, consultara todas as celebridades da Medicina e que estes sábios lhe diziam que aquilo era uma intoxicação produzida pelo álcool e pelos alimentos estragados. Para curar-se, o que precisava fazer antes de tudo era comer o menos possível. Era viver quase em jejum. E, enquanto ele jejuava e os médicos comiam-lhe o dinheiro todo, ganho a custo de sofrimento, a paralisia progredia. Foi assim que a sua fortuna se fundiu, como se fundiram e desapareceram os músculos de suas pernas, a sua força de andar e a sua mola de mandar: os seus nervos e o seu dinheiro! (CASTRO, 1967, p.66).

1.4. João Paulo: A fome dos que tomam consciência

João Paulo funciona como “princípio organizador” do romance e não podemos falar do enredo sem mencionar a trajetória dessa personagem. Ela é marcada desde o início pela fome, mas também é possível seguir uma outra linha na narração – a tomada de consciência de sua própria condição social – empreendida pelo protagonista.

Castro constrói seu romance, em um primeiro momento, descrevendo o chamado Ciclo do Caranguejo para depois adentrar na vida, mais especificamente, de João Paulo, diretamente imerso nesse contexto, sem ter como escapar. O que temos então é uma verdadeira emulação desse ciclo, realizada pela organização e disposição dos capítulos, na qual João Paulo, ao final, retorna ao mangue “para virar caranguejo outra vez”:

E sobre toda a paisagem estende-se, agora, um lençol de sombra, negra mortalha recobrendo todos os corpos dos mortos da revolução fracassada. Dentre eles, enterrado nos mangues, deve estar, em qualquer parte, o corpo de João Paulo que, com sua carne em decomposição, irá alimentar a lama que alimenta o Ciclo do Caranguejo (CASTRO, 1967a, p.177).

Desde o primeiro capítulo, observamos João Paulo em sua tentativa de compreender e de se situar no mundo, de dar sentido à sua realidade, muito bem evidenciado em um dos diálogos que ele estabelece com seus pais:

– “Pai, por que a gente veio morar aqui no mangue?”

- “Porque quando viemos do interior foi aqui que encontramos a nossa terra da Promissão, o nosso Paraíso” [...]
- “Paraíso dos Caranguejos”, acrescenta em tom de revolta a mãe de João Paulo. [...]
- “Mas, por que aqui no mangue, por que não fomos morar na cidade, do outro lado do mangue? Lá é tão bonito, tão diferente, é como se fosse um outro mundo.”
- “Foi o destino João Paulo, que nos trouxe aqui”, respondeu-lhe o pai.
- “Lá, do outro lado é o paraíso dos ricos, aqui é o paraíso dos pobres”, diz-lhe a mãe fitando bem dentro dos olhos do filho. Mas os olhos do menino abrem-se apenas um pouco mais, e continuam com a mesma expressão de interrogação, mostrando que ele não entendera porque sua família havendo tantos lugares bonitos no mundo, tinha escolhido para viver aquele lugar tão triste e tão feio. Por que tinha escolhido para morar a lama negra do mangue (CASTRO, 1967a, p.32).

Diálogo este que organiza muito da construção de cada personagem ao longo da trama: seu pai, em certo sentido, resignado com sua condição; João Paulo, em sua inocência de menino, tentando entendê-la e significá-la; e sua mãe, com sua presença marcada por aparições pontuais e falas irônicas ou mesmo indignadas.

Outro ponto de destaque em relação à elaboração do enredo é a construção discursiva, que se utiliza de metáforas e metonímias; uma reelaboração do drama da fome por meio da linguagem. Já no segundo capítulo, esse recurso nos causa grande impressão, principalmente no momento em que Castro evoca a figura dos “cavaleiros da miséria”:

[...] um grupo de pescadores de caranguejos que avançam, atolados até as coxas, na lama do mangue. São três homens jovens e morenos com o corpo todo coberto duma carapaça espessa de lama como se fosse uma verdadeira armadura. Aos olhos de João Paulo, estas figuras humanas aparecem como se fossem figuras de heróis das antigas histórias de cavaleiros armados que lhe contou Cosme. Como se fossem gigantes com o corpo fabricado com grandes blocos de barro, retirados do próprio mangue. Formados ali mesmo na lama como se formam e se criam os caranguejos na fermentação do charco. Para João Paulo, estes homens, cavaleiros da miséria, com suas armaduras de barro, e os caranguejos, com suas duras carapaças, são os heróis de um mundo à parte, são membros de uma mesma família, de uma mesma nação, de uma mesma classe: a dos heróis do mangue. E João Paulo se sente como se fosse um filho dessa família. Sente-se inconscientemente identificado com estes seres, fraternalmente ligado aos homens e aos caranguejos, conquistadores do mangue (CASTRO, 1967a, p.45-46).

Essas histórias desempenham um importante papel para a construção da personagem João Paulo, tanto que sua menção é constante no decorrer do livro. O adjetivo “heroico” também aparece em várias ocasiões e é utilizado ao longo do enredo, contrastando diretamente com a realidade de João Paulo enquanto um morador do mangue, que não pode nem mesmo brincar como as outras crianças que encontra na ida para o trabalho. Só lhe resta então se divertir

apanhando caranguejos com o padre pela manhã ou em seus devaneios aventureiros à tarde e que, portanto, pode se imaginar como um herói do mangue⁶, tal qual os “cavaleiros da miséria”:

Na tarefa da manhã, portanto, há sempre algo de heroico. Já nos mesquinhos afazeres domésticos – varrendo o quintal, lustrando os móveis, tirando as teias de aranha do telhado da casa do vigário – João Paulo se sente diminuído, se sente mesmo do tamanho dum menino, morador de mocambo, criado de padre. Para não se revoltar contra o trabalho humilhante, João Paulo parte outra vez na imaginação. Deixa os braços e as mãos se ocupando desses afazeres, mas foge com a cabeça pelo mundo afora (CASTRO, 1967a, p.60).

Ao longo da trama, observamos então a tomada de consciência que João Paulo empreende para se situar no mundo, na mesma medida em que o leitor é levado a mergulhar na realidade de Aldeia Teimosa:

De um lado, as casas crescendo cada vez mais com a distância, até virarem arranha-céus no centro da cidade. As torres das igrejas também crescendo cada vez mais, até alcançarem as alturas imensas das torres das igrejas do bairro do Recife. Do outro lado, as casas diminuindo de altura, ficando cada vez mais baixas com a distância, virando mocambos e latados, até desaparecerem de todo dentro da lama do mangue. Trepado na torre na Igreja, João Paulo se sentia como se estivesse a cavalo no lombo de uma montanha que fosse um divisor de águas, de onde corriam de um lado, os rios da fortuna e, para o outro lado, os rios da miséria. Correndo, uns para as terras dos ricos e, outros, para as terras dos pobres (CASTRO, 1967a, p.69)

Assim, observamos sua ânsia em contestar a situação em que vive, evidenciada em falas como:

Reagindo a depressão, se acende na alma infantil de João Paulo um grande desejo de libertação. De evasão daquela paisagem humana parada e monótona. Desejo Imperioso de sair de tudo. Se sair de dentro de si mesmo. De sair do círculo fechado da família. Do ciclo do caranguejo. Da cidade de Recife. Um desejo desesperado de arrebentar com todas as marras que ligam à lama pegajosa do vale do Capibaribe e às folhas viscosas do mangue, e sair vagando pelo mundo afora (CASTRO, 1967a, p.44)

Tudo isso alia-se a um evento chave no enredo: a construção de uma revolta armada, que vemos indícios desde o começo do livro nas pequenas demonstrações de insatisfação por parte dos habitantes de Aldeia Teimosa. O romance se encaminha então para o ápice da tensão – um confronto armado, mal arranjado, no qual os moradores no final das contas de nada sabiam: “Os homens se interrogavam, uns aos outros, mas ninguém sabia explicar nada.

⁶ Existe a possibilidade de pensar essas passagens como referência à Miguel de Cervantes e seu *Dom Quixote*, tanto com relação aos títulos dos capítulos, quanto na própria menção às figuras de cavaleiros e heróis de antigas histórias e, principalmente, na relação entre João Paulo e o Padre Aristides: “Ainda mais explícita no interior da história está a relação do menino João Paulo e o padre Aristides como citação da relação e das características de D. Quixote e Sancho Pança [...] O padre, apresentado como uma figura risonha, em aproximação com Sancho Pança, é antes de tudo um pragmático em satisfazer sua gula [...] Já o menino enxerga o mundo a partir de sua imaginação, observando grandes batalhas e heróis onde só havia situações cotidianas” (RONDINI, 2012, p.174).

Ninguém estava a par de nada. Não havia um só deles entrosado na máquina da revolução, embora fossem todos revoltados” (CASTRO, 1967a, p.169).

É nesse cenário que se dá a morte do protagonista, perdido como os seus companheiros, sem saber ao certo o que estava ocorrendo:

João Paulo desceu a barranca do rio e se misturou com aqueles homens. Não conhecia pessoalmente nenhum deles, mas sentiu que eram todos da mesma família que ele tanto admirava: da família dos heróis do mangue. Muitos deles, quase despidos como se fossem pegar caranguejo no mangue, apenas com o corpo coberto por grandes placas de lama. Era os mesmos cavaleiros da miséria que já tinham vivido tantas lutas heroicas na imaginação transbordante de João Paulo. Mas, hoje, estes cavaleiros da miséria não estavam apenas protegidos com as suas armaduras de barro, mas armados com fuzis e metralhadoras que ninguém sabia onde tinha arranjado (CASTRO, 1967a, p.168)

Temos, assim, um final trágico e, de certo modo, anticlimático, já que o movimento do enredo, marcado pelo acirramento das tensões sociais e insatisfação, acaba em uma revolução repentina e fracassada, que termina tão logo quanto começou. Desse modo, o ciclo do caranguejo continua ultrapassando João Paulo, que se mescla a ele no final. E João Paulo, como “princípio organizador” de toda obra, até em sua morte, organiza as demais personagens no final, na procura de seu corpo pelo mangue:

As buscas demoraram o dia todo. As turmas se revezavam, sem que surgisse o corpo de João Paulo. Maria e Zé Luiz não se afastaram dos mangues, em sua sôfrega busca, até quase o fim do dia. Só desistiram, extenuados, quando de novo as águas da maré subiram, afogando tudo: os mangues e a lama e as suas últimas esperanças de reaver o corpo do filho. Os companheiros convenceram os pais do menino a voltarem para casa. Formou-se, então, uma procissão[*sic*]⁷ fúnebre, que atravessou os mangues acompanhando, não o morto, mas a dor dos pais do morto, até seu mocambo (CASTRO, 1967a, p.176)

1.5. Fome: Estrutura do romance

A partir das seções anteriores, que versam sobre a construção de alguns personagens-chave para o enredo, podemos observar como a fome aparece enquanto elemento internalizado na estrutura do romance *Homens e Caranguejos*. Tudo gira ao seu redor e por ela é estruturado. Os elementos do romance (personagens, enredo, ambiente, organização temporal) são todos mobilizados e só adquirem significado pleno dentro de sua estrutura. Seja na organização

⁷ Em vários momentos do trabalho iremos encontrar palavras com a grafia incorreta ou desatualizada. Optou-se por transcrever as citações como constam nos originais para demarcar o próprio texto, tanto com relação ao seu contexto – os excertos retirados diretamente de jornais são a expressão mais gritante desse uso de uma grafia desatualizada, visto as datas de sua publicação – quanto para marcar, como no caso da obra de Castro, a falta de edições mais atualizadas ou com novas revisões.

temporal, que vai e volta à revelia das memórias dos habitantes; seja no ambiente, o mangue, ressignificado por Josué e transformado em algo vivo e presente ao longo de todo o livro, cuja ação silenciosa paira sobre os habitantes e que realiza “este milagre de criar terra como se fosse um deus” (CASTRO, 1967a, p.15):

Afirmava Chico, com ares de entendido, que enquanto permanecem debaixo d’água, os mangues, consagram todo o seu tempo a fazer amor [...] Era um trepidar violento de amor, que terminava num orgasmo final, derramando as sementes do mangue na água da cheia, para fecundar as novas terras que surgiriam na certa do ventre das águas (CASTRO, 1967a, p. 145-146).

Além disso, temos as personagens que rememoram suas trajetórias e as recriam no ato de narrar, uns para os outros, os percalços de seus caminhos até ali. Um movimento próximo ao do próprio autor que, já no prefácio, recorre às próprias memórias da infância, quando “descobriu a fome” pela primeira vez: “O tema deste livro é a história da descoberta que da fome fiz nos meus anos de infância, nos alagados da cidade do Recife, onde convivi com os afogados deste mar de miséria” (CASTRO, 1967a, p.12). Narrar suas histórias figura, em certo sentido, como uma forma de se colocar no mundo, último recurso para esses excluídos da miséria. Assim, observamos uma alternância de vozes entre o protagonista acompanhado pelo narrador como eixo da narrativa, e as demais personagens, que misturam suas histórias com o enredo principal, talvez enunciando o domínio coletivo de suas misérias e existências.

Desse modo, nos deparamos com um enredo geral simples, a vida de João Paulo e a ambientação dos mocambos de Recife, alternado com as trajetórias das personagens que lá vivem, até o encadear de uma tensão: a revolta dos moradores pelas condições de vida, presente desde o início, mas que se centraliza em um acontecimento chave – a enchente dos rios, que mergulham de vez os mocambos na lama do mangue:

Neste ponto do sermão, Joca explodiu. Começou a resmungar e a blasfemar no fundo da Igreja. É que, no espírito turvo de Joca, parecia estranha aquela justiça divina que distribuía o sofrimento de maneira tão desigual. Se não chovia e havia seca, era os pobres que morriam de fome. Se chovia demais e havia cheia, eram as casas dos pobres que eram inundadas e destruídas: – Por que não vinha logo o dilúvio, para afogar de vez os ricos debochados que levavam a vida na pândega, sem trabalhar, montados nas costas dos miseráveis! Que justiça divina era esta que esquecia esta exploração, que fechava os olhos à negra miséria dos pobres! (CASTRO, 1967a, p.142)

A força da obra se encontra então na construção dessas trajetórias, que representam o “drama da fome” e dialogam com as formulações teóricas de Josué de Castro. Diversas trajetórias, todas marcadas pelo fenômeno da fome, que desembocam por caminhos diversos em Aldeia Teimosa, lugar palco para o Ciclo do Caranguejo. E o que salta aos olhos é o modo

criativo com que cada uma se apropria de sua condição e apresenta estratégias próprias para lidar com o fenômeno. Como diz Zé Luiz: “– Na minha fome quem manda sou eu” (CASTRO, 1967a, p.151).

Até mesmo os personagens mais secundários têm suas trajetórias abordadas, mesmo que de forma breve. Um exemplo é o caso de Seu Maneca, que narra sua vinda do sertão acompanhado pela fome, pela seca e pelo surto de diarreia daí decorrente. E aqui temos, talvez de modo mais pungente, a fome como força desumanizadora:

A viagem inteira havia gente acorada no convés que virou um verdadeiro chiqueiro. Ninguém aguentava comer com as tripas naquele estado, roídas pelas plantas brabas. Nem parecia gente viajando. Parecia porcos fuçando na sujeira (CASTRO, 1967a, p.92-93).

Além disso, observamos Juvêncio, morador de Aldeia Teimosa, que roubava ladrilhos de seu trabalho, na esperança de melhorar seu mocambo, até tudo acabar em lama com a enchente. E também Joca, um verdadeiro amante das rinhas de galos que acontecem por ali, justamente porque consegue seu escasso alimento através dos frangos mortos pelo combate. Além de Idalina, que inicia a história alimentando com todo o esforço um porco para ser vendido, que acaba morto no final pela enchente. É como se Castro estivesse dizendo que, mesmo com essas diversas estratégias, estão todos enredados pelo Ciclo do Caranguejo, “parados como os caranguejos na beira d'agua ou caminhando para trás como caminham os caranguejos” (CASTRO, 1967a, p.13).

Dentre esses personagens, aparece também uma trajetória de certo modo cômica: a de Mateus, o vermelho. Confundido com um agitador comunista devido ao apelido atribuído por ser ruivo, acaba indo parar em Aldeia Teimosa após ter sido preso injustamente:

– Bom dia Vermelho, saudavam-lhe alguns dos companheiros e, como Mateus entrava e saía da fábrica de chapéu na cabeça, cobrindo a cabeleira ruiva, os secretas tomaram aquele vermelho num outro sentido e passaram a atribuir a Mateus as mais terríveis maquinações (CASTRO, 1967a, p.111)

Nesse personagem temos um caso curioso, alguém marcado diretamente pelas reivindicações sociais e movimentos políticos, já que vai para cadeia por ser conhecido como “o Vermelho”, mas que continua, como as demais personagens, alheio a essa dimensão da vida social:

Fora nas grades da prisão que Mateus ouvira num comício político realizado no Largo da Cadeia, que era preciso lutar para libertar o povo das garras da fome e da miséria. Mas lutar como? Com que armas? Os políticos que discursavam no comício não

explicavam bem e até hoje, Mateus, o Vermelho, continua ignorando como participar desta luta (CASTRO, 1967a, p.112).

1.6. Uma análise um tanto magra para uma obra um tanto gorda

Sentindo que a história que vou contar é uma história magra, seca, com pouca carne de romance, resolvi servi-la com uma introdução explicativa que engordasse um pouco o livro e pudesse, talvez, enganar a fome do leitor - a sua insaciável fome de romance (CASTRO, 1967, p.11).

Tendo em vista a obra *Homens e Caranguejos*, é possível, portanto, encontrar ao longo da trama diversos elementos, desde as mazelas sociais até a representação da fome, que integram a realidade social ao mesmo tempo que compõem o universo do livro. Porém, vale não perder de vista o que foi destacado por Antonio Candido:

O romancista é incapaz de reproduzir a vida, seja na singularidade dos indivíduos, seja na coletividade dos grupos. [...] Na medida em que quiser ser igual à realidade, o romance será um fracasso; a necessidade de selecionar afasta dela e leva o romancista a criar um mundo próprio, acima e além da ilusão de fidelidade (CANDIDO et al, 2014, p.67).

A impressão de realidade que uma obra nos apresenta, segundo essa perspectiva, deriva de diversos fatores embricados em sua composição e não de uma mera equivalência ou cópia do real. Desse modo, por mais que possamos traçar diversos paralelos entre o romance e as formulações teóricas de Josué de Castro, vale ressaltar que a obra é um mundo próprio e segue regras de funcionamento que advêm de uma peculiaridade que é própria do discurso literário. Mesmo que identifiquemos o drama de João Paulo, ou mesmo de outras personagens, como um drama real, facilmente percebido pela observação das mazelas sociais que ainda nos assolam, eles ainda são personagens, frutos de uma seleção intencional de elementos realizada por seu autor⁸.

Existe, portanto, uma relação estreita entre a personagem e o autor, na qual “este a tira de si como realização de virtualidades, que não são projeção de traços, mas sempre

⁸ É praticamente impossível ler o romance sem relacioná-lo com o contexto de seu autor, sua luta política e atuação internacional no combate à fome. Isso se deve a coerência interna do mundo criado por Castro, que torna verossímil as situações vividas pelas personagens. Porém, segundo Candido, essa aparência de realidade depende menos de uma aproximação com a vida real e mais da estrutura do romance, sendo um problema de organização interna, e não uma questão de possível equivalência à realidade exterior: “Mesmo que a matéria narrada seja cópia fiel da realidade, ela só parecerá tal na medida em que for organizada numa estrutura coerente” (CANDIDO, 2014, p.75).

modificação, pois o romance transfigura a vida” (CANDIDO, 2014, p.67). As personagens, dentro da agência de Castro que lhes confere, lidam com suas mazelas de modos diversos, o que ressalta o caráter criativo da obra literária, sem perder de vista o fato de que elas estão sendo mobilizadas dentro de uma estrutura, que é construção narrativa, mas que por meio da organização interna do romance representa uma estrutura externa, social.

Desse modo, até o presente momento, analisamos as personagens tendo em vista um enredo, uma ambientação e uma organização temporal específica. Todos esses elementos envolvem uma seleção de traços e características, visto a impossibilidade de descrever a totalidade social, ou mesmo da existência. A personagem é esse elemento que se destaca, extremamente atuante no romance, mas que só adquire significado no contexto, na construção estrutural⁹. E João Paulo, por mais humano que pareça, é ainda sim personagem e cumpre sua função interna na narrativa – a de organizar essas diversas trajetórias de fome, representações literárias de uma fome endêmica.

Porém, é comum encontrarmos análises que focam nos aspectos biográficos desta obra, muito influenciadas pelo próprio autor em seu prefácio: “Mas, será mesmo este livro um romance? Ou não será mais um livro de memórias? Talvez, sob certos aspectos, uma autobiografia?” (CASTRO, 1967a, p.12). Entretanto, a discussão primordial deste prefácio diz respeito não apenas a uma questão do quão biográfico este romance pode ser, mas sobre o próprio fazer literário, ao afirmar que “por forças das circunstâncias, encontrará o leitor neste livro, muita explicação e pouco romance” (CASTRO, 1967a, p. 11). Essa sentença nos leva a indagar o que o autor de fato tem em vista quando contrapõe “romance” a uma outra categoria de discurso que, em suas palavras, seria “explicação”. Para elucidar questões ainda em aberto, um caminho profícuo é adentrar mais propriamente na trajetória do autor, para pensar como seu projeto artístico se constitui, tendo em vista suas demais esferas de inserção. Seria Castro, afinal, “cientista-poeta ou poeta-cientista”? (SILVA, 2012, p.35)

⁹ “Se as coisas impossíveis podem ter mais efeito de veracidade que o material bruto da observação ou do testemunho, é porque a personagem é, basicamente, uma composição verbal, uma síntese de palavras, sugerindo certo tipo de realidade. Portanto, está sujeita, antes de mais nada, às leis de composição das palavras, à sua expansão em imagens, à sua articulação em sistemas expressivos coerentes, que peritem estabelecer uma estrutura novelística” (CANDIDO, 2014, p.78).

Além disso, o objetivo deste trabalho perpassa por indagar de que modo a representação literária da fome construída por Castro em *Homens e Caranguejos* se configura enquanto um discurso que participa da construção da região conhecida por Nordeste. Nesse sentido, é crucial ter em mente que Josué de Castro se insere na cena política elaborando um discurso sobre a fome, a partir do qual elabora não apenas o Nordeste, mas também a nação, ao se inserir nas disputas em torno da ideia de desenvolvimento nacional.

2. UMA POLÍTICA PARA O NORDESTE, UMA DIREÇÃO PARA A NAÇÃO: UM OLHAR SOBRE A TRAJETÓRIA DE JOSUÉ DE CASTRO

Josué de Castro foi um grande pernambucano. Mais do que isso, foi um grande brasileiro. (RAMOS, 1983, p.92)

Seus valores, por diversas circunstâncias, não coincidiam com os valores universais. Tinham um toque universal, mas ficaram profundamente marcados pelo mundo da infância e da juventude. (LUDERMIR, 1983, p. 61)

Existe uma movimentação no sentido de resgatar a obra e a figura de Josué de Castro, intelectual relevante em sua época, mas que após ter seus direitos suspensos pela Ditadura Militar¹⁰, morre na cidade de Paris em 1973, praticamente sem ser noticiado pelos grandes veículos da mídia brasileira¹¹. Segundo depoimentos, “o silêncio sobre o lutuoso evento foi completo e até certo ponto inexplicável” (MARQUES, 1983, p.23). Desse incômodo surgem esforços para destacar as contribuições de Josué de Castro, que teve suas obras banidas¹² pelo regime militar. Nessa empreitada, se inserem palestras, coletâneas e congressos que visam reafirmar sua importância, muitas vezes focados em destacar o “aspecto universal” de suas formulações. Esse é o caso do “Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro”, promovido pela Academia Pernambucana de Medicina e publicado em formato de livro em 1983. A partir dele, temos acesso as estratégias mais ou menos intencionais que seus participantes utilizaram para ressaltar a importância de sua produção¹³. Nesses depoimentos, se faz presente uma certa tensão

¹⁰ “O nome de Josué de Castro esteve entre os primeiros quarenta intelectuais, políticos, professores, funcionários públicos, cassados pela ditadura civil-militar” (AMORIM, 2016, p.46).

¹¹ “Ao contrário dos jornais europeus, que veicularam com evidência a morte de Josué de Castro, uma parcela significativa dos periódicos brasileiros se restringiram a emitir pequenas notas sobre falecimento” (AMORIM, 2016, p.35). Ainda de acordo com o autor, “a vigilância em torno da notícia da morte de um exilado político, bem como do seu enterro, não fugiria às normas da censura” (AMORIM, 2016, p.36). Desse modo, a diferença de abordagem entre os veículos estrangeiros (como o caso dos jornais *Le Monde* e *Le Figaro*) e a mídia brasileira fica explícita, principalmente, no esvaziamento do sentido político da trajetória de Castro operado pela censura no Brasil, visto que “paulatinamente os detalhes da morte e do sepultamento foram surgindo nos jornais impressos, porém sem uma conotação política” (AMORIM, 2016, p.37). Vale ressaltar “o esforço dos agentes da repressão no sentido de tentar evitar que a morte de Josué de Castro produzisse alguma comoção social ou uma repercussão negativa para o regime” (AMORIM, 2016, p.39).

¹² Castro “teve sua obra excomungada das universidades e mesmo do Ensino Médio” (NASCIMENTO, 2009, p.45). Ainda de acordo com o autor, “Geografia da Fome era um livro que aparecia constantemente na bibliografia dos estudantes secundaristas nos anos 1950 e início de 1960” (NASCIMENTO, 2009, p.45).

¹³ Importante ter em mente quem eram os interlocutores desse evento: “Tratava-se de um evento comemorativo, de exaltação da memória do intelectual, promovido por uma academia de colegas de profissão” (AMORIM, 2016, p.78).

entre universal e regional, observável desde as falas mais corriqueiras, até aquelas que buscam explicar a presença do “universal” nas formulações de Castro a partir de elementos de sua biografia, já que, segundo o próprio autor, foi na infância que ele toma conhecimento da fome, este fenômeno universal que se impõe. Como destacam participantes desse ciclo, além de um “bom filho de Pernambuco” (MARQUES, 1983, p.24), Castro era também “um patriota” (MARQUES, 1983, p.24), ao mesmo tempo que “um homem com visão universal” (BRENIL *apud* MARQUES, 1983, p.38).

A recepção da crítica em relação à obra de Josué de Castro, no que tange aos seus livros de destaque como *Geopolítica da Fome* (1951) e *Geografia da Fome* (1946), também mobiliza a noção de universal, pelo menos no que se refere aos excertos reunidos no livro “O Drama universal da fome” de 1958, que já carrega no título essa dimensão, sendo exemplo de outro esforço no sentido de reavivar a obra de Castro, desta vez empreendido pela Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM). Os excertos da crítica estrangeira dão ênfase, de modo geral, na contribuição “científica”¹⁴ de suas obras, na mesma medida em que destacam sua maneira envolvente de escrever¹⁵. Porém, também é possível perceber a constante vinculação de sua obra com aspectos ditos “universais”, o que pode sugerir que Castro conseguiu, em maior ou menor grau, ter sucesso em ser colocado em um rol seletivo de escritores¹⁶, principalmente porque trabalha com um tema “de importância básica para a Humanidade” (ASCOFAM, 1958, p.333). Já nos excertos da crítica brasileira, além de destacarem a universalidade de suas contribuições, existe uma vinculação constante entre sua produção e um “caráter nacional”¹⁷, em um esforço de “salientar o sentido universal de sua obra, sem embargo de um sentimento intenso do regional que impregna suas ideias” (ASCOFAM, 1958, p.342).

¹⁴ Em trechos como: “obra científica” (Jean Senard e *Il Contemporaneo* de Roma), “análise objetiva do problema” (John Baldi), “documentação sólida” (Marcel Niedergang e Charles Ranson), dentre outros (ASCOFAM, 1958).

¹⁵ Em trechos como: “mais absorvente do que uma novela policial” (Cliffor Selly), “estimulante e provocativo” (A. M. Frood), “apaixonante” (Jacques Kayser), “tão apaixonante quanto um romance” (J. Mattra), dentre outros (ASCOFAM, 1958).

¹⁶ Alguém que conseguiu ser reconhecido, não apenas como autor regional, mas como capaz de aumentar “a curtíssima lista de livros brasileiros de categoria universal”, nas palavras de Alceu Marinho Rêgo (ASCOFAM, 1958, p.339).

¹⁷ Como na seguinte afirmação de Edison Carneiro: “nenhum me parece tão nacional em caráter, nem de tema tão importante e vital” (ASCOFAM, 1958, p.341).

Dentre os depoimentos do Ciclo de Estudos, há quem busque na trajetória inicial de sua vida a explicação para uma certa “sensibilidade” de Castro em relação as mazelas sociais e sua consequente ênfase e preocupação com o elemento humano. Também há aqueles que ressaltam sua existência cingida entre dois mundos – “o Josué da miséria, dos mangues da Madalena e, ao mesmo tempo, o Josué dos consultórios granfinos [...] ou das reuniões internacionais” (LUDERMIR, 1983, p.61). Um homem que mesmo “ligado aos governos” era de um “pensamento totalmente diferente do ‘status’ vigente” (LUDERMIR, 1983, p.68).

Entre estratégias que atribuem uma singularidade à pessoa de Josué de Castro, no esforço de delinear sua personalidade ou a “pessoa da vida privada”¹⁸, existem aquelas que destacam o autor como alguém que desafia o *status quo*, ou melhor, certas práticas correntes em dadas esferas de inserção. É o caso de Lima e Ludermir, ao construírem Josué de Castro enquanto um “político anti-político” (LIMA, 1983, p.106; LUDERMIR, 1983, e p.70). Essa nomenclatura refere-se, em certo sentido, às tomadas de posição que Castro efetuou ao longo da vida, como um desafiante que, talvez por isso, “não tenha conseguido ser um bom político” (LUDERMIR, 1983, p.69).

Essas tomadas de posição por vezes são atribuídas como fruto da personalidade de Castro, descrita como contraditória¹⁹, mas o que revelam é justamente o seu manejo destoante das práticas correntes no campo político – ingressar na política, mas não ter um trato considerado político ao abordar os temas, por exemplo – e há de se pensar “quantos votos não perdeu Josué por pintar a realidade com cores reais, sem escondê-la através da seca” (LUDERMIR, 1983, p.70). Como afirma Ludermir, a respeito de um dos discursos ousados de Castro, naquele contexto, os integrantes da Frente Parlamentar Nacionalista “admitiam a situação, como descreveu Josué, como uma descoberta real, mas consideraram anti-política sua exploração” (LUDERMIR, 1983, p.70). É nesse sentido que Lima afirma: “Josué não queria ser Prefeito e também não sabia e não queria jogar” (LIMA, 1983, p.107). É possível complexificar as implicações dessa afirmação pois, ainda segundo Lima, apesar de lhe faltar o

¹⁸ (LUDERMIR, 1983, p.57).

¹⁹ Contradição evidenciada em trechos como: “E dos contrastes do Recife, dos rios, de água e de miséria, das ilhas de opulência, uma centelha iluminou a cabeça do menino fazendo surgir disso tudo a perspectiva de um mundo utópico, capaz de substituir as contradições [...] seus estudos posteriores estão implicitamente contidos nas páginas da juventude – em certo sentido, Josué de Castro era um temperamento contraditório” (LIMA, 1983, p. 103).

que ele chama de “molejo eleitoral ecológico”, fato é que Castro venceu a eleição para Deputado Federal do Estado de Pernambuco em 1958, com a maior votação já registrada. Entretanto, segundo Lima, apesar de ter força política em dados momentos, Castro “não sabia aproveitá-la, por honestidade ou simplesmente por não querer aproveitar” (LIMA, 1983, p. 106)²⁰.

Um caminho possível, porém, complexo, é aquele que busca nas raízes do autor as peculiaridades de sua obra, mas o procedimento que nos interessa aqui de fato são as tomadas de posição²¹ que Castro realizou, tendo em vista as demais posições possíveis que estavam em seu horizonte. No caso de sua obra, existe a latente constatação da universalidade do fenômeno da fome que, como abordado em *Geopolítica da Fome* (1951)²², efetivamente se constitui em um fenômeno mundial e, nesse sentido, universal. Mas, essa ênfase no universal talvez funcione também, na mesma linha dos participantes do Ciclo de Estudos, para afirmar a amplitude e validade de sua obra, acabando por produzir um discurso que, nas entrelinhas, conclui:

²⁰ “Desejava, por exemplo, ser Governador de Pernambuco, de acordo, naturalmente, com os requisitos que possuía: aguda capacidade intelectual, experiência administrativa, dedicação ao trabalho, prestígio nacional e internacional e até voto para eleger-se. Só lhe faltava maquinação política – politicagem – que Roosevelt tinha, e a turma aqui da casa é bem dotada” (LIMA, 1983, p.108-109). Com suas falas, o autor destaca que, para além de competências para o cargo, o que era necessário para a vida política era certo tipo de manejo do campo, coisa que Castro não possuía, em sua visão. Porém, na próxima seção, na qual iremos explorar a trajetória política de Castro, iremos observar que ele soube estabelecer alianças e construir redes de contato com certa maestria, inclusive no campo político.

²¹ De acordo com Bourdieu, “o método biográfico se esgota em buscar nas características da existência singular do autor os princípios explicativos que só podem se revelar se levarmos em conta, enquanto tal, o microcosmos literário no qual ele está inserido” (BOURDIEU, 2008, p.58). Por isso, a proposta deste capítulo é olhar para a trajetória de Josué de Castro, ainda no sentido atribuído por Bourdieu, como uma série de posições sucessivamente ocupadas por um mesmo agente (BOURDIEU, 1996). Vale dizer que essas tomadas de posição se remetem ao lugar que o indivíduo ocupa em um campo social, sendo este um conceito central. No caso do Brasil do século XX é possível pensar na formação de vários campos no sentido estrito de Bourdieu, mas como não é o foco do trabalho discutir essas formações mais amplas, vamos acompanhar de perto Josué de Castro e tentar posicioná-lo com relação a outras figuras importantes, tendo em vista que a posição dos agentes é relacional. Discussões a respeito da formação dos campos no contexto brasileiro irão ficar como um pano de fundo que não conseguiremos abordar com profundidade neste trabalho.

²² De acordo com Castro, no prefácio ao seu livro *Geopolítica da Fome*: “A verdade é que, embora tivéssemos então concebido o estudo desse fenômeno social em sua significação universal, apenas apresentamos em nosso livro a análise levada a efeito numa área limitada: o território brasileiro. O volume então aparecido foi, a rigor, uma geografia regional da fome, abordando o problema apenas no Brasil, nosso campo de experiência e observação diretas do fenômeno. Seria, no entanto, como uma espécie de introdução ao estudo universal do problema. Era preciso, pois, prosseguir no trabalho, analisando, dentro do mesmo método, as diferentes áreas de fome no mundo” (CASTRO, 1961, p.26).

universal, portanto, relevante. Uma estratégia possível na luta pela consagração intelectual e na disputa pelo capital científico.

Como defende Bourdieu (1983), seria praticamente impossível distinguir entre aquilo que se configura enquanto uma motivação intrínseca (o que é de interesse do próprio pesquisador) daquilo que assume o caráter de uma motivação extrínseca (interesses externos). Nesse sentido, vale ter em mente que “o que é percebido como importante e interessante é o que tem chances de ser reconhecido como importante e interessante pelos outros; portanto, aquilo que tem a possibilidade de fazer aparecer aquele que o produz como importante e interessante aos olhos dos outros” (BOURDIEU, 1983, p.125). Assim como a crítica confere centralidade para a categoria de universal, o próprio Josué de Castro a mobiliza constantemente, o que nos leva a inferir que ela é relevante. Utilizada, muitas vezes, para dar ênfase as suas proposições: se faltam estudos sobre o fenômeno – “a maior parte dos estudos científicos sobre o assunto limita-se a um de seus aspectos parciais, projetando uma visão unilateral do problema” (CASTRO, 1961, p.57) –, é viável afirmar que ele era até então tratado como tabu. Nesse sentido, a construção argumentativa faz com que as proposições de Castro automaticamente ganhem um toque de legitimidade ao propor um estudo mais completo, que abordaria “tanto as forças produtivas que devem ser postas em jogo, como as relações sociais que devem ser estabelecidas para um reajustamento, uma redistribuição equitativa dos meios de subsistência entre os componentes dos diferentes grupos humanos” (CASTRO, 1961, p.83), já que “só assim haverá esperanças de vivermos num mundo limpo das negras e infamantes manchas demográficas da fome” (CASTRO, 1961, p.83).

Mas o fato é que uma tensão, pressuposta ou verdadeiramente sentida, entre regional e universal não é um caso particular de Josué de Castro e pode ser encontrada na trajetória de inúmeros artistas e intelectuais²³ no decorrer do século XX. Ao mesmo tempo que cidadão do mundo²⁴, ao lado de figuras como Bertrand Russel e Jean Rostard, tendo viajado por vários lugares, Castro afirmava que “nunca deixamos de nos sentir como um provinciano com espírito

²³ Para uma análise mais aprofundada sobre o tema, com recorte nas artes visuais, ver a tese intitulada *Regional como opção, regional como prisão: trajetórias artísticas no modernismo pernambucano* de Eduardo Dimitrov.

²⁴ Josué de Castro “recebeu o passaporte n.º18 da cidadania mundial, na ocasião em que o Jornal Francês Le Monde escolheu os cidadãos do mundo” (LIMA, 1983, p.119).

e o sentimento impregnados da substância da terra da província” (CASTRO *apud* LUDERMIR, 1983, p.71). E, em seus tempos de exílio, deixou a seguinte declaração:

Julgo-me às vezes um espírito universal, mais preocupado com os problemas do mundo do que com as pequenas questões regionais ou locais. Mas, de vez em quando a sensibilidade protesta e a fome do regional, do íntimo do familiar se exacerba. Nestes momentos penso que viver fora do país onde se nasce e cresce é sempre uma mutilação por melhor que se viva (CASTRO *apud* LIMA, 2012, p. 124).

Além da muito referenciada afirmação: “não se morre só de nefrite, de doenças dos vasos ou do aparelho digestivo, morre-se também de saudade, de saudade da terra onde a gente nasceu” (CASTRO *apud* LIMA, 2012, p. 124). Nesse sentido, se justifica o esforço em analisar mais detidamente certos aspectos de sua trajetória, com vistas a delinear as tomadas posição de Josué de Castro, no sentido de pensar as estratégias do autor ao apostar em trabalhar com a fome, em busca de se consagrar enquanto um escritor de relevância universal.

Mais interessante do que pensar em termos de talento²⁵, a ideia de criatividade²⁶ salta aos olhos, não como um elemento de uma suposta essência de Josué de Castro, mas como fruto de suas tomadas de posição e das formas como ele respondeu aos desafios colocados por suas esferas de inserção – saúde, geografia, medicina, política, dentre outros. É possível, portanto, destacar alguns de seus posicionamentos e, nesse sentido, suas estratégias, ao longo de seu percurso intelectual, que em muitos momentos reforçam a visão de um desafiante, já salientadas pelas falas anteriormente mencionadas. Elas chamam atenção para o modo criativo, ou até mesmo inovador, com o qual ele tratou das problemáticas inseridas em sua obra, se contrapondo, em muitos momentos, a intelectuais já estabelecidos e adotando posturas consideradas destoantes. Porém, também é possível, através de uma análise de sua trajetória, inscrever Castro em uma situação histórica e social, demonstrando que, apesar de uma inventividade em certos momentos, também há muito de seu contexto e dos debates da época em suas formulações.

Nesse sentido, é importante ter em vista a centralidade da fome para a trajetória de Josué de Castro: “A fome é a pedra fundamental da sua obra, sobre a qual ele constrói a narrativa

²⁵ “Seu talento de desenvolveu numa região árida, desfavorecida, num Estado monocultor, numa cidade de mangues” (LIMA 1983, p.100).

²⁶ “É como se na cabeça do jovem nordestino repercutisse constantemente o drama da cidade, da miséria da cidade, do humano da cidade. E das consequências desse drama regional, do reflexo nas silhuetas dos casebres pobres se originasse a energia da sua criatividade” (LIMA, 1983, p.101).

mítica de sua identidade intelectual, e pela qual ele se torna internacionalmente conhecido” (MELO, 2012, p.139-140). Dentre as possibilidades oferecidas por seu contexto social e trajetória, Castro se debruça sobre um tema que, segundo ele mesmo, era um tabu²⁷ – propositalmente excluído dos debates públicos devido a certos interesses. Nessa perspectiva, sua obra oferece um caráter de subversão já na escolha do tema, mas essa aposta temática não se dá no vazio e possui lastro social, ou seja, estava localizada dentro das possibilidades oferecidas pelo contexto, como iremos observar mais adiante. Mas, o que podemos logo verificar é que Josué de Castro, ao longo de sua trajetória, aposta na associação entre sua figura e essa temática. Vinculação em certo sentido bem sucedida, tanto que, em um dos depoimentos, temos acesso a seguinte transcrição de uma fala direcionada a Castro: “Não sei ler, mas sei que o Sr. é o *homem da fome* e eu lhe admiro” (**grifos meus**. LIMA, 1983, p.105). E o próprio Josué de Castro opera essa conexão, como nas célebres passagens²⁸ nas quais ele vincula a descoberta da fome aos seus anos de infância. Além disso, sua estratégia política perpassava pelo assunto, “o que contava para Josué de Castro era a possibilidade de usar sempre meios para sua obstinada linha de luta contra a fome [...] era assim que fazia política, era assim que se comunicava com o povo” (LIMA, 1983, p.112).

Porém, houve um percurso para que o tema da fome ganhasse centralidade²⁹, já que ele não estava dentre as suas preocupações acadêmicas iniciais, como revela o seu primeiro ensaio,

²⁷ “Assunto tão delicado e perigoso por suas implicações políticas e sociais que até quase aos nossos dias permaneceu como um dos tabus da nossa civilização - uma espécie de tema proibido ou, pelo menos, pouco aconselhável para ser abordado publicamente” (CASTRO, 1961, p. 45-46).

²⁸ Amplamente citadas nos trabalhos a respeito de Josué, encontramos passagens que vinculam a descoberta da fome à sua infância, tais como: “O fenômeno se revelou espontaneamente[sic] a meus olhos nos mangues do Capibaribe, nos bairros miseráveis da cidade do Recife” (CASTRO 1967a, p.12) ou “Esta é que foi a minha Sorbonne: a lama dos mangues do Recife, fervilhando de caranguejos e povoada de sêres[sic] humanos feitos de carne de caranguejo, pensando e sentindo como caranguejo” (CASTRO, 1967a, p.12). Em uma entrevista publicada em 1964, Castro desenvolve melhor sua posição quando menino em relação ao fenômeno: “No Recife morei na Hong Kong da América, ao lado dos mocambos. Ali tive a primeira imagem da fome. Eu não participava dela diretamente. Os meninos com que brincava eram pobres e alguns, moleques” (CASTRO, 2007, p.40).

²⁹ Em relação ao acervo pessoal de Josué de Castro, sob custódia da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) desde 2011: “a documentação está mais concentrada entre as décadas de 1940 e 1970, período em que se tornou escritor de obras que circularam internacionalmente, estabeleceu redes intelectuais em diversos países, e passou a acumular um maior número de documentos” (AMORIM, 2017, p.8). Assim, no que se referem aos anos de formação, até mais ou menos a publicação de Geografia da Fome em 1946, a documentação é marcada “principalmente pela fragmentação e ausência de documentos desses momentos históricos” (AMORIM, 2017, p.8).

ainda aos 17 anos, que versava sobre Freud e literatura³⁰. De acordo com Melo (2011), esse texto marca o início de sua vida literária, que carrega três características principais desenvolvidas, em maior ou menor grau, ao longo de sua trajetória: “a defesa da mestiçagem como base da vitalidade da cultura e do desenvolvimento nacional”, “a valorização do nacional e de sua produção intelectual que bebe do ‘sangue caldeado de trez[sic] raças’” e, por fim, “a defesa daquilo que chamou de arte ‘comprometida’, que retrata a realidade do povo brasileiro” (MELO, 2012, p.114; MELO, 2011).

Dando sequências às publicações, o autor ressalta duas crônicas de Castro, ambas publicadas em 1927, intituladas: “Arte e Sciencia” e “Poeta Americano”. É dessa década também que datam seus primeiros poemas: “Raça Preta” de 1927, “Pequeno Poema” de 1928, “Poema” de 1929 e “Estética Moderna” de 1929³¹. Em relação as suas primeiras incursões na poesia, Castro “teria sido movido pela liberdade de rima e métrica do modernismo, cujas influências recebeu de perto” (MELO, 2011, p. 143). Também vale ressaltar suas publicações sobre pintura, cinema e literatura³², a partir de 1929, ano em que se formou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. Melo destaca que esses escritos têm como ponto central a questão da linguagem artística e do desenvolvimento técnico, nos quais “Josué reafirma a posição modernista que define territórios artísticos, de modo que cada expressão artística pressupõe uma linguagem própria” (MELO, 2011, p.144).

Porém, é na década de 30 que se consolida na obra de Castro um “compromisso com o gênero humano no sentido de identificar e atacar as desigualdades” (MELO, 2012, p.125-126). A fome aparece então em seu artigo intitulado “A cozinha moderna e uma necessidade” de 1932. Nesse mesmo ano também defende sua tese de livre-docência intitulada *O problema fisiológico da alimentação no Brasil*, para a cadeira de fisiologia da Faculdade de Medicina do

³⁰ Seu primeiro ensaio tinha como título “A Doutrina de Freud e a Literatura Moderna” e foi publicado na Revista de Pernambuco, em 1925, enquanto Josué ainda estava na Faculdade de Medicina da Bahia (MELO, 2011).

³¹ “Além dos inéditos: México, Puebla, Noite do México (todos de 1930)” (MELO, 2011, p.143).

³² Alguns títulos citados por Melo (2011) em relação a este período: “Cícero Dias e Kretschmer” publicado no jornal Diário da Tarde (Recife); “Renovação da Arte”, “O Cinema e a Litteratura”, “Cinema Brasileiro” publicados no Diário da Manhã (Recife) e “Agonia do Teatro” publicado no Jornal Pequeno (Recife). Todos datados de 1929. Apenas tive acesso aos textos publicados no Jornal Diário da Manhã (Recife), através da Hemeroteca Digital Brasileira.

Recife, publicada em 1939³³ com o título *O problema da alimentação no Brasil*³⁴ (MELO, 2012). É possível pensar que a “supressão do termo nos dá uma pista de como vai se dando a guinada para o olhar social de Castro” (LEME, 2021, p.1128-1129), pois entre a tese e a publicação do livro “Castro fez um estágio com Pedro Escudero, considerado um dos pioneiros na América Latina entre os que vincularam a nutrição a questões sociais da alimentação”³⁵ (LEME, 2021, p.1129). É nesse sentido que a “pesquisa de Castro vai paulatinamente ganhando contornos sociais, com seu desenvolvimento mais acabado em *Geografia da fome*” (LEME, 2021, p.1129).

É possível considerar também que “ao suprimir o termo ‘fisiológico’ e apresentá-la como ‘O problema da alimentação no Brasil’, Josué está claramente procurando situá-la em um domínio mais amplo que aquele da nutrição, quiçá sociológico” (MELO, 2012, p.125). Interpretação possível, visto a disputa traçada neste período com Gilberto Freyre, que critica a tese de Castro:

Inteiramente errado, ao nosso ver, o Sr. Josué de Castro no seu trabalho *O problema fisiológico da alimentação brasileira*, Recife, 1933 - no qual chega, aliás, do ponto de vista fisiológico e através da técnica mais recente na sua especialidade, às mesmas conclusões gerais que o Autor deste ensaio, pelo critério sociológico e pela sondagem dos antecedentes sociais do brasileiro, isto é, “muitas das conseqüências mórbidas incriminadas aos efeitos desfavoráveis do nosso clima são o resultado do pouco caso dado aos problemas básicos do regime alimentar”- quando considera os alimentos ricos de hidratos de carbono os “de aquisição mais barata pela sua abundância natural, num país agrícola como o nosso”. “A alimentação intuitiva, habitual, das classes pobres, trabalhadoras”, acrescenta, “está sob este ponto, de acordo com os fundamentos fisiológicos”. Procuramos indicar neste ensaio justamente o contrário: que a monocultura sempre dificultou entre nós a cultura de vegetais destinados à alimentação. Do que ainda hoje se sente o efeito na dieta do brasileiro - na do rico e especialmente na do pobre. Nesta o legume entra raramente; uma fruta ou outra, a rapadura ou o mel de furo, um peixinho fresco ou a carne de caça, quebra, quando Deus é servido, a rigidez do regime alimentar do brasileiro pobre: farinha, charque e bacalhau. O próprio feijão já é luxo. E a farinha tem faltado várias vezes (FREYRE, 2001, p.149).

³³ A data de publicação não se mostra um consenso, pois segundo Vieites (2016), sua primeira edição não especifica o ano. De acordo com Vieites (2016), há autores que atribuem essa publicação ao ano de 1933.

³⁴ Neste trabalho, Castro “reitera a necessidade de priorizar a questão alimentar na compreensão do social”, que, segundo ele, foi negligenciada nas interpretações sociológicas a respeito do país até então (MAGALHÃES, 1997, p.32). Desse modo, “o autor privilegia o aprofundamento da análise da alimentação, buscando fazer crer ao País - e posteriormente ao mundo - que este era o problema central para construção da nacionalidade, e não mais a raça ou o clima (MAGALHÃES, 1997, p.33).

³⁵ Importante pontuar que a “obra de Pedro Escudero teve profunda influência também em outros estudiosos como Heitor Anne Dias, Thales de Azevedo, Ruy Coutinho, Thalino Botelho, Peregrino Jr., Seabra Velloso, Helion Póvoa e Orlando Parahym” (LEME, 2021, p.1129).

De acordo com Vasconcelos (2001), esse debate entre os dois autores estava travado desde a primeira edição de *Casa Grande e Senzala* (1933), que já continha a nota de rodapé acima citada com as críticas feitas à Castro:

Observa-se nessa passagem que, apesar de reconhecer que Castro chegou às mesmas conclusões gerais de seu estudo, Freyre procurou enfatizar as diferenças existentes entre os métodos e os instrumentos utilizados por ambos. Ou seja, Castro utilizou-se do método (ponto de vista) fisiológico e da técnica de inquérito alimentar — recente aquisição da especialidade médica —, enquanto Freyre empregou o método (critério) sociológico e a sondagem dos antecedentes sociais. Isso nos faz atentar para a demarcação de fronteiras de competência entre as especialidades que o sociólogo Freyre procurava apontar. E se acrescentarmos que, àquela altura, tanto Castro como Freyre participaram do processo de criação da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife³⁶, talvez estejamos localizando nesse fato a origem das divergências existentes entre eles (VASCONCELOS, 2001, p.323).

Nesse sentido, podemos considerar que Gilberto Freyre ocupa uma posição de destaque com relação à trajetória de Josué de Castro numa fase inicial, sendo este um importante interlocutor com o qual Castro se coloca em disputa. Desse modo, Castro responde à crítica de Freyre em publicação de 1934, no *Diário da Manhã de Pernambuco*, apontando para uma disputa marcada nos campos de saberes:

Não critico sociologia, não me faço de sociólogo. Apenas, o trabalho a que me refiro é um trabalho médico-científico, e tendo Gilberto, sem ser médico, o commentado à maneira de sociólogo, eu também, sem ser sociólogo, falei do livro d'elle, como médico. [...] Criticando esse trabalho, Gilberto Freyre diz que em conjunto concorda com elle, chegando as mesmas conclusões que eu cheguei, mas que há um ponto, um detalhe, um pedaço onde eu estou “inteiramente errado”. Ora, o que me desconcerta e me obriga a esta explicação é que eu estou inteiramente certo. [...] Ora, rapadura é só hydrato de carbono, mel de furo é hydrato de carbono, farinha de mandioca contém 32% de hydrato de carbono: portanto um regimen deste é escandalosamente rico em hydratos de carbono, é um regimen de acordo com o que eu disse, com os fundamentos physiologicos. [...] Todos esses erros elementares são commettidos, porque como sociólogo falta a Gilberto Freyre o menor espirito científico pecando seu livro por excesso de intuição e falta de rigorismo nas observações. Aliás é esse um defeito muito comum entre os indivíduos no Brasil que se dizem de sociólogos. Gilberto Freyre era a ultima esperança que me restava de que o Brasil possuísse um sociologo que fizesse sociologia científica mas deante da revelação do seu livro onde elle demonstra uma ausência completa dos conhecimentos mais elementares da sciencia, só posso admirar-o de hoje em deante como um dos nossos “magníficos literatos” (CASTRO, 1934, p.5).

³⁶ Tendo em vista as inserções institucionais de Castro e suas vinculações nas universidades brasileiras, é a partir das “atividades de professor que Josué de Castro também seguiu o caminho das Ciências Humanas e se tornou, em 1933, um dos fundadores da Faculdade de Filosofia e Ciências Sociais do Recife” (AMORIM, 2016, p.78).

Com base nessas afirmações, podemos pensar nas disputas dentro do campo científico, em um processo de acumulação de capital que resultou em embates acadêmicos no sentido de demarcar “determinadas áreas ou territórios específicos do campo da nutrição que se constituía em nível nacional” (VASCONCELOS, 2011, p.335):

Assim, em *Geografia da fome*, ao afirmar o caráter não científico que teria a obra de Freyre (1998), por este não ter domínio da linguagem específica dos “assuntos de alimentação” e não usá-la, Castro reclamava para si o estatuto científico em falar e agir legitimamente no campo da nutrição. Já em *Casa-grande e senzala*, ao apontar que determinadas conclusões sobre os hábitos e o padrão alimentar da população brasileira, às quais Castro teria chegado, eram “inteiramente erradas”, Freyre reivindicava o estatuto do método sociológico (VASCONCELOS, 2001, p.335-336).

Entretanto, “superada a raiva, Josué de Castro exalta *Casa Grande e Senzala* no prefácio do seu *Geografia da fome*, de 1946” (MELO, 2012, p.125), adotando Freyre como um de seus interlocutores ao longo do livro, principalmente quando trata da área que configura o Nordeste. Assim, é razoável comparar as formulações de ambos os autores, visto que estavam inseridos em debates em comum, para além do fato de terem sido contemporâneos. Enquanto disputavam hegemonia, na busca pela consagração, trataram muitas vezes dos mesmos temas, cada um à sua maneira, conferindo uma roupagem própria a discussão tendo em vista a posição que cada um ocupava no cenário intelectual.

Ainda em relação as questões alimentares, nem só de divergências são marcadas as obras desses autores, pois ambos pensaram a alimentação brasileira em relação a três grandes contribuições – a “portuguesa, a africana e a ameríndia” (FREYRE, 1996, p.53). De acordo com Castro, em seu ensaio intitulado “A influência negra na alimentação do brasileiro”, que compõe o livro *Documentário do Nordeste* (1937), “dos três estilos de cozinha - o do europeu, do índio e o do negro, foi este último o mais racional, o mais coerente com as nossas condições de vida” (CASTRO, 1957, p.123). Contribuição já destacada por Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933):

No regime alimentar brasileiro, a contribuição africana afirmou-se principalmente pela introdução do azeite-de-dendê e da pimentamalagueta, tão característicos da cozinha baiana; pela introdução do quiabo; pelo maior uso da banana; pela grande variedade na maneira de preparar a galinha e o peixe. Várias comidas portuguesas ou indígenas foram no Brasil modificadas pela condimentação ou pela técnica culinária do negro, alguns dos pratos mais caracteristicamente brasileiros são de técnica africana: a farofa, o quibebe, o vatapá (FREYRE, 2001, p.287).

Posição reiterada em seu *Manifesto Regionalista* (1952), que traz novamente para o centro do debate a questão alimentar:

A verdade é que não só de espírito vive o homem: vive também do pão - inclusive do pão-de-ló, do pão-doce, do bolo que é ainda pão. Não só com os problemas de belas artes, de urbanismo, de arquitetura, de higiene, de engenharia, de administração deve preocupar-se o regionalista: também com os problemas de culinária, de alimentação, de nutrição (FREYRE, 1996, p.52).

Nesse sentido, é possível pensar uma relação complexa entre as obras desses dois autores conterrâneos. Gilberto Freyre também é um intelectual que se insere na disputa simbólica pela definição da região que conhecemos como Nordeste. Assim, as relações entre as concepções de nação e de Nordeste de ambos os autores serão abordadas com mais profundidade no próximo capítulo.

De volta a trajetória de Castro, a aproximação com a temática da fome “começara a ocorrer dois anos antes depois de uma série de ‘acidentes de percurso’ que lhe desviaram dos seus planos originais em relação a sua vida profissional no Recife, para onde voltou depois de formado em medicina” (MELO, 2011, p. 147). Castro relata em entrevista que, após se formar na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, para a qual transferiu-se em 1925, tendo cursado os três primeiros anos na Faculdade de Medicina da Bahia³⁷, ele retorna ao Recife:

la para a Secretaria da Educação. Olívio Montenegro, Sílvio Rabelo, Gilberto Freyre e outros eram do grupo de José Maria Belo, que ia ser governador. Um cargo na Educação me estava destinado por todos eles. Não houve posse e a coisa gorou. Abri, então, o consultório, para fazer nutrição. Eu, na realidade, queria era ser psiquiatra, mas Ulhoa Cintra tinha dois aparelhos de metabolismo. Me vendeu um. Resolvi fazer nutrição (CASTRO, 2007, p.42)³⁸

Seus planos foram alterados devido aos impactos da Revolução de 30 na estrutura burocrática e política do país, o que fez com que Castro, entre os anos de 1930 e 1935, iniciasse

³⁷ “Os três anos em que viveu no estado da Bahia proporcionaram a criação de uma rede intelectual importante. Josué criou relações de amizade e foi contemporâneo, nessa instituição, daqueles que mais tarde se tornaram antropólogos nacionalmente conhecidos, como Arthur Ramos e Théó Brandão, além do contato com Anísio Teixeira” (AMORIM, 2016, p.68).

³⁸ Em relação a essa mesma entrevista, Amorim destaca: “Em um olhar sobre o passado, Josué de Castro constrói um discurso que passa a ideia de que a medicina não era o seu objetivo constante. Provavelmente, agregar outros interesses ao saber médico possibilitou o contato com outros campos do conhecimento que se tornaram caminhos possíveis para as suas reflexões” (AMORIM, 2016, p.70). Porém, há também aqueles que destacam uma escolha baseada em uma suposta vocação: “Muito jovem ainda Josué de Castro seguiu para o Rio de Janeiro a fim de estudar Medicina. Sua escolha resultou, certamente, da tendência que sempre demonstrou para o estudo dos problemas sociais. A Medicina poderia proporcionar-lhe um bom contato com o povo e seria uma porta aberta para o estudo de assuntos do seu maior interesse. Naquela época, a escolha da profissão era orientada principalmente pela vocação, atitude bem diferente da atitude atual, que visa sobretudo o lucro” (CHAVES, 1983, p.175).

uma clínica, onde passa a atuar na área da nutrição³⁹. Além disso, ele relata que começou a trabalhar em uma grande fábrica:

e a verificar que os doentes não tinham uma doença definida, mas não podiam trabalhar. Eram acusados de preguiça. No fim de algum tempo, compreendi o que se passava com os enfermos. Disse aos patrões: “sei o que meus clientes têm. Mas, não posso curá-los porque sou médico e não diretor daqui. A doença dessa gente... é fome.” Pediram que eu me demitisse. Sai. Compreendi, então, que o problema era social. Não era só do mocambo, não era só do Recife, nem só do Brasil, nem só do continente. Era um problema mundial, um drama Universal (CASTRO, 2007, p.42-43).

Essa experiência foi fundamental para sua trajetória, já que é a partir dela que Castro “junto ao diretor de Saúde do estado, Décio Parreiras [...] consegue recursos, em 1933, para realizar no Recife o 1º inquérito feito no Brasil sobre as condições de vida das classes operárias” (MELO; NEVES, 2007, p.30)⁴⁰. Os resultados deste inquérito⁴¹, por mais que não tivessem gerado impactos diretos no governo Pernambuco naquele momento, “foram utilizados como referências, sob as ordens de Agamenon Magalhães, ministro do Trabalho, para a determinação do salário mínimo” (MELO; NEVES, 2007, p.30). Além disso, o inquérito pode ser considerado um marco importante, pois a partir dele Castro traz uma contribuição essencial no que diz respeito ao recorte que fez de seu objeto – “bairros proletários do Recife” (LEME, 2012, P.1130):

Castro conseguiu enxergar as carências alimentares das classes populares, chegando à conclusão de que o consumo médio de calorias era de 1.645, enquanto o indicado para a época era de três a quatro mil. O deslocamento do problema da alimentação da

³⁹ Importante destacar que, antes disso, Castro “quando se formou médico, viajou como representante da Embaixada dos Universitários Brasileiros para participar da posse, como Presidente da República, do ex-embaixador mexicano no Rio de Janeiro, Pascual Ortiz Rubio. Em um acontecimento trágico na história daquele país, Rubio renunciou ao cargo, após ser ferido a bala. Depois do incidente, Josué de Castro antecipou a sua viagem aos EUA, onde já havia articulado um período de estágio na Universidade de Colúmbia e no Medical Center de Nova Iorque” (AMORIM, 2016, p.73). Foi essa experiência no exterior que “contribuiu para a sua especialização em um campo das ciências médicas ainda incipiente no Brasil, nesse caso a nutrição” (AMORIM, 2016, p.73 -74).

⁴⁰ “Apesar de o próprio Josué dizer que fez esse inquérito em 1932 e essa data ser assumida pelas pesquisas que se debruçam sobre o autor (Silva, 2016, p.27), outras fontes apontam que o inquérito foi realizado em 1934. Em A alimentação brasileira à luz da geografia humana, lançado em 1937, ele afirmou que teria feito o trabalho sobre a população pobre de Recife em 1934” (LEME, 2021, p.1129-1130).

⁴¹ Vale também lembrar que “ele não foi o único a fazer inquéritos alimentares. Cabe mencionar a pesquisa promovida pelo Instituto de Higiene de São Paulo” (LEME, 2021, p.1130). Além disso, “naquele momento, as carências alimentares do Brasil já eram tema consagrado pela imprensa e por especialistas. Castro conquistou um papel de destaque, bebendo nos estudos nacionais e principalmente internacionais sobre alimentação, pobreza e nutrição para debater a fome junto com outros intelectuais da época. A partir dos estudos científicos da época, ele começou a traçar, paulatinamente, o conceito que mais tarde, em Geografia da fome, chamará de fome endêmica” (LEME, 2021, p.1130).

seara fisiológica para a esfera social e econômica – tratando principalmente de desigualdade social – é a grande bandeira de Castro iniciada por essa pesquisa (LEME, 2021, p.1130).

A partir desse inquérito, Castro publica o texto “As condições de vida das classes operárias”, que integra o livro *Alimentação e Raça* de 1935. Assim, é possível perceber que Josué de Castro se interessou muito cedo pelo tema da fome e, além de atribuir sua relação com o mesmo aos seus anos de infância, considera formalizada essa aproximação quando escreve, aos 21 anos, “O ciclo do caranguejo”⁴², reunido com outros contos e publicado no livro de 1937 intitulado *Documentário do Nordeste*. Em 1935, muda-se novamente para o Rio de Janeiro⁴³.

A partir da temática da fome, “que dá sentido de ‘totalidade’ à sua obra” (NASCIMENTO, 2012, p.309), Castro desenvolve outros temas e se posiciona perante aos debates travados à época. Em primeiro lugar, é importante ressaltar que sua abordagem em relação a fome trouxe importantes contribuições, pois se destacou das correntes que a analisavam como um fato natural, e abordou o fenômeno como um problema social⁴⁴. Também é importante mencionar que uma das suas contribuições centrais envolve a sistematização do conceito de fome endêmica que, na contramão da imprensa e de uma mentalidade que associava fome a períodos de crise (guerras, secas e afins), destaca a configuração estrutural do fenômeno⁴⁵, dentre suas múltiplas facetas (LEME, 2021). Ele participa “de um processo de

⁴² Diz Castro em entrevista: “– Este ciclo, Pedro Bloch, explica a você a origem da minha preocupação com a fome. A paisagem que descrevi, há mais de trinta anos, ainda está lá igualzinha. Não mudou nada. O meu mérito, se ele existe, foi conseguir ver como ainda não tinham visto” (CASTRO, 2007, p.41).

⁴³ “Provavelmente a escolha do Rio de Janeiro, cidade na qual já havia habitado quando era estudante de medicina, tenha sido levada em consideração pela oportunidade de transitar nos meios intelectuais. A Capital Federal dispunha de universidades que tinham uma vida acadêmica intensa, o que possibilitaria a Josué de Castro participar e ter acesso a debates intelectuais mais atualizados. Além disso, possibilitaria construção de outras redes intelectuais e políticas que permitissem a aproximação com a renovação cultural que estava em curso durante a década de 1930 e que se estenderia pelos anos 1940” (AMORIM, 2016, p.83-84). O próprio Castro, de certo modo, estabelece a cidade do Rio de Janeiro como palco de disputas, ao mesmo tempo que Recife como o local onde ele tomou consciência do fenômeno da fome: “Eu não esqueço nem o Nordeste onde nasci, a cidade de Recife onde abri os olhos para o mundo, e o Rio de Janeiro onde travei as grandes lutas para impor minhas idéias e convicções” (CASTRO *apud* LIMA, 2012, p.124).

⁴⁴ De acordo com Castro: “[...] a fome, apesar de constituir fenômeno universal, não traduz uma imposição da natureza. [...] não são as condições naturais que conduzem os grupos humanos à situação de fome, e sim certos fenômenos culturais, produtos de erros e defeitos graves das organizações sociais em jogo. A fome determinada pela inclemência da natureza constitui um acidente excepcional, enquanto que a fome como praga feita pelo homem constitui uma condição habitual nas mais diferentes regiões da Terra: toda terra ocupada pelo homem tem sido por ele transformada em terra da fome” (CASTRO, 1961, p.79).

⁴⁵ Com relação a *Geografia da Fome*: “O nosso objetivo é analisar o fenômeno da fome coletiva — da fome atingindo endêmica ou epidemicamente as grandes massas humanas. Não só a fome total, a verdadeira inanição

transformação do olhar social para o fenômeno da fome que se deu no Brasil em diversas frentes” (LEME, 2021, p.1117).

Além disso, “nos seus primeiros escritos, o autor lança mão de temas ausentes na discussão clínica da nutrição, como raça, evolução social e identidade nacional” (NASCIMENTO, 2012, p.314). Debateu com figuras de destaque na época, como o caso envolvendo Gilberto Freyre, no qual Castro critica a famosa afirmação do sociólogo de “que os mais bem alimentados na região sempre foram os representantes dos dois extremos econômicos: o senhor de engenho e o escravo; o senhor alimentando bem o escravo para que ele produzisse mais”⁴⁶ (CASTRO, 1984, p.144):

A rigor, o sociólogo não deveria escrever “os mais bem alimentados”, mas, os que comiam maiores quantidades de alimentos, o que é bem diferente. São afirmações como esta destituídas de todo fundamento, ao lado de uma impropriedade vocabular que denuncia o desconhecimento, o mais completo, do autor, dos assuntos de alimentação, que tornam a obra de Gilberto Freyre uma obra destituída de qualquer valor científico. [...] Quando o senhor fornecia ao negro uma dieta mais abundante de feijão, farinha, milho ou toucinho, não melhorava o seu regime alimentar, senão num único aspecto: no de abastecê-lo de maior potencial energético sem minorar nenhuma das suas deficiências qualitativas, agravando mesmo algumas delas (CASTRO, 1984, p.144-145).

Nesse contexto, ainda predominava um imaginário social que associava a raça uma suposta preguiça de certos segmentos da população, que Castro aborda em passagens como:

Com a abolição da escravatura, os negros e os mestiços saídos das senzalas, ficando com a alimentação a cargo dos seus salários miseráveis, começaram por diminuir as quantidades de alimentos de sua dieta, e já não dispunham nem de combustível suficiente para produzir o trabalho que antes realizavam. Diminuíram, então, o seu rendimento para equilibrar o déficit orgânico, sendo esta diminuição tomada pelos patrões mais reacionários como um sinal de preguiça consciente, de premeditada rebeldia do negro liberto contra o regime feudal da economia açucareira. A verdade é que a moleza do *cabra de engenho*, a sua fatigada lentidão não é um mal de raça, é um mal de fome (CASTRO, 1984, p.145).

que os povos de língua inglesa chamam de starvation, fenômeno, em geral, limitado a áreas de extrema miséria e a contingências excepcionais, como o fenômeno muito mais freqüente e mais grave, em suas conseqüências numéricas, da fome parcial, da chamada fome oculta, na qual, pela falta permanente de determinados elementos nutritivos, em seus regimes habituais, grupos inteiros de populações se deixam morrer lentamente de fome, apesar de comerem todos os dias. É principalmente o estudo dessas coletivas fomes parciais, dessas fomes específicas, em sua infinita variedade, que constitui o objetivo nuclear do nosso trabalho” (CASTRO, 1984, p.26).

⁴⁶ No original de Freyre, consta: “Melhor alimentados, repetimos, eram na sociedade escravocrata os extremos: os brancos das casas-grandes e os negros das senzalas. Natural que dos escravos descendam elementos dos mais fortes e sadios da nossa população” (FREYRE, 2001, p.48).

Esses discursos se localizam em um contexto dominado por uma “concepção incipiente de fome”, ainda influenciada por duas doutrinas predominantes – o positivismo e o evolucionismo (NASCIMENTO, 2012, p.315). Castro se distancia do evolucionismo, em vários momentos de sua obra, principalmente a partir de seu entendimento de que “as chamadas ‘raças inferiores’ são apenas raças famintas, capazes de se apresentarem, quando bem alimentadas, em igualdade de caracteres com as supostas ‘raças superiores’ (CASTRO, 1961, p.139). Assim, é importante ter em mente que, ao defender ser:

a fome e não raça o elemento que desenha o perfil da nação, Josué de Castro demonstra a preocupação com a construção do homem brasileiro e procura contrapor-se às teorias que formulavam uma inexpugnável inferioridade da civilização brasileira devido à composição racial (MAGALHÃES, 1997, p. 29).

Interessante, novamente, observar essas afirmações de Castro em relação as colocações de Gilberto Freyre em *Casa Grande e Senzala* (1933). Em partes desse livro, Freyre se dedica a discorrer sobre os hábitos alimentares brasileiros e podemos perceber uma operação que o autor realiza em torno da farinha de mandioca enquanto símbolo do “nativo, do mestiço, do mulato” e a farinha de trigo como representante do “branco colonizador” (VASCONCELOS, 2001, p.320.), jogo no qual aparece a estreita vinculação entre alimentação e os rumos da população. Ali já estava presente uma ênfase nos padrões alimentares:

temos que reconhecer ter sido o regime alimentar do brasileiro, dentro da organização agrária e escravocrata que em grande parte presidiu a nossa formação, dos mais deficientes e instáveis. Por ele possivelmente se explicarão importantes diferenças somáticas e psíquicas entre o europeu e o brasileiro, atribuídas exclusivamente à miscigenação e ao clima (FREYRE, 2001, p.48).

Nesse sentido, tanto Freyre quanto Castro figuram enquanto autores que pensaram a alimentação/hábitos alimentares enquanto um paradigma de compreensão do Brasil. A alimentação vinha então ganhando mais foco nas análises deste período, principalmente quando confrontamos Freyre e Castro com outra figura de destaque: Nelson Chaves. “Em comunhão com outros cientistas da época, a exemplo de Castro e Freyre, Chaves está sempre procurando reafirmar a ênfase da alimentação racional sobre a dimensão racial/climática, como enfoque explicativo da qualidade de vida do povo brasileiro” (VACONCELOS, 2011, p.328). Além disso, é possível pensar que os autores:

compartilhavam da matriz ideológica que, à época, procurava desfocar da questão racial para a questão sociocultural o preconceito racial/climático que se tinha sobre o povo brasileiro, particularmente sobre o processo de mestiçagem no Brasil. Nesse sentido, podemos dizer que esses cientistas pernambucanos integraram-se perfeitamente à categoria mais ampla de intelectuais que, nas décadas de 1930 e 1940,

imbuíram-se na tortuosa tarefa de construção da nacionalidade brasileira (VACONCELOS, 2011, p.335).

Desse modo, ao pensar a alimentação e o combate à fome, Castro estava também formulando o Brasil, debatendo temas de suma importância às discussões a respeito da identidade nacional, inserindo-se, desse modo, nas disputas simbólicas que envolvem a noção de região⁴⁷. Além disso, é importante localizar historicamente o autor, demonstrando que a preocupação com a alimentação não surge do nada e guarda relações com seu contexto. Mais interessante do que dizer que Castro inventou uma centralidade para a questão da fome e da alimentação, é localizar o modo como o autor respondeu aos debates que estavam em seu horizonte, assim podemos ver com mais clareza suas contribuições.

De acordo com Castro, “heresias como esta, clássica e superficial, de atribuir todos os males e imperfeições do país, aos dois preconceitos arcaicos – da raça e do meio” (CASTRO, 1957, p.141) eram posições de “muitos dos homens cultos”, chamados também por ele de “sociólogos pseudocientíficos” que “quando falavam em meio, queriam referir-se ao clima tropical, acusado de assassino e quando falavam de raça era para mostrar seu desdém pelas manchas inferiorizantes da mestiçagem” (CASTRO, 1957, p.141).

Desse modo, “a visão da inviabilidade da nação dada sua composição étnica é superada por uma concepção mais ampliada dos fatores que intervêm no perfil da população e na qual se insere o pensamento de Josué de Castro” (MAGALHÃES, 1997, p.30):

Para Josué de Castro, a “valorização da raça” está presa à transformação no quadro de fome. A melhoria das condições gerais do homem brasileiro e da própria civilização implica, necessariamente, a mudança do seu estado alimentar. Considerando a influência da alimentação no perfil da população e no seu desenvolvimento, torna-se fundamental, segundo ele, incorporá-la dentre as mais prementes preocupações no âmbito do pensamento social (MAGALHÃES, 1997, p.30-31).

Assim, a questão primordial para Castro girava em torno de fatores sociais:

No Brasil, mais do que a herança racial e a ação amolecedora do clima, agiram como estôrvo[*sic*] à nossa evolução social, impedindo que ela tomasse velocidade como

⁴⁷ Como apresentado por Bourdieu em seu livro *O Poder Simbólico*: “As lutas a respeito da identidade étnica ou regional [...] são um caso particular das lutas das classificações, lutas pelo monopólio de fazer ver e fazer crer, de dar a conhecer e de fazer reconhecer, de impor a definição legítima das divisões do mundo social e, por este meio, de fazer e de desfazer os grupos” (BOURDIEU, 1989, p. 113). Ainda de acordo com o autor, mesmo as sentenças mais pretensamente neutras da ciência modificam seu objeto, pois assim que “a questão nacional ou regional é objectivamente posta na realidade social, qualquer enunciado sobre a região funciona como um *argumento* que contribui – tanto mais largamente quanto mais largamente é reconhecido – para favorecer ou desfavorecer o acesso da região ao reconhecimento e, por este meio, à existência” (BOURDIEU, 1989, p.120).

entre os norte-americanos, certas causas de fundo social econômico, como a rareza do elemento humano diluído em excesso em desmedidas extensões; como a implantação do regime latifundiário [...] (CASTRO, 1957, p.151)

Por fim, vale destacar que é nos anos 40 que o conceito de fome assume uma postura mais crítica na obra de Josué de Castro, tendo em vista que *Geografia da Fome* foi publicado em 1946⁴⁸. A repercussão deste livro foi imensa e “lhe rendeu o reconhecimento internacional, mas se ainda havia alguma dúvida sobre o que aquele pernambucano dizia, elas não sobreviveram à primeira publicação de *Geopolítica da Fome*, em 1948”, edição que teria sua versão definitiva apenas em 1951 (MELO, 2012, p.135). Foi nesse esse período que este livro recebeu o “Prêmio Franklin D. Roosevelt da Academia Americana de Ciências Políticas (1952) e o Prêmio Internacional da Paz do Conselho Mundial da Paz (1954), sendo um dos raros livros do mundo consagrado, simultaneamente, com prêmios de destaque nos EUA e na ex-URSS” (MELO, 2012, p.135-136). Em ambas das obras, a fome aparece como um conceito que “passa a ter também um caráter crítico, como resultado direto do processo do desenvolvimento do sistema capitalista” (NASCIMENTO, 2012, p.316)⁴⁹.

Além disso, “com Josué de Castro a fome passa a ser tratada como uma questão de saúde pública” (NASCIMENTO, 2012, p.312). Nesse aspecto, vale ter em mente a maneira pela qual se configuraram os debates sobre saúde pública no país. Olhando para a história da Faculdade de Medicina da Bahia é possível perceber deslocamentos temáticos importantes, como bem mostra Schwarcz:

se a discussão sobre higiene pública [...] mobiliza boa parte das atenções até os anos 1880, nos anos 1890 será a vez da medicina legal, com a nova figura do perito – que ao lado da polícia explica a criminalidade e determina a loucura –, para nos anos 1930 ceder lugar ao “eugenista”, que passa a separar a população enferma da sã. (SCHWARCZ, 1993, p.190).

Também é necessário lembrar da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro que, em sua disputa pela hegemonia na medicina, complexifica o panorama histórico: “enquanto para os médicos cariocas tratava-se de combater *doenças*, para os profissionais baianos era o *doente*, a

⁴⁸ Segundo Amorim, houve uma “significativa mudança de perspectiva analítica na obra de Josué de Castro do II Pós-Guerra. Naquele momento o autor passa a demonstrar uma postura crítica em relação aos rumos da política e da economia, em contraste com os seus primeiros escritos, que apresentam uma série de descrições sobre o quadro da alimentação e da fome no Brasil” (AMORIM, 2016, p.104).

⁴⁹ “Orientada a princípio pelos colonizadores europeus e depois pelo capital estrangeiro expandiu-se no país uma agricultura extensiva de produtos exportáveis ao invés de uma agricultura intensiva de subsistência, capaz de matar a fome do nosso povo” (CASTRO, 1984, p.280).

população doente que estava em questão” (SCHWARCZ, 1993, p.190). Além disso, na virada do século XX, as práticas higienistas que vinham ganhando força desembocam nos projetos de saneamento, medidas diretas de intervenção social. Nesse contexto “eram os médicos que planejavam reformas urbanas, dividiam a população entre doentes e sãos, ou administravam remédios em alta escala” (SCHWARCZ, 1993, p.227). Discurso higienista marcado pelas “concepções positivistas, que encontraram em Benjamin Constant o seu maior expoente no Brasil” (NASCIMENTO, 2012, p.312) e que no esforço de sanear os grandes centros urbanos permite que a medicina imprima nestes espaços “as marcas de seu poder ao estabelecer diretrizes e encaminhar ações para o Estado” (NASCIMENTO, 2012, p.313). Como afirma Schwarcz, “são os profissionais da *Gazeta* que destacam a função social da medicina, mas são os médicos cariocas que mais facilmente alcançarão posições de relevo na política nacional” (SCHWARCZ, 1993, p.238)⁵⁰.

Somando-se ao contexto das reformas urbanas de viés sanitarista, corriam as ideias eugenistas, com seu projeto para a nação que:

como um corpo homogêneo e saudável, deveria portanto passar por um processo acelerado de mudança, cujos prognósticos mais alentadores faziam alguns eugenistas brasileiros partilharem do sonho de transformar a população local mestiça em “gregos puros”, modificados em suas características físicas e morais (SCHWARCZ, 1993, p.233).

É nesse contexto que Josué de Castro⁵¹ está inserido enquanto médico de formação, sendo alguém que estudou nessas duas faculdades⁵². Nesse sentido:

⁵⁰ Existe, portanto, uma relação estreita nesse período entre os médicos, as políticas públicas de saneamento e as carreiras políticas. Isso mostra que a trajetória de Castro - ser médico de formação e ingressar na política anos depois - era não apenas possível dado o contexto, mas também comum. Como comenta Schwarcz, “analisando as biografias encontradas no *Brazil Médico*, observou-se que em 65% dos casos, os médicos procuraram alcançar posições políticas de importância como senadores, vereadores, deputados e mesmo prefeitos. Já na Bahia se vêem profissionais médicos atuando como políticos, jornalistas e literatos” (SCHWARCZ, 1993, p.268).

⁵¹ Como ressalta Schwarcz: “Não se pode dizer, no entanto, que essa interpretação médica da sociedade tenha desaparecido [...] Ainda em 1929, Miguel Couto – presidente da Academia Nacional de Medicina e professor emérito da escola carioca – defendia no Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia a tese de que a mistura racial levaria à degeneração nacional” (SCHWARCZ, 1993, p.235). Se é possível perceber certa crítica “aos modelos racionais e deterministas de análise social”, a autora afirma que “pensar a sociedade como se pensava o indivíduo, fazer dela um grande hospital, será ainda, nos anos 30, grande fonte de inspiração” (SCHWARCZ, 1993, p.235).

⁵² De acordo com Amorim, é importante ter em mente que “Josué de Castro vivenciou uma universidade em fase de transição, que ainda não havia passado pelas reformas da década de 1930, quando os processos de industrialização e urbanização demandaram do Estado a necessidade de investir na formação dos médicos” (AMORIM, 2016, p. 71).

a medicina social de Josué de Castro diagnosticava os problemas e apresentava soluções para “curar” a sociedade de suas mazelas. Tratava a sociedade como um corpo que precisava de cuidados e que sem eles poderia adoecer [...] sua percepção do fenômeno da fome incluía a noção de uma ameaça ou mesmo de uma doença para toda a humanidade, que precisava o quanto antes ser extirpada, curada. (NASCIMENTO, 2012, p.312).

Esses debates correntes em seu tempo irão aparecer como pano de fundo na obra de Castro, que nos anos de 1920 estava cursando medicina, num contexto profundamente marcado por essa medicina higiênica, na qual “o controle de natalidade e a busca de uma boa alimentação ou de um ‘padrão dietético racional’, como afirmava Castro, passaram a fazer parte das normas de higiene pública” (NASCIMENTO, 2012, p.313):

Com essa política procurou-se modificar o cotidiano dos cidadãos e também comportamentos arraigados, única forma de melhorar a saúde da população, na percepção de Josué. Os médicos (e aqui não foge Josué de Castro), que se dedicavam à saúde pública participaram ativamente do debate sobre regeneração. Falava-se da regeneração do homem, enfatizando-se o aprimoramento da moral e da solidariedade social. Os higienistas participaram dessa preocupação colocando-se como intérpretes do sentido a ser dado à pretendida regeneração da sociedade (NASCIMENTO, 2012, p.313)

Junto ao discurso higienista, pautado dentre outras coisas por uma proposta de controle da natalidade e seu viés eugenista⁵³, somavam-se as ideias de Thomas Malthus, teórico britânico responsável por legitimar o discurso de controle populacional. Na visão deste autor, enquanto o crescimento populacional realizava-se em progressão geométrica, a produção de alimentos acontecia em proporção aritmética, ou seja, “sua principal tese consistia na ideia de que o crescimento da população tenderia a exceder o crescimento dos meios de subsistência, causando fome e outras calamidades coletivas” (NASCIMENTO 2012, p.328-329). Estava assim justificado o controle da natalidade, entendido enquanto uma medida necessária. Esse discurso foi fortemente criticado por Castro⁵⁴, que passou a se opor as ideias de Malthus, condensadas

⁵³ “Para esses cientistas, familiarizados com os projetos eugenistas alemães e em especial com a política restritiva adotada nos EUA, que culminou com a aprovação da lei de imigração de 1924, não existiria outra saída para o país senão aquela que previsse medidas mais radicais de controle da população”, que culminarão em propostas pela esterilização compulsória de certos grupos sociais (SCHWARCZ, 1993, p. 234).

⁵⁴ Além disso, o autor afirma que “não é a superpopulação que cria e mantém a fome em certas áreas no mundo, mas que é a fome que origina a superpopulação. Esta afirmativa parece paradoxal em sua aparência, desde que, sendo a fome causa de morte e de degradação, parece pouco propícia para provocar o excessivo crescimento demográfico. Mas, na realidade, é o que se passa.” (CASTRO, 1961, p.80-81). De acordo com Castro, esse fenômeno se explica pelo impacto da fome no sentido de elevar os coeficientes de fertilidade, aumentando, assim, os índices de natalidade. Ainda de acordo com o autor, se contrapondo diretamente aos ideais malthusianos: “o controle dos nascimentos e a consequente redução do crescimento das populações do mundo dentre se sua atual organização econômica, só servirão, a nosso ver, para diminuir ainda mais a produção de alimentos e, portanto, para agravar ainda mais o fenômeno da fome” (CASTRO, 1961, p.81).

por meio do livro de 1948, intitulado *O caminho da sobrevivência* de William Vogt, responsável pela retomada do neomalthusianismo nas décadas de 1950/1960. *Geopolítica da Fome* (1951)⁵⁵ se contrapõe veementemente ao livro de Vogt:

Os neomalthusianos, ao afirmarem que o mundo vive faminto e está condenado a perecer numa epidemia total de fome porque os homens não controlam de maneira adequada os nascimentos de novos seres humanos, não fazem mais do que atribuir a culpa da fome aos próprios famintos. Aumentando a pressão demográfica do mundo, mercê do seu delírio reprodutivo, êsses povos famintos não passam, a seu ver, de povos criminosos, criminosos culpados dêsse feio e tremendo crime de passar fome. A teoria neomalthusiana é, em última análise, uma teoria do faminto-nato. O faminto passa fome porque é faminto-nato, como o criminoso da antiga teoria lombrosiana mata e rouba por ser criminoso-nato. Como os criminosos-natos, merecem os famintos um castigo exemplar e, por isto, os neomalthusianos os condenam ao extermínio, individualmente, levando-os a morrer de inanição, e coletivamente, controlando-lhes os nascimentos, até que desapareça do mundo a raça dos famintos-natos, dêsses criminosos-natos, culpados do crime masoquista de criar a fome e sofrer suas consequências (CASTRO, 1957, p. 66-67).

Ao combater as ideias neomalthusianas, Castro aponta para soluções que envolvem a implementação de políticas públicas, além de destacar “a necessidade de se promover o desenvolvimento econômico para combater a fome, enfatizando que isso dependia de mudanças profundas no sistema econômico mundial” (MENDONÇA, 2015, p.367). Assim, ele se insere nos debates sobre a questão do desenvolvimento, que serão abordados com maior profundidade na próxima seção.

No campo da nutrição⁵⁶, que emerge no Brasil no “bojo das transformações econômico-político-sociais e culturais que o país vivenciou no decorrer dos anos de 1930 e 1940” (VASCONCELOS, 2001, p.316), Castro participa das disputas pela hegemonia da autoridade científica. Como apresenta Vasconcelos (2001), analisando a trajetória de Josué de Castro em

⁵⁵ Vale pontuar que em entrevista publicada em 1972 pela revista Seara Nova (Portugal), Castro ainda defendia as mesmas colocações contra os Malthus e os neomalthusianos: “O problema do excesso de população é um falso problema [...] Primeira ideia falsa: o caráter inelutável da explosão demográfica. Malthus (e temos os nossos neomalthusianos) pretendia que a demografia era uma variável independente e que seu crescimento se fazia em progressão geométrica. É falso. A demografia depende dos modos de vida e dos acidentes da história. [...] Excesso de população e subdesenvolvimento são dois problemas ligados. Mas é o subdesenvolvimento que provoca o excesso de população e não o contrário. É, pois, necessário, curar o subdesenvolvimento” (CASTRO, 2012, p. 406-407).

⁵⁶ De acordo com o autor, a emergência do campo de nutrição em Pernambuco data das décadas de 30 e 40 e desemboca em sua definitiva institucionalização nas décadas subsequentes: “processo esse delimitado pela criação do Curso de Nutricionistas (1957), pela fundação do Instituto de Nutrição da Universidade Federal de Pernambuco (1962), pelo início dos cursos de especialização em Nutrição em Saúde Pública para médicos (1963)”, dentre outros (VASCONCELOS, 2001, p.336).

contraposição a de Gilberto Freyre e Nelson Chaves, os embates travados entre esses intelectuais condensam essa disputa:

nos primeiros anos da década de 1930, tanto no Rio de Janeiro como em São Paulo, duas correntes bem definidas e distintas do saber médico confluíram para a constituição do campo da nutrição. Por um lado, aqueles que eram partidários da corrente que chamamos de perspectiva biológica, preocupados essencialmente com aspectos clínico-fisiológicos relacionados ao consumo e à utilização biológica dos nutrientes e influenciados por concepções das escolas de nutrição e dietética norte-americana e de centros europeus. Por outro lado — e em simultâneo —, aqueles que compartilhavam das idéias da corrente que chamamos de perspectiva social, preocupados em especial com aspectos relacionados à produção, à distribuição e ao consumo de alimentos pela população brasileira e influenciados, particularmente, pelas concepções do pioneiro da nutrição na América Latina, o médico argentino Pedro Escudero (VANCONCELOS, 2001, p. 317).

É possível situar Castro enquanto um participante da perspectiva social e que, em relação a Chaves, ocupava uma posição estabelecida, visto que “ao longo dos anos de 1930 e 1940, Castro ocupou os mais elevados postos da agenda pública do Estado brasileiro, no campo da nutrição que se constituía” (VASCONCELOS, 2001, p.329-330). E a divergência entre esses dois autores, atribuída a década de 1940, baseava-se na “competência científica sobre o conhecimento do valor biológico-nutricional e da utilização da mucunã vermelha na nutrição humana”, expressando, “de forma bastante nítida, os conflitos existentes entre as duas principais vertentes conformadoras do campo da nutrição em Pernambuco” (VASCONCELOS, 2001, p.336).

De acordo com Vasconcelos (2001), Chaves estava situado em uma perspectiva biológica, por meio da qual critica os estudos de Castro a respeito do valor nutritivo da mucunã, apontando sua toxicidade, apesar de reconhecer seu elevado valor proteico. As pesquisas de Castro configuravam uma tentativa de explorar os usos das chamadas “plantas bravas” para a alimentação, fruto de sua perspectiva social, como podemos observar em seu depoimento:

A minha vocação era o social [...] Quando eu quis saber o conteúdo da macambira e do xiquexique foi porque meu pai desceu o sertão comendo farinha de macambira, e eu queria saber por que motivo “o sertanejo é, antes de tudo, um forte”, se tantas vezes se alimentava daquilo. [...] A macambira tem quinze vezes mais cálcio que o leite! – A minha medida é o homem. O resto é paisagem (CASTRO, 2007, p.44).

Nesse trecho podemos observar outra grande influência na obra de Castro, o ilustre autor que construiu o imaginário do sertanejo como um forte – Euclides da Cunha:

A influência de Euclides da Cunha, que, segundo Josué de Castro, foi um dos primeiros sociólogos da fome no Brasil, percorre toda a sua obra [...] É visível que os capítulos de *Geografia da Fome* que tratam das condições famélicas na região do Nordeste foram também construídos seguindo as orientações de *Os sertões*. Tanto que

a caracterização das áreas do Nordeste açucareiro e do sertão partia da terra, da topografia e do clima, para o homem e sua organização sociocultural (REZENDE, 2012, p. 484).

Além disso, Castro estabeleceu relações com Pedro Escudero e foi essa aproximação que possibilitou sua inserção “em uma rede de debates intelectuais sobre a nutrição nas Américas e no mundo, bem como em sucessivas participações nas Conferências latino-americanas de Nutrição” (AMORIM, 2016, p.81). É Escudero⁵⁷ quem escreve o prefácio do livro de Castro *O problema da alimentação no Brasil*, publicação “fundamental para que a sua obra passe a circular no Brasil e também na Argentina”, pois além da rede estabelecida com Escudero, Castro consegue com esse livro um contrato com a Cia. Editora Nacional, sob a direção de Fernando Azevedo, “um dos intelectuais brasileiros de maior expressão no início do século XX” (AMORIM, 2016, p.82).

Um último ponto a ser abordado e que é de suma importância para posicionar Castro em relação as suas esferas de inserção e aos debates de sua época se refere ao fato de que:

será na geografia que encontrará a reflexão teórica e metodológica para apreender a fome como objeto de análise. Com efeito, se esta escolha possibilitou a aquisição de um instrumental próprio para realizar a aproximação entre o biológico e o social, no entanto, trouxe, também, para a obra de Josué de Castro limitações e impasses (MAGALHÃES, 1997, p.40).

A afinidade com a Geografia Humana “ocorre precocemente na trajetória intelectual do autor, ainda no Recife. No entanto, é no livro *Alimentação à Luz da Geografia Humana*, publicado em 1937, que a geografia ocupa, pela primeira vez na obra, um lugar central” (MAGALHÃES, 1997, p.41). O curioso é que “raramente, no início do século XX, médicos se dedicavam aos estudos geográficos, ligados naquele momento aos campos da engenharia e da geologia. Provavelmente a aproximação de Josué de Castro com a geografia se deu por meio dos estudos de antropologia” (AMORIM, 2016, p.80). Vale pontuar que “o reconhecimento como geógrafo e os estudos sobre nutrição abriram possibilidades para que passasse a ocupar espaços de destaque durante o Estado Novo e também no segundo governo Vargas” (AMORIM, 2016, p.80).

⁵⁷ “O esforço em ampliar as pesquisas e a investigação sobre o problema alimentar, sob a influência de Pedro Escudero, médico argentino e fundador do Instituto Nacional de Nutrição de Buenos Aires, culminou com a realização do primeiro Inquérito sobre as Condições da Alimentação Popular no Distrito Federal, em 1937 (MAGALHÃES, 2012, p.580).

Nesse contexto, o pensamento de Castro se centra ao redor de duas figuras: Vidal de La Blache e Maximilien Sorre. Em obras como *Ensaio de Geografia Humana* (1939) e *Geografia da Fome* (1946) podemos ver mais diretamente como esses autores impactaram suas concepções. No caso de *Geografia da Fome*, por exemplo, Castro divide o Brasil em regiões que conformam áreas alimentares, “utilizando e adaptando os conceitos de gênero de vida, de La Blache e complexo patogênico, de Sorre” (VIEITES, 2016, p.133). Nesse sentido, em relação a obra de Castro, é possível afirmar que “a orientação metodológica que se reflete nitidamente nesse período, e subsequente, é aquela de escola francesa sobre a égide lablachiana” (PRESTES 2011, p.5).

Assim, “a obra de Josué de Castro se inscreve dentro de uma Geografia que passava a contestar as formas de pensamento apegadas à ciência positivista, muito próxima ao determinismo ambiental defendido por Friedrich Ratzel⁵⁸” (PRESTES, 2011, p.5). Castro constantemente, ao longo de sua obra, enfatiza seu distanciamento em relação as correntes deterministas: “O homem, com sua técnica criadora e inventiva, consegue escapar à coerção e aos limites impostos pela natureza, libertando-se dos determinismos geográficos, que transforma em possibilismo sociais” (CASTRO, 1961, p. 80).

Além disso, ao pensar o conceito de meio e a relação deste com o fator humano, Castro se filia a compreensão de Sorre, seguidor da escola possibilista de La Blache. Sorre com seu conceito de complexo patogênico se distancia do determinismo físico, “que priorizava os elementos naturais como o clima, solo etc. e que influenciava fortemente a Geografia Médica desde os primórdios desta disciplina” e dá ênfase para “a interdependência dos fatores físicos e sociais como produtores de enfermidades” (VIEITES, 2016, p.85). Seguindo a perspectiva de La Blache, “Sorre contribuiu para a ciência geográfica, a partir da análise e compreensão da interconexão entre os aspectos físicos, biológicos e humanos como objeto central dos estudos geográficos” (PRESTES, 2011, p.9) e se contrapôs as teorias de outra figura importante no período – Evgeny Pavlovsky, que teve sua influência no Brasil marcada, principalmente, nas

⁵⁸ “Reagindo contra o determinismo de Ratzel, que concebia a terra, como um suporte rígido, regulando os destinos dos povos com uma cega brutalidade, Vidal de La Blache orientou a Geografia Humana num sentido de melhor análise e maior prudência, ao encarar as influências mútuas entre o homem e o meio [...] Cria-se, assim, a noção de relações ativas em lugar das influências deterministas do meio sobre o homem [...] Sendo assim, o homem, um fator geográfico ativo, não se submete ao meio natural, como uma massa neutra, embalada pelo jôgo das forças circundantes” (CASTRO, 1957, p.136-137).

obras de Samuel Pessoa e Luís Jacintho da Silva. O conceito de complexo patogênico de Sorre permitiu que a noção de meio fosse enriquecida “incorporando também o ambiente produzido pelo homem” ampliando a possibilidade explicativa “de uma concepção antes praticamente restrita à descrição do meio físico”, e se contrapondo, assim, a visão naturalista de Pavlovsky e seu conceito de foco natural, que não considerava “a presença da sociedade humana” (VIEITES, 2016, p.89).

Desse modo, ao escrever os prefácios de *Geopolítica da Fome* (1951), para a edição francesa, Sorre destaca a Geografia enquanto perspectiva ideal para abordar o fenômeno da fome:

Não faltariam na França pessoas categorizadas que pudessem apresentar a edição francesa de *Geopolítica da Fome*. [...] Josué de Castro solicitou, no entanto, a um geógrafo a apresentação de seu livro ao público francês. [...] Em suma, o quadro da fome no mundo tem suas modalidades geográficas. As diferenças locais predem-se ao conjunto dos traços do complexo geográfico, traços naturais e traços humanos. Elas constituem uma descrição do gênero de vida. É por aí que reconhecemos a fome. Mas, há mais. O tratamento geográfico, como com bastante exatidão o mostra Josué de Castro, é o que fornece os esclarecimentos mais complexos sobre esse fenômeno. Ele lhes dá sentido pleno, o que não fazem nem a sociologia, nem a economia, nem a história, porque encara o fenômeno no conjunto das condições do meio (SORRE, 1961, p.22).

É por essa linha que caminham as proposições de Castro em relação à Geografia Humana, inseridas em uma compreensão não determinista do meio:

O meio não é apenas o conjunto de elementos materiais que, interferindo continuamente uns nos outros, configuram os mosaicos das paisagens geográficas. O meio é mais do que isso. As formas das estruturas econômicas e das estruturas mentais dos grupos humanos que habitam os diferentes espaços geográficos também são partes integrantes dele. [...] Desse ponto de vista, o meio abrange aspectos biológicos fisiológicos, econômicos e culturais, todos combinados na mesma trama de uma dinâmica ecológica em transformação permanente (CASTRO *apud* NASCIMENTO, 2012, p. 332-333)

Caminho que desembocará na desnaturalização do fenômeno da fome, que deixa de ser compreendido enquanto causa natural e na singularidade, defendida por Castro, de sua própria abordagem:

É que a geografia, em seu sentido usual, sempre tratou muito mais dos aspectos positivos e favoráveis do mundo que de seus aspectos negativos - mais das riquezas da terra e das vitórias do homem do que de suas misérias e de seus fracassos. [...] Já nossa geografia tratava de outro aspecto das relações do homem com o meio: tratava, exatamente, daquilo que o homem não fez, não soube ou não quis fazer. Tratava das possibilidades geográficas que ele não aproveitou ou que mal trabalhou. Não era, pois, uma geografia das grandezas humanas, mas uma geografia de suas misérias (CASTRO, 1961, p.25).

Tendo tudo isso em vista, é possível observar o trajeto pelo qual a fome ganha centralidade em sua obra, assim como delinear a posição de Castro com base em certos debates travados em algumas de suas esferas de inserção. Assim, seria possível resumir as preocupações principais de Castro em três aspectos:

a política, traduzida na crítica ao imperialismo e na defesa de uma inteligência latino-americana (como extensão da experiência do fim da Primeira Guerra); a arte (como extensão da Semana de Arte Moderna de São Paulo); e a alimentação (como extensão de sua prática médica e da experiência nos alagados do Recife-PE) (MELO, 2012, p.129).

2.1. Debates intelectuais, projetos para a região: a atuação de Josué de Castro na política brasileira

Durante pouco tempo Josué de Castro exerceu atividades clínicas privadas, mas isto não era o que desejava. Procurou a carreira política, na convicção de jovem inexperiente de que adquiriria um posto que lhe permitisse realizar suas aspirações vindas da infância e da adolescência. Achava que teria a tribuna à disposição, por meio da qual poderia discutir e combater a fome endêmica. Entretanto, deve ter verificado que a política brasileira, especialmente a nordestina, distanciava-se da verdadeira ciência política, servindo quase que totalmente ao poder econômico, que é também o poder político (CHAVES, 1983, p.175-176)

Como apontado na seção anterior, preocupações em torno da identidade nacional⁵⁹ estiveram presentes na trajetória intelectual de Josué de Castro desde seus primórdios, e a fome, em certo sentido, representa o modo pelo qual o autor se insere nas disputas e debates ao redor dessa ideia de região. Desse modo, para compreender com mais profundidade os embates travados por Castro é preciso observar de perto suas inserções no campo político brasileiro. Um lugar importante de disputas entre os intelectuais do período, no qual o que estava em jogo não era apenas o prestígio político, mas a capacidade de definir os rumos da nação. Além disso, para esses intelectuais, a discussão nacional desemboca em uma concepção regional, a partir da qual o Nordeste é instituído⁶⁰.

⁵⁹“A identidade nacional ou regional é uma construção mental, são conceitos sintéticos e abstratos que procuram dar conta de uma generalização intelectual, de uma enorme variedade de experiências efetivas. Falar e ver a nação ou a região não é, a rigor, espelhar estas realidades, mas criá-las” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, p.38).

⁶⁰ Como afirma Albuquerque Júnior: “O Estado é, na verdade, um campo de luta privilegiado para as disputas regionais. Ele não demarca os limites político-institucionais das regiões, mas pode vir a legitimar ou não estas demarcações que emergem nas lutas sociais” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, p.37). Além disso, vale destacar o Nordeste enquanto uma invenção e, nesse sentido, é possível afirmar que houveram condições históricas e sociais

A primeira coisa a se ter mente ao observar a trajetória política de Josué de Castro é que sua presença na cena intelectual brasileira “coincidiu com a agitação social e cultural verificada durante as décadas de 1920 e 1930 e com o próprio movimento revolucionário que pôs fim à República Velha” (MENDONÇA, 2021, p.52). Ensejada pela Revolução de 30, houve uma transformação política e cultural, com desdobramentos econômicos significativos:

O País deixava de ter sua economia baseada exclusivamente na produção agrário-exportadora, ocorrendo, a partir de então, o desenvolvimento do setor secundário. De outra parte, o Estado – de mero instrumento de poder da camada dirigente – passaria a planejar o processo de desenvolvimento industrial e a participar diretamente do mesmo. [...] Por outro lado, esse processo de intensa transformação econômica e social acabaria por provocar o aparecimento de intensas lutas no interior da classe dominante, relativamente aos diferentes projetos de desenvolvimento (o agrário-exportador e o substitutivo de importações), no período compreendido entre 1930 e o fim do Estado Novo (MENDONÇA, 2021, p.54).

Josué de Castro irá se inserir nessas disputas com grande destaque – “de um lado, apoiando o projeto de desenvolvimento nacional; de outro, chamando a atenção para um problema que permanecia sem enfrentamento, qual seja, o da manutenção das massas rurais na mais extrema miséria” (MENDONÇA, 2021, p.78).

Em 1935⁶¹, quando volta para o Rio de Janeiro “a Capital Federal respirava os ares das tensões entre o governo Vargas e os comunistas”, palco de “um debate intenso nos meios intelectuais sobre os novos rumos das universidades no Brasil” (AMORIM, 2016, p.84). Ainda nesse ano, a Universidade do Distrito Federal (UDF) é criada e “os mais importantes intelectuais⁶² se congregam em torno daquele projeto educacional, que se pretendia modelo para a reforma da educação no país” (BARROS, 2012, p.246-247):

que possibilitaram a elaboração desta ideia, que vão “desde a emergência do dispositivo das nacionalidades, porque sem as nações é impossível se pensar as regiões, passando por uma mudança na sensibilidade social em relação ao espaço, à mudança da relação entre olhar e espaço trazido pela modernidade e pela sociabilidade burguesa, urbana e de massas” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, p.46).

⁶¹ Castro saiu do Recife “exatamente no ano em que ocorreu o levante comunista. E, embora fosse simpatizante da Aliança Nacional Libertadora (ANL), publicando artigos em periódicos a ela vinculados, nunca fez efetivamente, parte do grupo, não tendo por isso sofrido perseguição política. Quanto às dificuldades financeiras iniciais da vida na Capital da República, eram contornadas com a redação de artigos, contos e ensaios, para vários jornais, tanto do Rio de Janeiro como do Recife, entre os quais destacavam-se Diário da Manhã, A Platéia e A Manhã” (MENDONÇA, 2021, p.62).

⁶² Dentre os intelectuais citados, vale destacar os nomes de: Gilberto Freyre, com quem Castro travou alguns debates; Mário de Andrade, com o qual se correspondeu por longos anos; Arthur Ramos, amigo da Faculdade de Medicina da Bahia; Candido Portinari, que fez um retrato em carvão de Josué de Castro datado de 1936 e Cecília Meireles, com quem publica em 1937 o livro intitulado “A festa das letras” (BARROS, 2012; MELO, 2012, p.116).

A experiência como docente no Recife fez Josué de Castro vislumbrar a possibilidade de lecionar na Universidade do Distrito Federal. A sua inserção no meio acadêmico do Rio de Janeiro se fazia oportuna para continuar seus planos nas áreas de pesquisa e escrita; mas, para isso, era necessário se institucionalizar novamente. Nesse sentido, Josué de Castro mobilizava sua rede intelectual, ressaltando sua disponibilidade para a então recém criada Universidade. Entra em contato com Anísio Teixeira solicitando-lhe posicionamento sobre uma promessa de vaga como professor assistente que este diretor teria lhe feito por intermédio de Paulo Carneiro. [...] Infelizmente a resposta a essa solicitação não foi encontrada no acervo pessoal de Josué de Castro. No entanto, no decorrer da pesquisa percebemos que a indicação viria por meio de outro intelectual reconhecido na época, Roquette Pinto, que por motivos maiores não poderia assumir a cadeira que lhe foi oferecida na UDF. Iniciava-se assim um novo momento na trajetória acadêmica de Josué de Castro como professor universitário, nesse momento no círculo intelectual do Rio de Janeiro (AMORIM, 2016, p.85-87).⁶³

Além de suas atuações enquanto escritor, acadêmico e professor, Castro novamente manteve uma clínica, agora na capital:

A dedicação a várias atividades simultâneas e muitas vezes em diferentes campos do saber representam um traço interdisciplinar importante nessa trajetória. A dimensão internacional dada ao currículo do Dr. Josué de Castro era uma tentativa de chamar atenção daquela sociedade que valorizava o novo e o desconhecido. Nesse sentido, a dedicação à clínica está ligada também a um lugar social, às redes desse campo profissional, e principalmente as relações de poder que implicam o saber médico (AMORIM, 2016, p.89).

Porém, o momento no qual Josué de Castro se torna docente da UDF marcado por intensas disputas políticas: “A vida da universidade, fundada nos ideais da Escola Nova, seria curta”⁶⁴ (AMORIM, 2016, p. 89). Tanto a instituição do Estado Novo em 1937, quanto “a criação da Universidade do Brasil nesse mesmo ano possibilitaram o fechamento da UDF” (AMORIM, 2016, p.89-90). Desse modo, Castro precisou disputar pelas disciplinas na nova universidade que surgia em 1939 – a Universidade do Brasil –, mais especificamente, na Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi)⁶⁵. Além disso, é importante mencionar que sua aposta de inserção envolvia ocupar a cadeira de Antropologia e Etnografia, visto que “naquele

⁶³ Ainda de acordo com Amorim: “A aproximação entre Josué de Castro e Roquette-Pinto, muito provavelmente se estreitou quando o último foi professor da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro. A obra de Josué de Castro já era reconhecida nos campos da antropologia e da nutrição” (AMORIM, 2016, p. 87).

⁶⁴ De acordo com Barros, a campanha contra a criação da universidade, empreendida pela aliança entre o Partido Integralista e a Igreja Católica, se alia ao cenário de perseguições “desencadeadas pela repressão ao Levante Comunista de novembro de 1935 em Recife, Natal e Rio de Janeiro, com a prisão de professores, como Hermes Lima” (BARROS, 2012, p.247-248).

⁶⁵ Importante destacar que: “a maior parte da produção intelectual de Josué de Castro se deu durante o período em que esteve ligado às universidades. Alguns intelectuais, como o sociólogo Gilberto Freyre, tiveram a oportunidade de realizar uma formação acadêmica tradicional em universidades americanas e européias para, posteriormente, adentrar no mundo profissional. Josué de Castro, ao contrário, teve que buscar sua formação intelectual no ambiente universitário, nas práticas e disputas acadêmicas” (AMORIM, 2016, p. 95).

momento, a disciplina de Geografia Humana, que havia lecionado no último ano na UDF, parecia não encantar Josué de Castro” (AMORIM, 2016, p.94). Porém, outros intelectuais estavam na disputa pela vaga, que acaba sendo preenchida por Arthur Ramos, na época, diretor do Museu Nacional:

sua nomeação, só ocorre, em 1940, mas para a cátedra de Geografia Humana, em substituição a André Gibert, que retorna à França. Josué de Castro compõe o quadro da FNFi não apenas em função do seu trabalho intelectual, mas pelas articulações políticas com Getúlio Vargas (MACHADO, *apud* AMORIM, 2016, p.94).

A associação de Josué de Castro a uma cátedra de Geografia Humana da Universidade do Brasil “significou um processo de construção e de aproximação com o campo disciplinar da geografia⁶⁶ que se iniciou ainda na década de 1930” (AMORIM, 2016, p.99-100)⁶⁷:

naquela configuração universitária, se tornar catedrático representava uma condição de distinção na instituição, principalmente de autoridade no campo de saber da Geografia Humana. Em 1948, Josué de Castro preparava o lançamento, em francês, da obra *Geografia da Fome*. Nesse sentido, se tornar catedrático na disciplina, era também um projeto de poder (AMORIM, 2016, p.102).

Castro ocupa a cátedra de Geografia Humana até meados da década de 1950, “quando se ausenta da universidade e parte para a atuação intensiva na arena política nacional e internacional” (MACHADO *apud* AMORIM, 2016, p.105). Essa mudança em sua esfera de atuação significou “um processo dinâmico”, através do qual Castro “transcende as fronteiras do mundo acadêmico – não apenas na atuação como técnico de instituições alimentares – mas como homem público que, por meio dos seus escritos, buscou atrelar a problemática da fome à competência do Estado” (AMORIM, 2016, p.108).

Debates em relação as políticas públicas de combate à fome estavam presentes no cenário brasileiro desde a década de 1930, pois configuravam “demandas sociais no mundo a partir da Primeira Guerra Mundial”, porém, foi “no período entre guerras que a alimentação

⁶⁶ Ainda de acordo com o autor, “ao localizar seus estudos no campo disciplinar da geografia, Josué de Castro interliga, direciona e atualiza sua produção intelectual primeiramente ao nacionalismo do Estado Novo e posteriormente ao nacional-desenvolvimentismo do período democrático. É como geógrafo que obtém (re)conhecimento internacional [...] e se tornou um dos fundadores do Centro Universitário de Vincennes em 1968 onde lecionou geografia até o fim da vida” (AMORIM, 2016, p.120).

⁶⁷ Além disso, é importante ter em vista que: “A geografia significou um campo onde Josué pôde se mover, produzir conhecimento, bem como efeitos para os seus discursos de combate a fome. Devemos considerar a importância dessa disciplina nos anos 1930 e 1940, não só no meio acadêmico, mas, principalmente, como um instrumento das elites intelectuais e do Estado para construção de políticas públicas estratégicas de intervenção no território brasileiro” (AMORIM, 2016, p.103).

passou a ser tratada como uma questão de segurança nacional” (AMORIM, 2016, p.108). Em consonância com esse contexto, Castro apostou em se posicionar de modo a “transformar o tema alimentar em um assunto de interesse nacional” (AMORIM, 2016, p.109)⁶⁸.

Com o Estado Novo, “inaugurava-se no Brasil um modelo de Estado intervencionista”, no qual “as demandas relacionadas com o trabalho e com a pobreza foram colocadas em pauta na agenda política brasileira” (AMORIM, 2016, p.111):

Em 1940, em pleno Estado Novo, foi criado o Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS), através do Decreto-Lei nº 05/08/1940264. Por meio dessa instituição o Estado brasileiro assume o papel de conduzir uma política que buscasse solucionar o problema demonstrado pelos cientistas, principalmente no que concerne à alimentação da classe operária. A alimentação passa da condição de uma área do conhecimento para se tornar uma política pública (AMORIM, 2016, p.109).

Além disso, outras instituições foram criadas, com destaque para o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), órgão voltado para a área de tecnologia alimentar, fundado em 1942 e presidido por Josué de Castro em 1943. Em 1945, o STAN “é substituído pela Comissão Nacional de Alimentação (CNA), que Josué de Castro passa também a dirigir até 1954” (NASCIMENTO, 2012, p.609). Durante uma conferência internacional em 1953, Castro apresenta o Plano Nacional de Alimentação e Nutrição sob responsabilidade da CNA, plano que representou um marco na “trajetória das políticas públicas em alimentação e nutrição no Brasil” (NASCIMENTO, 2012, p.610). Assim, é importante ter em vista que:

Essas articulações institucionais, concomitantemente às atividades acadêmicas e de divulgação científicas, favoreceram a formação da imagem de Josué de Castro como uma autoridade em relação ao campo de saber da nutrição no Brasil, colaborando para que se engajasse em projetos de Estado. Nesse momento, há uma aproximação de Josué de Castro com o projeto de desenvolvimento da indústria brasileira implementado por Getúlio Vargas (AMORIM, 2016, p.111-112).

Ainda durante o Estado Novo (1937-1945), enquanto presidia o Serviço Técnico de Alimentação Nacional (STAN), Castro foi incumbido pelo governo de uma missão junto aos Estados Unidos. Esse contato com instituições internacionais “contribuiu substancialmente para criação de novas redes que posteriormente foram fundamentais para a publicação e circulação

⁶⁸ “Buscando uma via efetivamente nacional para o crescimento e o desenvolvimento social, Josué de Castro deslocou o debate sobre as necessidades alimentares do trabalhador, do âmbito privado e doméstico, e transformou a questão alimentar em prioridade política e demanda coletiva” (MAGALHÃES, 2012, p. 580).

das suas obras⁶⁹” (AMORIM, 2016, p.115). Assim, é importante destacar que “até 1945, Josué de Castro participa não só das atividades de caráter científico e técnico, mas também de espaços mais diretamente ligados aos projetos de interesse estatal” (AMORIM, 2016, p.118).

A partir dessas experiências, Castro ingressa na política partidária efetivamente na década de 50, ligado à Getúlio Vargas⁷⁰, como candidato a deputado federal pelo estado de Pernambuco, compondo a “coligação Frente Democrática Pernambucana” (NASCIMENTO, 2012, p.614), apesar de não ser eleito⁷¹. Nesse sentido, é importante ter em mente o cenário de forças do período:

Surgiram, nesse quadro, três grandes partidos nacionais: a União Democrática Nacional (UDN)⁷², o Partido Social Democrata (PSD)⁷³ e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)⁷⁴, ocorrendo também a reconstrução do Partido Comunista

⁶⁹ Além disso, segundo Amorim, ao observar as fotografias no acervo de Castro é possível notar certo cuidado em registrar as missões oficiais, o que demonstra “a preocupação que tinha de produzir imagens de um intelectual de Estado” (AMORIM, 2016, p.115-116).

⁷⁰ Como ressalta Lima, a respeito da relação com Vargas, Castro era “amigo e médico de Getúlio Vargas e família, gozava de grande prestígio junto ao gaúcho” (LIMA, 1983, p.106).

⁷¹ “Outro fator importante a ser considerado ao se pensar na entrada de Josué de Castro na vida pública é fenômeno político-institucional do getulismo, que conferia aos intelectuais brasileiros ‘o reconhecimento simbólico da sua importância social’ (PÉCAUT, 1990, p.70). Isto porque, com exceção dos comunistas, a comunicação do governo Vargas com os demais intelectuais foi no sentido de cooptá-los para os quadros do governo e gerar uma ‘cultura do consenso’” (MENEZES, 2012, p.41).

⁷² “A UDN, fundada oficialmente em 1945, surgiu como uma grande frente de oposição à ditadura do Estado Novo, congregando os setores alijados do poder naquele período e grupos de defensores da democracia. Dessa forma, dela participavam: a) as oligarquias derrotadas com a Revolução de 1930; b) antigos aliados de Getúlio Vargas, marginalizados depois de 1930 ou 1937; c) grupos que participaram do Estado Novo, mas que dele se afastaram antes de 1945; d) setores liberais com forte identificação regional; e) grupos de esquerda desvinculados do PCB. Após Getúlio ter anunciado a convocação de eleições presidenciais para o final de 1945, iniciaram-se as articulações para a campanha presidencial, e vários desses segmentos abandonaram a frente, organizando-se em novas agremiações. Surgiram assim: o Partido Libertador (PL); o Partido Social Progressista (PSP), liderado pelo ex-Interventor em São Paulo, Adhemar de Barros; e o Partido Socialista Brasileiro (PSB), que reunia os membros da Esquerda Democrática (ED), sem ligação com o PCB. Aqueles que permaneceram na UDN, ou seja, os grupos vinculados às oligarquias, ao grande comércio importador-exportador, bem como algumas frações de classe média, passariam, depois das eleições presidenciais, a propor um programa de cunho liberal e de defesa da economia primário-exportadora” (MENDONÇA, 2021, p.96).

⁷³ “Por sua vez, o PSD foi organizado com base nas interventorias do Estado Novo, por iniciativa das elites dominantes naquele período. Assim, sua força eleitoral baseava-se nas oligarquias agrárias que se beneficiaram com o Estado Novo. De outra parte, conseguia penetração também nos setores vinculados aos interesses da burguesia industrial e nas novas camadas médias, grupos que cresceram principalmente a partir da Revolução de 1930” (MENDONÇA, 2021, p.96-97).

⁷⁴ “Finalmente, o PTB representava o novo proletariado urbano, a burocracia estatal, os setores ligados à organização sindical, e segmentos de classe média. Quanto ao PCB, estava comprometido com a linha preconizada por Moscou, que orientava os partidos comunistas a apoiarem o governo de seus países — democráticos ou não — desde que integrantes da frente antifascista” (MENDONÇA, 2021, p.97).

Brasileiro (PCB), que havia sido totalmente desarticulado depois do levante de 1935. Na verdade, a criação desses partidos também refletia a retomada da luta entre os dois grandes modelos de desenvolvimento existentes na sociedade brasileira, mencionada anteriormente (MENDONÇA, 2021, p.96).

Nesse contexto se insere a publicação do livro *Geografia da Fome* (1946)⁷⁵, ao qual “seu autor acrescentaria, depois, o subtítulo: ‘o dilema brasileiro: pão ou aço’⁷⁶, numa clara referência às limitações do processo de substituição de importações em curso no período em que escreveu o livro” (MENDONÇA, 2021, p.103). Esse subtítulo representava o dilema entre “pão para os homens famintos e impacientes ou aço para as máquinas que depois alimentariam satisfatoriamente os homens” (NASCIMENTO, 2012, p.322). Desse modo, Castro direcionava uma crítica para o setor industrial que, desde a década de 1930, vinha ganhando centralidade:

O desnível entre as políticas industriais e agrícolas, afirmava, constitui a mais grave distorção na dinâmica do desenvolvimento econômico e o principal fator de estrangulamento da industrialização, objetivo maior das políticas desenvolvimentistas [...] Esse atraso do setor agrícola, percebido por Castro como uma das principais causas do nosso subdesenvolvimento, era fruto, em grande medida, do “arcaísmo das estruturas agrárias” existente nos países mais pobres (NASCIMENTO, 2012, p.323).

Além disso, é importante destacar que:

ao publicar *Geografia da Fome*, Josué de Castro tinha já uma carreira consolidada como médico, nutrólogo e geógrafo, construída no quadro das profundas transformações ocorridas na sociedade brasileira, no período compreendido entre a queda da República Velha e o fim do Estado Novo. [...] além de intelectual extremamente profícuo, ele teria uma participação significativa naquelas transformações, uma vez que suas atividades em diversos órgãos governamentais, assim como suas propostas para a melhoria das condições de vida das classes trabalhadoras, encontraram, em alguma medida, ressonância em políticas públicas (MENDONÇA, 2021, p.95).

Desse modo, para melhor contextualizar o debate ainda é necessário ter em vista o governo Dutra (1946 – 1951)⁷⁷, que será marcado, principalmente em sua segunda fase, por

⁷⁵ “A participação de Josué de Castro na proposição de políticas públicas internacionais voltadas para o combate a fome no mundo, foi paulatinamente construída a partir da circulação mundial da sua obra, que teve início em 1948, quando *Geografia da Fome* foi publicada em língua francesa pelas Éditions Ouvrières” (AMORIM, 2016, p.121).

⁷⁶ De acordo com Castro: “O dilema de apoiar-se mais a economia no setor agrícola ou no setor industrial — o dilema do pão ou do aço — para atender às verdadeiras necessidades do país, se apresenta como o fio da navalha que pode pôr em perigo todos os sacrifícios e esforços despendidos pela coletividade. É nesta contingência que o nosso método de estudo talvez possa trazer alguma luz a este angustiante problema, mostrando até que ponto o progresso econômico realizado tem sido favorável e até que ponto tem ele fracassado no sentido de melhorar as condições de alimentação do nosso povo — alargando as negras manchas de miséria de nossa geografia da fome” (CASTRO, 1984, p.42).

⁷⁷ “No campo da alimentação, o governo Dutra promoveu uma atenção especial ao abastecimento, em detrimento das instituições que desenvolveram pesquisas no período em que Vargas esteve no poder. Apesar da mudança de

uma aceleração da industrialização. As medidas adotadas por esse governo “acabaram por reforçar a posição dos setores que defendiam o aprofundamento do processo de substituição de importações. Mas a luta entre estes grupos e aqueles que defendiam a vocação agrária do Brasil continuaria por toda a década de 1950” (MENDONÇA, 2021, p.102). Tendo isso em vista, o fim do Estado Novo:

significou um momento propício para o lançamento de um livro que promoveu uma denúncia sobre a condição de desnutrição em que a maior parcela da população brasileira vivia. Assim como muitos outros intelectuais que estiveram ligados ao Estado Novo, Josué de Castro não teria muita influência no recém estabelecido Governo Dutra. O processo de construção da nação e do homem brasileiro, já não se constituía como prioridade. Seguindo uma tendência internacional do Pós-Guerra, a preocupação do Estado com os modelos de desenvolvimento passou a ser latente. Josué de Castro fará, posteriormente, a leitura dos novos movimentos e projetos políticos do Estado e adequará suas obras e posicionamentos a partir da noção de desenvolvimentismo dos anos 1950 (AMORIM, 2016, p.121).

Em *Geografia da Fome*⁷⁸ aparece uma leitura que Castro irá aprofundar em suas obras posteriores, que diz respeito as marcas do subdesenvolvimento no Brasil, diretamente relacionadas com seu passado colonial⁷⁹:

Entre nós o desequilíbrio se deu acentuando males sempre existentes desde o dia em que os primeiros aventureiros europeus, financiados em grande parte pelo capital judaico, resolveram criar nestas terras da América a indústria do “fique rico depressa” para uns poucos e que foi, ao mesmo tempo, a “indústria da fome” para a maioria (CASTRO, 1984, p.269).

Dessa maneira, Castro se insere nos debates a respeito do desenvolvimento no país, apresentando uma postura crítica com relação ao direcionamento que ele vinha tomando:

direcionamento do governo Dutra, Josué de Castro continuou exercendo a função de autoridade no campo da alimentação no país, porém não gozava do espaço político e científico que obteve anteriormente” (AMORIM, 2016, p.122).

⁷⁸ “Geografia da Fome se apresenta como um livro que contém uma abordagem que se diferencia do pragmatismo dos estudos médicos, restritos apenas às análises do campo da nutrição. A maquinaria utilizada pelo autor para se afastar dos estudos tradicionais foi encontrada com a utilização do método geográfico, que possibilitou problematizar a situação alimentar do Brasil a partir das dimensões regionais. Percebendo a carência de estudos que tratavam da fome a partir de uma perspectiva interdisciplinar, Josué de Castro, buscou essa abordagem teórica que levasse em consideração as questões sociais” (AMORIM, 2016, p.125).

⁷⁹ Como afirma Castro: “É mesmo esta a característica essencial do desenvolvimento econômico do tipo colonialista, bem diferente do desenvolvimento econômico autêntico de tipo nacionalista. O colonialismo promoveu pelo mundo uma certa forma de progresso, mas sempre a serviço dos seus lucros exclusivos, ou quando muito associado a um pequeno número de nacionais privilegiados que se desinteressavam pelo futuro da nacionalidade, pelas aspirações políticas, sociais e culturais da maioria. [...] Como consequência desta visão egoística do progresso econômico se constituiu em vários países de economia dependente o que alguns sociólogos chamaram de uma “estrutura social dualista” com a superposição de um quadro social bem desenvolvido sobre outro quadro de total estagnação econômica” (CASTRO, 1984, p. 270).

A filosofia do desenvolvimento brasileiro nos últimos anos foi concebida dentro desta idéia de desenvolver mais o já desenvolvido e não de integrar no sistema econômico nacional as atuais áreas marginais, tais como o Nordeste e a Amazônia. O caso do Nordeste é o mais alarmante porque aí se concentra um terço da população brasileira, que vive em condições econômicas bem precárias, como tive ocasião de demonstrar. E no entanto toda a política econômica brasileira conspira contra a verdadeira integração econômica desta área do país. Neste capítulo, a política federal se tem limitado a certa proteção à economia açucareira que nunca poderá sozinha emancipar o Nordeste e à política paternalista do “ajuda-o-teu-irmão” nas épocas calamitosas da seca. Ajuda essa que se tem manifestado ineficaz, mesmo como simples procedimento assistencial, beneficiando mais certos grupos apaniguados do que propriamente as vítimas do flagelo. O que o Nordeste necessita é bem diferente. É um tratamento do governo federal que não seja o de uma metrópole em face de uma colônia (CASTRO, 1984, p.271).

O subdesenvolvimento aparece então vinculado a “disparidade entre os índices de produção, de renda e de consumo entre diferentes camadas sociais e diferentes regiões que compõem o espaço sócio-geográfico de uma Nação” (CASTRO, 1984, p.272):

Promover o desenvolvimento econômico-social autêntico será antes de tudo procurar atenuar esses desníveis, através de uma melhor distribuição da riqueza e de um mais justo critério de investimentos nas diferentes regiões e nos diferentes setores das atividades econômicas do país (CASTRO, 1984, p.272-273).

Assim, a alternativa proposta por Castro envolveria implementar “uma nova concepção do desenvolvimento econômico que levasse em conta os fatores humanos. Que reabilitasse a alimentação como prioridade” (NASCIMENTO, 2012, p.323)⁸⁰, tendo em vista que:

O desenvolvimento econômico constitui a única solução real ao problema do subdesenvolvimento, com suas características fundamentais do subemprego, da subprodutividade e do pauperismo generalizado. A tomada de consciência da realidade social brasileira por parte do nosso povo incutiu no espírito das massas esta idéia-força de que só através do nosso desenvolvimento econômico real nos libertaremos da opressão e da escravidão econômica que esmagam a maioria de nossas populações [...] Pensar diferentemente é servir aos interesses antinacionais, é fazer o jogo dos trustes internacionais, interessados em abafar o surto de progresso das regiões de economia primária, fornecedoras das matérias-primas para os grandes empórios industriais que dominam a economia mundial (CASTRO, 1984, p.280).

Compreensão que desemboca em uma ideia de “desenvolvimento humanitário⁸¹”, ressaltando os “aspectos qualitativos, subjetivos, que captam as reais condições de vida do

⁸⁰ Nas palavras de Castro: “Representa a política de desenvolvimento, o que se chama necessidade histórica, um imperativo ao qual não podemos fugir” (CASTRO, 1984, p.280).

⁸¹ Nesse sentido, Castro propõe um desenvolvimento em função da humanidade: “Só há um tipo verdadeiro de desenvolvimento: o desenvolvimento do homem. O homem, fator de desenvolvimento, o homem beneficiário do desenvolvimento. É o cérebro do homem a fábrica de desenvolvimento. É a vida do homem que deve desabrochar pela utilização dos produtos postos à sua disposição pelo desenvolvimento” (CASTRO *apud* NASCIMENTO, 2012, p.311).

indivíduo” (NASCIMENTO, 2012, p.324), para além de uma leitura estritamente econômica. Pensar desenvolvimento, na perspectiva de Castro, se liga diretamente ao combate à fome, pois ela nada mais é do que “a mais negra e a mais trágica expressão do subdesenvolvimento econômico” (CASTRO, 1984, p.291).

Desse modo, em *Geografia da Fome*, a análise de Castro confere centralidade para os poderes públicos:

Expressão que só desaparecerá quando for varrido do país o subdesenvolvimento econômico, com o pauperismo generalizado que este condiciona. O que é necessário por parte dos poderes públicos é condicionar o desenvolvimento e orientá-lo para fins bem definidos, dos quais nenhum se sobrepõe ao da emancipação alimentar do povo (CASTRO, 1984, p.291).

Em relação a este aspecto, podemos destacar o fato de que em suas obras principais, Castro “confiava às elites dirigentes a tarefa de resolver os problemas do país” (RIBEIRO JUNIOR, 2020, p.109). Como consta na primeira edição de *Geografia da Fome*:

[a] alarmante situação do país em matéria de alimentação para a qual contribuíram todas as forças vivas e todas as classes da nação, exige que as elites dirigentes – o governo, as classes intelectuais e as produtivas – encarem o problema alimentar em sua devida importância, reconhecendo a necessidade urgente de melhorar as condições alimentares do povo brasileiro, entrando a marcha da fome que cada vez mais alarga seus passos (CASTRO, *apud* RIBEIRO JUNIOR, 2020, p.109).

Elaboração que destoa da 9ª edição desse mesmo livro, na qual Castro empreendeu um esforço para atualizar o quadro analisado⁸², tendo em vista as profundas transformações ocorridas na realidade brasileira. Assim, a partir dessa edição atualizada, temos acesso a um livro que “representa uma verdadeira inovação sobre as suas edições anteriores⁸³” (CASTRO, 1984, p.40-41):

Enquanto alguns apregoam que para salvar o país se faz necessária a reeducação das elites, aparentemente tão desviadas de seus deveres cívicos, de dirigir a vida pública, eu sou daqueles que acreditam que a nossa salvação está muito mais na educação adequada das massas, no seio das quais se encontram enormes reservas humanas até

⁸² Nas palavras de Castro, esse esforço envolvia revisar em sua obra os “traços mais significativos, das principais tendências de sua dinâmica social para que este ensaio não viesse a perder o seu sentido de um documento interpretativo desta realidade” (CASTRO, 1984, p.40-41).

⁸³ De acordo com Castro: “É quase que um novo livro, utilizando o mesmo método de investigação, a mesma perspectiva de análise dos problemas e muitos dos materiais de base já expostos, mas tudo completado por uma nova formulação da realidade do Brasil atual e da atual conjuntura econômica e social do mundo, bem diferentes das de 1946” (CASTRO, 1984, p.40-41).

hoje deixadas à margem da ação política e social pela falta de recursos educacionais adequados e melhor distribuídos. Nenhuma outra missão me parece, pois, mais nobre do que a de integrar na consciência cívica do país estas populações marginais que pressentem os perigos e as angústias da hora presente, mas se sentem incapazes de agir na busca de um caminho seguro, pela falta de uma visão clara de nossos problemas fundamentais. Nenhum convite poderia ser mais tentador para mim do que o de utilizar este livro como instrumento de captação do interesse do povo, para solução de um dos mais graves e trágicos problemas do próprio povo: o problema da carestia da vida e das conseqüências funestas da subalimentação (CASTRO, 1984, p.46).

Tendo em vista essa mudança de ênfase entre as edições, no que diz respeito a possibilidade de uma transformação social advinda das camadas populares, Ribeiro Junior (2020) defende que essa alteração guarda paralelo com a trajetória política de Castro, muito influenciada por suas experiências como Deputado Federal por Pernambuco e Diretor do Conselho Executivo da FAO nas décadas de 1950 e 1960. Essas experiências possibilitaram uma “aproximação entre Josué de Castro e os movimentos sociais do campo, em especial as Ligas Camponesas” (RIBEIRO JUNIOR, 2020, p.110):

À medida que o combate à fome não avançava e ele entrava em contato com um congresso avesso à transformações que questionassem o status quo, seu posicionamento político se alterava e se tornava mais crítico em relação às elites dirigentes e às perspectivas colocadas pela política desenvolvimentista que nacionalmente era impulsionada pelo Governo de Juscelino Kubitschek (1956 – 1961) (RIBEIRO JUNIOR, 2020, p.110).

Aproximação que desemboca no livro *Sete Palmos de terra e um caixão* (1965), no qual Castro volta sua atenção para as Ligas Camponesas. Nesse sentido, é importante pontuar que Castro “reconhece as Ligas Camponesas como uma resposta política para a fome, afinal elas eram entendidas como o produto da tomada de consciência por parte dos camponeses”, sem deixar de considerar que “a superação da fome não se daria sem a transformação do que ele chamava de estrutura social vigente” (RIBEIRO JUNIOR, 2020, p.111).

Além disso, vale também destacar o contexto mais amplo no qual as ideias de Castro a respeito do subdesenvolvimento estavam inseridas, tendo em vista um horizonte de discussões que mobilizavam esse conceito com diferentes ênfases e conotações. A origem do termo enquanto instrumento de análise das realidades dos países periféricos pode ser atribuída a década de 50, quando essa palavra “teve seu momento áureo, uma vez que foi sistematizada e amplamente discutida” (NACIMENTO, 2012, p.321):

A geração de 30, que inclui Josué de Castro, estava preocupada em responder o que seria o Brasil e neste processo era fundamental entender nosso passado colonial. Nesse âmbito decorrem duas linhas dominantes na caracterização da colonização: a primeira considera a formação econômico-social da época da colônia como feudal, enquanto a

segunda enfatiza sua ligação com o mercado externo. [...] Josué de Castro entendia ser um elemento essencial na definição do modo de produção colonial o regime feudal de propriedade, apoiando-se nas ideias de Alberto Passos Guimarães, particularmente na obra *Quatro séculos de latifúndio*, de 1963 (NASCIMENTO, 2012, p.319-320).

Discussão mais aprofundada no livro *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, que tem como mote a ideia de que os latifúndios “denominados capitânicas e implementados desde o século XVI no Brasil, eram como verdadeiros feudos”⁸⁴ (NASCIMENTO, 2012, p.320). Entretanto, além do paradigma feudal, já existiam no período abordagens que ressaltam o papel do mercado externo na configuração do Brasil colônia, principalmente a partir da perspectiva inaugurada por Caio Prado Junior:

Para esse autor, o feudalismo brasileiro era apenas uma figura retórica, dado que não existe um paralelismo entre a economia brasileira e a da Europa medieval [...] Caio Prado Junior chama atenção para a questão fundamental do período colonial: o peso dos fatores externos na sociedade brasileira então em formação. A produção para esse mercado era o centro da estrutura colonial brasileira, a venda para os países europeus fazia do Brasil não um conjunto de feudos, mas uma colônia que servia aos propósitos capitalistas dos países centrais (NASCIMENTO, 2012, p.320).

Apesar disso, as análises de Castro mobilizam o paradigma feudal, ele não levaria em conta que “o regime de propriedade colonial muito se difere do regime feudal europeu” (NASCIMENTO, 2012, p.320)⁸⁵. Porém, o ponto principal não diz respeito a não considerar o mercado externo, visto que Castro tinha conhecimento da obra de Caio Prado Jr, autor que inclusive é citado em *Sete Palmos de Terra e um Caixão*, ao lado de outras figuras como, por exemplo, Roger Bastide, Nelson Werneck Sodré, Guerreiro Ramos, Souza Barros, Cândido Mendes, Paulo Prado e Luís da Câmara Cascudo. Muito ainda pode ser discutido sobre a relação entre a proposta interpretativa do passado colonial brasileiro empreendida por Josué de Castro e os grandes clássicos do pensamento social. Porém, para os fins deste trabalho, o que não poderíamos deixar de mencionar em relação ao livro em questão é o modo como a ideia de feudalismo desempenha um importante papel na defesa da reforma agrária no argumento de

⁸⁴ Eram considerados como feudos pois estruturavam “tanto a propriedade quanto o Estado sob os mesmos moldes que regiam os domínios feudais, isto é, grandes extensões territoriais entregues a senhores dotados de poderes absolutos sobre as pessoas e as coisas” (NASCIMENTO, 2012, p.320).

⁸⁵ O que Castro não levaria em consideração, segundo Nascimento, é que “no feudalismo não existia uma produção exclusivamente voltada para o mercado externo como no sistema colonialista, a que o Brasil é submetido desde os seus primórdios. No sistema feudal a terra servia praticamente para a própria subsistência de seus arrendatários. O feudalismo é um fenômeno caracterizado pelo isolamento imposto ao feudo, em que não há praticamente trocas mercantis com outros feudos. Ora, ao contrário da unidade feudal, unidade escravista vive totalmente voltada para o mercado externo (NASCIMENTO, 2012, p.320).

Castro: “O fato de se destinarem ao mercado exterior, sob o controle da metrópole, os produtos obtidos através desse sistema, só contribui para juntar àquele um novo elemento: a condição colonial (CASTRO, 1967b, p.116).

Assim, toda a questão se relaciona com a interpretação de Josué de Castro a respeito da colonização, que na linha dos grandes intérpretes do Brasil, vai buscar no nosso passado colonial, no “caráter da colonização portuguesa”⁸⁶, possibilidades de explicação para o país. O argumento de Castro gira em torno da compreensão de que Portugal teria implementado no Brasil “capitanias de tipo feudal”⁸⁷, o que estaria relacionado a uma “incapacidade comercial dos portugueses, seu total divórcio do espírito mercantilista”⁸⁸, visto que “apesar de cobiçosos de riquezas, estavam bem longe de possuir aquele agudo sentido mercantilista de caráter tipicamente burguês, de signo pós-renascentista e pós-luterano que possuíam os holandeses, por exemplo” (CASTRO, 1967b, p.108).

Apesar dos evidentes “sinais de decadência e de profunda desagregação social”⁸⁹ do feudalismo português, “o processo evolutivo em curso na sociedade lusa, não veio continuar-se no Brasil-Colônia, onde o regime econômico instaurado significou um recuo em relação ao seu ponto de partida na metrópole”⁹⁰ (CASTRO, 1967b, p.110). Assim, a classe senhorial teria empreendido a “tarefa de fazer girar em sentido inverso a roda da História, embalada pelo sonho de ver reconstituído o seu passado”⁹¹ (CASTRO, 1967b, p.110). Porém essa transplantação do modelo da metrópole para a colônia obteve configurações próprias, o que leva Castro a contrapor o “feudalismo clássico” da primeira ao “feudalismo colonial” da segunda, pois “o monopólio feudal da terra impôs soluções específicas para os problemas que teve de vencer,

⁸⁶ (CASTRO, 1967b, p.101).

⁸⁷ (CASTRO 1967b, p.107).

⁸⁸ (CASTRO, 1967b, p.107).

⁸⁹ (CASTRO, 1967b, p.109).

⁹⁰ Ainda de acordo com Castro, “a despeito do importante papel desempenhado pelo capital comercial na colonização do nosso país, ele não pôde desfrutar aqui a mesma posição influente que começava a assumir na metrópole e não conseguiu impor à sociedade colonial as características fundamentais da economia mercantil” (CASTRO, 1967b, p.110).

⁹¹ O grande desejo, segundo Castro, dos “fidalgos sem fortuna, seria reviver aqui os tempos áureos do feudalismo clássico, reintegrar-se no domínio absoluto de latifúndios intermináveis como nunca houvera, com vassalos e servos a produzirem, com suas mãos e seus próprios instrumentos de trabalho, tudo o que ao senhor proporcionasse riqueza e poderio” (CASTRO, 1967b, p. 110)

sem contudo perder as características essenciais da formação social que tomara por modelo” (CASTRO, 1967b, p.114-115).

Desse modo, “na impossibilidade de contar com o servo da gleba, o feudalismo colonial teve que regredir ao escravismo” e teria compensado a perda de produtividade daí advinda por meio da “extraordinária fertilidade das terras virgens” e do “desumano rigor aplicado no tratamento de sua mão-de-obra” (CASTRO, 1967b, p.115). Em contrapartida, ele pode “desenvolver o caráter comercial de sua produção, não para o mercado interno, que não existia, mas para o mercado mundial” (CASTRO, 1967b, p.115). É nesse sentido que afirmamos que a questão não é meramente Castro não ter levado em conta o fator do mercado externo, e sim que em seu argumento o feudalismo transplantado na colônia assumiu feições próprias no Brasil, sem que nenhuma de suas alterações tenha sido suficiente “para diluir o seu caráter feudal” (CASTRO, 1967b, p.115). Assim, teria se formado no país um sistema de plantação e uma economia pré-capitalista que possuiriam como característica dominante “a propriedade agrária feudal, sendo a terra o principal e mais importante dos meios de produção⁹²” (CASTRO, 1967b, p.116).

Tudo isso é mobilizado por Castro para apontar que a “teoria do capitalismo colonial” não seria uma interpretação desinteressada, ela na verdade se configuraria enquanto uma teoria conservadora e reacionária pois “se a estrutura agrária brasileira sempre teve uma ‘configuração capitalista’, por que reforma-la para promover o desenvolvimento capitalista no país?⁹³” É a partir desse ponto de vista, segundo Castro, que se concebe uma estratégia política não revolucionária, uma verdadeira “estratégia evolucionista”, que promoveria um “desenvolvimento gradual, sem reformas” (CASTRO, 1967b, p.116). Desse modo, Castro novamente reiterava a posição de defesa de uma reforma agrária no país, legitimando sua

⁹² “Tendo a terra centralidade nesse modelo, seu monopólio confere poder aos seus detentores: acresce que o monopólio da terra, nas condições pré-capitalistas de nossa agricultura, assegura à classe latifundiária uma força maior que o poderio econômico, uma outra espécie de poder que frequentemente supera e sobrevive àquele – o poder extra-econômico” (CASTRO, 1967b, p.118). É através dessa força que Castro explica o fenômeno do coronelismo, também herança desse passado colonial que se expressa “através do ‘governo’ das coisas e das pessoas dentro e em torno dos latifúndios” (CASTRO, 1967b, p.118).

⁹³ “A simples eliminação em nossa história da essência feudal do sistema latifundiário brasileiro e a consequente suposição de que iniciamos nossa vida econômica sob o signo da formação social capitalista significa, nada mais nada menos, do que considerar supérflua qualquer mudança ou reforma profunda de nossa estrutura agrária” (CASTRO, 1967b, p.116).

necessidade em relação ao passado colonial, pois o principal argumento em favor desta reforma era o de que seria preciso substituir as “relações de produção caducas” encontradas no campo, para que a agricultura pudesse se desenvolver. Relações caducas que seriam impedimento para o desenvolvimento do país, enquanto heranças do feudalismo colonial, expressas no “monopólio feudal e colonial da terra” (CASTRO, 1967b, p.118).

De volta ao prefácio de *Geografia da Fome* (1946), escrito por Castro em 1960, encontramos novamente uma ênfase no desenvolvimento, reiterando a centralidade dessa categoria para sua obra:

O drama atual do Brasil, que é promover o seu desenvolvimento, com suas escassas disponibilidades, em ritmo acelerado e sem sacrificar as aspirações de melhoria social de seu povo, constitui a pedra de toque da acuidade política dos nossos dirigentes. A consciência nacional despertada acompanha alerta o desenrolar da odisséia de nossa emancipação econômica, com os seus avanços e recuos, e dela participa de corpo e alma (CASTRO, 1984, p.42).

Desse modo, Castro se posiciona perante aos debates da época, marcados por uma intensa discussão a respeito do desenvolvimento nacional, além de defender a contribuição de sua obra para a definição da política econômica do país. Além disso, o autor faz referência às discussões travadas com Celso Furtado nas décadas de 50 e 60, reiterando a posição de que:

A luta contra a fome no Nordeste não deve, pois, ser encarada em termos simplistas de luta contra a seca, muito menos de luta contra os efeitos da seca. Mas de luta contra o subdesenvolvimento em todo o seu complexo regional, expressão da monocultura e do latifúndio, do feudalismo agrário e da subcapitalização na exploração dos recursos naturais da região (CASTRO, 1984, p.249).

Em relação propriamente à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)⁹⁴, comenta:

Não estou muito de acordo com alguns dos princípios que orientaram a formulação doutrinária deste órgão, principalmente quando em documento de base os seus criadores afirmam que o subdesenvolvimento do Nordeste é produto da pobreza de sua base física e quando advogam o deslocamento dos supostos excedentes estruturais

⁹⁴ “ao fato de ter sido membro da CEPAL e das Nações Unidas e ter uma participação influente na elaboração do Plano de metas do governo JK, Furtado assume a direção do Grupo de Trabalho sobre o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), ligado ao então recentemente (1953) criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e passa a coordenar diversos estudos sobre a situação econômica do Nordeste do Brasil. Em meio aos acontecimentos e à repercussão da seca iniciada em 1958, Furtado é chamado a dar seu depoimento sobre a situação nordestina, principalmente dos seus sertões, e a propor soluções. Começa aí a caminhada no sentido da instituição da chamada “Operação Nordeste” e posteriormente da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE). A Partir daí Furtado se transformaria e seria visto cada vez mais como “Homem de Estado” ocupando cargos governamentais de alto escalão, e de altas prerrogativas, sendo os principais os de Superintendente da SUDENE e, posteriormente, ministro do planejamento do Governo João Goulart” (CARDOSO, 2007, p.7).

de sua população, mas reconheço com entusiasmo que pela primeira vez os problemas do Nordeste são encarados com certa dose de seriedade (CATRO, 1984, p.250-251).

Assim, as teses de Josué de Castro se concentram ao redor da “visão crítica das propostas desenvolvimentistas do governo Juscelino Kubitschek, e também na polêmica que manteve com Celso Furtado a respeito das políticas propostas por esse economista para o desenvolvimento do sertão nordestino” (BARROS, 2012, p.242). Josué de Castro “se mostraria um crítico do Plano e Metas e da concentração dos projetos nas regiões Sul e Sudeste do país” (MENDONÇA, 2021, p.268)⁹⁵, como se pode notar nesse discurso, proferido por ele na Câmara dos Deputados:

O plano de metas, ora em realização, peca, ao meu ver, por um setorialismo exagerado, tratando de desenvolver a parte já desenvolvida do Brasil, concentrando os escassos recursos, as disponibilidades e as poupanças raras que possuímos (...), apenas, ou quase inteiramente, numa das regiões do Brasil, com esquecimento de outras, as mais subdesenvolvidas de um país subdesenvolvido, exatamente a Amazônia e o Nordeste (CASTRO *apud* MENDONÇA, 2021, p.268).

Além disso, Castro se mostrou crítico às propostas de Furtado em relação ao desenvolvimento do Nordeste, entrando em vários embates com o economista. Muitas das divergências entre os autores podem ser explicadas tendo em vista o tipo de análise empreendida por cada um, como o caso da polêmica com relação a fronteira agrícola na qual Castro “não comungava como o ideário de Furtado, de transferência da população sertaneja devido às secas que assolam a região⁹⁶” (NOGUEIRA; SANTOS, 2012, p.92). Nesse sentido a abordagem de Castro destoa por levar em conta:

as condições ambientais, o tipo de solo da região e a cultura sertaneja, para defender a fixação do homem na terra, a reforma agrária, campanha educacional suprimindo o analfabetismo e preparando o agricultor com inovação tecnológica para multiplicar aceleradamente a produção de alimentos. Propõe ainda a criação de infraestrutura financiada pelo governo para garantir, sem prejuízo dos agricultores, o escoamento do produto para comercialização. Eliminando-se a fome, o latifúndio, e o analfabetismo, a sociedade já estaria em franco desenvolvimento (BARROS, 2012, p.242).

⁹⁵ “Logo que assumiu o poder, Juscelino criou o Conselho de Desenvolvimento Econômico, grupo de trabalho encarregado de analisar a situação econômica e apresentar sugestões para resolver os problemas, e cujo resultado mais significativo foi o Plano de Desenvolvimento Econômico, conhecido como Plano de Metas” (MENDONÇA, 2021, p.265).

⁹⁶ Essa polêmica está relacionada com relatório que deu origem a Operação Nordeste no qual devido a constatação de um excesso relativo de população apresenta a proposta de deslocar esse excesso “disseminando-a numa área maior [...] procurando ampliar as fronteiras do Nordeste” (CASTRO, 2012, p.384)

Ainda com relação à Furtado, também é possível destacar pontos de aproximação entre os dois autores, principalmente no que se refere as causas do subdesenvolvimento que, na perspectiva de Castro, “não são causas internas, próprias dos países subdesenvolvidos. São causas mundiais. O subdesenvolvimento não é ausência - ou insuficiência - de desenvolvimento. É um produto do desenvolvimento (CASTRO, 2012, p.409). Leitura que se contrapõe as teorias desenvolvimentistas da época a partir das quais “acreditava-se que maximizando a produtividade da mão de obra e do capital, chegar-se-ia a promover a generalização do progresso e da riqueza” (NASCIMENTO, 2012, p.324):

Esta distribuição de riqueza se faria automaticamente, pela força da “mão invisível”. Infelizmente, como afirmava Castro, essa teoria do *laissez-faire* nunca agiu no interesse da humanidade e a mão invisível dos grupos dominantes e privilegiados sempre monopolizou os benefícios, deixando na miséria as grandes massas marginalizadas dos países mais pobres (NASCIMENTO, 2012, .324).

Nesse sentido, suas concepções se aproximam das ideias trabalhadas por Celso Furtado, inserindo-se no mesmo horizonte de debates: “O subdesenvolvimento é, portanto, um processo histórico autônomo, e não uma etapa pela qual tenham, necessariamente, passado as economias que já alcançaram um grau superior de desenvolvimento” (FURTADO, 1983, p.43). Ainda de acordo com Furtado⁹⁷:

O efeito do impacto da expansão capitalista sobre essas estruturas variou de região para região, ao sabor das circunstâncias locais, do tipo de penetração capitalista e da intensidade desta. Contudo, a resultante foi quase sempre a criação de estruturas dualistas, uma parte das quais tendia a organizar-se à base da maximização do lucro e da adoção de formas modernas de consumo, conservando-se a outra parte dentro de formas pré-capitalistas de produção. Esse tipo de estrutura sócio-econômica dualista está na origem do fenômeno do subdesenvolvimento contemporâneo (FURTADO, 1983, p.43).

Essa dualidade de estruturas, entre um setor moderno e um atrasado, representou o paradigma ao redor do qual orbitaram os teóricos vinculados à Comissão de Estudos para a América Latina (CEPAL):

⁹⁷ Além disso, vale ressaltar que as propostas de Furtado visavam: “pôr por terra as teses de “vantagens comparativas” e a prosélita pregação, já então neoliberal, do *laissez-faire* econômico, bem como tentar explicar como a posição de exportadores de produtos primários por parte dos países latino-americanos encerra uma posição subalterna e instável em termos internacionais. Prebisch e seus colaboradores, dentre eles Celso Furtado, refinam e reforçam sua visão sobre o subdesenvolvimento através da famosa tese da *Deterioração dos Termos de Troca*. [...] A Deterioração dos Termos de Troca seria, portanto, a crônica tendência à perda de valor dos produtos primários diante dos tecnológicos, gerando a perenidade de uma condição subdesenvolvida dos países primário-exportadores, em geral historicamente “especializados” na produção e exportação de tais produtos inelásticos” (CARDOSO, 2007, p.4).

Sob a direção do economista argentino Raúl Prebisch, o organismo produziria inúmeros diagnósticos da situação econômica dos diversos países da América do Sul e Central através da grande inovação teórica - proposta inicialmente por Prebisch e posteriormente refinada pelos membros da instituição – de se enxergar o subdesenvolvimento como “processo” dentro de um todo, não como “ausência” ou “etapa” de desenvolvimento, criticando, além da visão “Rostowniana” então clássica, que pressupunha uma linha evolutiva e etapista rumo ao primeiro mundo, também a própria fraqueza dos instrumentos da ciência econômica neoclássica para se pensar a economia dos países “ex-coloniais” (CARDOSO, 2007, p.3).

Tendo isso em vista, é possível afirmar que a centralidade da categoria de subdesenvolvimento para se pensar o Brasil e, em específico o Nordeste, estava posta na década de 50, principalmente quando consideramos o pensamento da CEPAL, centrado na industrialização, vista como o vetor principal de superação do subdesenvolvimento. A obra de Furtado insere-se nesse contexto mais amplo:

Seu mais famoso livro Formação Econômica do Brasil, publicado em 1959, no calor da hora dos acontecimentos políticos decisivos da instituição da Sudene, é considerado um clássico do pensamento econômico – e social – brasileiro e se insere num debate intelectual iniciado desde o início dos anos 40, que tinha como ponto central tentar diagnosticar a razão da estagnação ou do “atraso” brasileiro e que elegia o “campo”, a agricultura, como um de seus principais focos analíticos (CARDOSO, 2007, p.8).

Apesar de chegar ao mesmo lugar comum de Castro, qual seja, apontar para o papel do Estado como fomentador do desenvolvimento⁹⁸, Furtado se distancia dele na medida em que:

A “técnica” que emerge do discurso de Furtado é uma espécie de entidade autônoma e em si, que, com sua força racional, torna-se capaz de “purificar” a política. Furtado, apesar de constantemente afirmar o caráter político do planejamento, acaba relegando à técnica um status próximo ao que esta tinha no positivismo de Comte, uma entidade capaz de estar acima das paixões dos homens, uma entidade positiva com um fim em si mesma. Neste sentido, a técnica torna-se algo quase irrefutável, por “ver melhor” ou mais profundamente a essência das coisas. Com a “força da técnica” e a “racionalidade” - sob forte influência de uma ótica cepalina e das visões dualistas sobre Sertões - Furtado empreenderá sua “luta” pelo Nordeste, baseado em concepções “racionalis” sobre esta extensa região, para ele sombria e problemática (CARDOSO, 2007, p.56).

Nesse sentido, Furtado se distancia da abordagem multidisciplinar de Castro, que conjuga diversas áreas para a análise e compreensão dos fenômenos, e de sua ciência engajada, baseada na compreensão de que as realidades científicas “são sempre produtos da interação entre os próprios fatos e o ato de observar do pesquisador” (NASCIMENTO, 2012, p.332):

⁹⁸ No caso de Furtado essa ideia surge a partir da compreensão de que a “industrialização não se dará se deixada às forças do laissez-faire do mercado. Neste sentido, cresce progressivamente em importância, dentro da CEPAL, a noção de programação tão em voga naqueles tempos de pós-segunda guerra, ganhando em importância a ideia de intervenção racional, de racionalização do uso dos recursos” (CARDOSO, 2007, p.6).

Para o economista, a apreciação “racional” seria capaz de suplantar as paixões políticas e de enunciar um diagnóstico verdadeiramente científico não só sobre o Nordeste, mas também sobre o Brasil e a América Latina. Com tal perspectiva, Furtado buscaria constantemente salientar sua posição de “técnico” e com isso fugir dos aspectos políticos das delicadas questões que abordava. Considerando determinados temas exageradamente “apaixonados”, Furtado pensava realizar sobre eles apreciações “neutras”. Com tal perspectiva, este autor subordinava a política à técnica – embora afirmasse o contrário - como se pudesse separá-las ou hierarquizá-las (CARDOSO, 2007, p.54-55).

Assim, o ponto fundamental que diferencia as abordagens está condensado no fato de que:

Embora possa ser dito que Castro seja do mesmo “campo” – no sentido de Bourdieu – intelectual do “dualismo”, de certa forma este se afasta em algumas premissas, principalmente das visões que tomam o sertão como terra de “pobreza inexorável”. Suas observações e estudos realizados em Geografia da Fome constroem uma visão quase diametralmente oposta, só viabilizada pelos diferentes campos de saber que o autor acionava e pelos quadros literários em que se apoiava (CARDOSO, 2007, p.13).

Além de um distanciamento metodológico, o fator principal que diferencia a obra dos dois autores, e que é ponto central para o presente trabalho, é o modo como eles constroem representações sobre o Nordeste:

Ao lançar mão de uma estratégia metodológica que dá atenção aos aspectos histórico-estruturais e ao centrar seu foco na análise dos processos econômicos da economia nordestina Furtado constrói um Sertão Nordestino como o pólo “frágil” de um complexo econômico que já então se delineia essencialmente dual. O Sertão que emerge de Formação Econômica do Brasil já em tempos da colônia é, em termos econômicos, um apêndice, e pouco promissor - diga-se de passagem - se mantida aquela estrutura econômica (CARDOSO, 2007, p.67).

A imagem que se sobressai do projeto de Furtado é a de um sertão como algo condenado, “uma região onde as limitações climato-geológicas e de ordem demográfica apresentam-se com peso ampliado ante as outras regiões do nordeste” (CARDOSO, 2007, p.76). Por trás da SUDENE, da Operação Nordeste e das propostas de Furtado para o desenvolvimento da região, o que subjaz é uma compreensão do Nordeste⁹⁹, discursos que produzem uma representação específica dessa região:

Não se trata aqui, é importante assinalar, de negar em bloco as concepções de Furtado reputando-as puro “preconceito” para com uma região. O que se está tentando assinalar é que a preeminência extrema dada às análises de cunho econômico e a posição metodologicamente subalternizadora destinada aos sertões [...] engendrou uma visão bastante superficial sobre estes, fazendo Furtado presa do discurso de

⁹⁹ “na base dos discursos, dos diagnósticos oficiais e das ações estaria uma concepção particular do que seria o Nordeste e seus Sertões, concepção esta delineada, corporificada e moldada quase que em sua totalidade com as idéias e representações de Celso Furtado sobre a região” (CARDOSO, 2007, p.56).

“senso comum” ante estes lugares, vendo-os como lugar de inexorável pobreza, pobreza de tudo. Furtado constrói de antemão o Sertão como produto e como problema. Um sertão “seco” emerge de seu quadro teórico-metodológico, e se articulará intimamente com as idéias e propostas traçadas na “Operação Nordeste” e em “Uma Política de Desenvolvimento para o Nordeste”, embasando os pressupostos de sua política de “desenvolvimento” - ou seria de desaparecimento? - do Sertão (CARDOSO, 2007, p.71).

Porém, é importante também ter em vista a posição de Furtado com relação aos discursos anteriores sobre a região:

o que diferencia a abordagem de Furtado de um tipo de abordagem sobre Sertão já tradicional na época é a maneira como o constrói e apresenta dentro do nordeste. Na verdade este autor subordina o sertão nordestino ao nordeste açucareiro não só teoricamente, mas também metodologicamente. Ao centrar sua análise de maneira quase exclusiva nos processos econômicos através dos paradigmas conceituais da ciência econômica (Fluxo de renda, produtividade, mão-de-obra, custos etc...) Furtado se distancia da já tradicional postura, encontrada também em economistas como Caio Prado Júnior e Djacir Menezes, de se fazer uma “Anatomização” um “Quadro complexo” antes de partir para considerações econômicas e sociais. Nesta postura “tradicional” o que está em jogo em termos metodológicos é procurar compreender os Sertões como especificidade não só econômica, mas também geográfica, geológica, social e cultural dentro de um todo, como meio de melhor entender o caráter desta especificidade e sua relação com este todo. Elegendo como foco exclusivo a análise dos processos econômicos e da formação de suas estruturas, Furtado subordina os aspectos da especificidade cultural, da ocupação como colonização e a disposição geográfica e geológica dos sertões a estas. Neste sentido, toma como algo “dado” a pobreza dos solos do Sertão e uma suposta “alta densidade demográfica” que seria efeito da crise econômica açucareira. Esta grande densidade demográfica, segundo Furtado, seria um dos principais problemas nacionais (CARDOSO, 2007, p.67).

Abordagem distinta de Castro que, já no ensaio intitulado “Os preconceitos de raça e de clima”, que compõe o livro *Documentário do Nordeste* (1937), apresentava uma visão que inverte o lugar comum das representações sobre o Nordeste, vendo-o como uma “zona privilegiada”, o que tornaria injusto o julgamento daqueles que afirmam que esta seja a “zona a menos dotada de condições favoráveis à vida humana” (CASTRO, 1957, p.131). Assim, a análise de Castro pretende “defender esta região, de certos conceitos errôneos e pouco lisonjeiros que, sem nenhum fundamento, têm sido propagados” (CASTRO, 1957, p.131). O que leva o autor por um caminho argumentativo de ressaltar a “salubridade do clima” e suas condições ecológicas que “permitem a aclimação de qualquer raça” (CASTRO, 1957, p.131), em uma verdadeira positivação das características dessa região, advinda da compreensão de que os problemas que assolam esse lugar são, na verdade, de outra natureza. Nesse sentido, Castro aponta novamente para as condições estruturais que produzem os problemas, debate muito bem condensado em reportagem intitulada “Operação Nordeste: Dois nomes e Duas Opiniões”:

CELSO FURTADO - [...] quando eu falo que existe pobreza física no Nordeste, quero dizer que a estrutura agrária do Nordeste tem um elemento de pobreza que é de ordem natural [...]

JOSUÉ DE CASTRO – Se me permite um aparte, eu lhe mostraria como foi a estrutura da terra que fez com que ela não fosse irrigada. Não interessa ao grande latifundiário promover nenhum investimento em sua terra [...] Há um problema social, de estrutura que fez com que não se promovesse o desenvolvimento econômico pelo uso de técnicas adequadas [...] o problema mais grave do Nordeste está longe de ser o problema da seca. A seca é apenas a gota d'água que, paradoxalmente, faz transbordar a miséria do Nordeste. A seca é secundaríssima. O problema mais grave é o da estrutura agrícola. O que eu lamento é não poder concordar com o dr. Celso Furtado quando diz que vai fazer um plano estrutural, procurando atacar a estrutura da região para dinamizá-la, isto é, mudar o impulso dinâmico para da economia da região de acordo com suas virtualidades e as possibilidades, e que se deixe de lado esse problema da estrutura da terra, que me parece essencial, não só para a agricultura como para a indústria (FURTADO; CASTRO, 2012, p.394-403).

Aqui o que estava em jogo era a tão reiterada posição de Castro da necessidade de uma reforma agrária no país, que irá acompanhar sua obra até o final. Como ressalta Cardoso, algumas das características principais da argumentação se Castro são:

1- A ferrenha defesa do sertão como terra de potencialidades e de certa riqueza; 2- A insistência em tomar a seca como um problema social, do Homem Social e, a que nos interessa particularmente aqui, 3- a defesa de uma reforma agrária e um projeto de desenvolvimento equilibrado que fixe o sertanejo à sua terra, não o retirando, como comumente o fizeram vários governos, para outras regiões do Brasil (CARDOSO, 2007, p.30-31).

De volta propriamente à trajetória de Josué de Castro, em 1954 ele é novamente candidato, “integrando o Movimento Popular Autonomista pelo PTB contra a Frente democrática Pernambucana. Com isso, obtém uma votação expressiva elegendo-se como 7º deputado federal mais votado, fazendo dobradinha com Francisco Julião (lidar das Ligas Camponesas)” (NOGUEIRA; SANTOS, 2012, p.92). Seu primeiro mandato é marcado por:

uma investigação mais aproximada da realidade camponesa brasileira, das causas políticas das desigualdades. Além disso, observou de perto como funciona a política econômica brasileira de abastecimento alimentar. Três grandes temas permeiam a disputa de Josué de Castro na Câmara Federal: a Reforma Agrária, a causa das desigualdades no Nordeste e a distribuição de renda. Estes três temas eram freqüentes nos seus discursos e culminam no seu grande projeto – o Projeto de Segurança Alimentar, entendendo que a construção de uma política pública contra a fome estaria implicada numa distribuição de terra e de renda que possibilitasse ao povo brasileiro uma educação alimentar digna (SILVA, 2010, p.73).

Em 1958 é reeleito, “como o candidato mais votado da história do Nordeste, mantendo a aliança com Francisco Julião” (NOGUEIRA; SANTOS, 2012, p.92). Em seu segundo mandato, Castro defende:

uma reforma eleitoral que minimizasse a influência dos chefes políticos na decisão dos eleitores, através da utilização de uma chapa única a ser preenchida pelo eleitor

na cabina de votação. Defende também ideias democráticas e populares, como a extensão do direito de voto ao analfabeto e o reatamento das relações diplomáticas entre o Brasil e a União Soviética, rompidas durante o governo Dutra, em 1947 [...] propõe o Cupão Alimentação, baseado na experiência norte-americana de 1939 do Food Stamp Plan, um programa que visava à distribuição de um vale para famílias carentes para ser trocado por alimentos (NASCIMENTO, 2012, p.615).

Concomitantemente, Josué de Castro era consagrado como autor de prestígio internacional ao compor o Comitê Consultivo Permanente de Nutrição da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), já em 1948, o que desembocará em dois mandatos consecutivos como presidente desta organização entre 1954 e 1956 (MELO, 2012). De acordo com Nascimento, “foi nesse organismo internacional que Castro estimula ainda mais, como já vinha fazendo, a realização de conferências latino-americanas sobre nutrição” (NASCIMENTO, 2012, p. 610). Em 1962 renunciou ao cargo de deputado federal, ao ser nomeado embaixador da delegação do Brasil em Genebra:

Sua atuação nos dois mandatos de deputado consolidou suas ideias e ações em projetos parlamentares voltados para a questão agrária: a reorganização agrícola em prol de um projeto de industrialização e, sobretudo, projetos políticos de desenvolvimento para o Nordeste, que, além de uma reforma agrária, englobaria planos de abastecimento de água para resolver a questão da seca (NOGUEIRA; SANTOS, 2012, p.92)

Em relação as suas atividades internacionais, vale destacar a fundação em 1957 da Associação Mundial de Luta contra a Fome (ASCOFAM):

da qual faziam parte, entre outros: o padre belga Dominique Pire, vencedor do Prêmio Nobel da Paz de 1958; o padre e economista francês Louis Joseph Lebret, famoso pela luta pelo desenvolvimento econômico; o agrônomo e ecologista francês René Dumont; e, no Brasil, Oswaldo Aranha. Ademais, a instituição recebeu imediato apoio de figuras de projeção internacional, como Henri Antoine Groués, conhecido como Abbé Pierre, Daniel Rops, Lord John Boyd Orr, Maximilien Sorre, Pearl Buck, Roger Bastide, além de outras de destaque nacional, como Jorge Amado, Luís da Câmara Cascudo, Maria Yedda Leite Linhares, Rachel de Queiroz e Sérgio Milliet (MENDONÇA, 2021, p.275-276).

A partir dessa breve reconstrução da trajetória de Josué de Castro, é possível afirmar que ele “se construiu como um intelectual ligado a fome, a partir da mobilização de vários campos do saber” (AMORIM, 2016, p.120):

Josué de Castro tornara-se um especialista em diversos campos do conhecimento como medicina, antropologia, nutrição e geografia. A circulação por diversas áreas da ciência havia lhe proporcionado a elaboração de um currículo vasto e diversificado. Mas, principalmente, contribuiu para a formação de redes e circuitos intelectuais que possibilitaram a sua movimentação por diversas instituições, ora acadêmicas, ora políticas (AMORIM, 2016, p. 101).

Desse modo, vale ressaltar, a título de conclusão, que:

para Josué de Castro só foi possível se constituir enquanto um autor porta-voz da denúncia fome no Brasil e no mundo porque esteve inserido em um tempo em que as demandas sociais apresentavam essas possibilidades. Em um processo de construção de imagem, de autoria, Josué de Castro trazia para si a responsabilidade de ter denunciado a fome (AMORIM, 2016, p.138).

3. DISCURSOS QUE CONSTROEM A REGIÃO: HOMENS E CARANGUEJOS EM PERSPECTIVA

Eu tenho fé no romance brasileiro para salvar nossa cultura. As grandes inteligências sorrirão talvez dessa minha fé. Eu me vingo sorrindo sinceramente da fé nas grandes inteligências (CASTRO, 1935, p.18)

De volta à *Homens e Caranguejos*, em seu “Prefácio um tanto gordo para um romance um tanto magro” Josué de Castro realiza uma “introdução explicativa” no intuito de enganar a fome de romance do leitor. Em analogia a um hábito alimentar comum no Nordeste – “servir-se um pedacinho de carne sêca com um prato bem cheio de farofa”¹⁰⁰ – o autor afirma que neste livro encontraremos “muita explicação e pouco romance”¹⁰¹. O pouco romance, segundo ele, seria aquilo o que dá “cheiro e gosto” ao livro através da representação do drama da fome, “a carne desta obra”¹⁰². O que vem a seguir seria, portanto, magro e seco, justamente por sua relação direta com a fome. Por meio deste jogo de palavras, Castro aponta para a ideia de que, consciente de seu objeto, o romance deveria de algum modo harmonizar-se com ele. Nesse sentido, alguns de seus comentadores destacam sua preocupação com a linguagem, posta nas entrelinhas desse prefácio: “Visionário, desnaturalizou a fome ao criar uma gramática da lama, lambuzando de visgo negro os sujeitos, verbos e adjetivos. Impregnou todos nós da mesma crosta malcheirosa do mangue, aquela que envolve a dramática vida do homem-caranguejo” (NOGUEIRA; SANTOS, 2012, p.76). Gramática da fome que indica uma preocupação importante: como abordar literariamente este fenômeno? Imerso e consciente de toda uma tradição literária de representações, não apenas do Nordeste, mas também da fome, é interessante observar como Castro responde a essa questão, o que tem relação direta com sua trajetória, abordada no capítulo anterior:

Ao revisitar aqueles textos da juventude, ele produz uma narrativa mítica da sua trajetória intelectual, percorrendo lugares da memória e construindo significados que sustentam a sua biografia. É assim que se apresenta o “prefácio um tanto gordo para um romance um tanto magro” [...] A preocupação permanente com a linguagem levou o jovem que escrevia muito mal, como dizia Octávio Pernambucano (1983), a realizar nessa obra uma síntese de arte e ciência (MELO, 2012, p.130).

¹⁰⁰ (CASTRO, 1967a, p.11).

¹⁰¹ (CASTRO, 1967a, p.11).

¹⁰² (CASTRO, 1967a, p.11).

É que para Castro, imersos no Ciclo do Caranguejo, “toda a vida dessa gente girava sempre em torno de uma só obsessão – a angústia da fome” (CASTRO, p.19). Angústia tão pungente que se torna até mesmo uma questão de linguagem:

Sua própria linguagem era uma linguagem que quase não fazia alusão à outra coisa. A sua gíria era sempre carregada de palavras evocando comidas. As comidas que desejavam com desenfreado apetite. A propósito de tudo se dizia: é uma sopa, é uma canja, é um tomate, é uma ova, é um abacaxi, é uma batata, é pão-pão, é queijo-queijo. Era como se esta gíria fôsse uma espécie de compensação mental de um povo sempre faminto. De um povo inteiro de barriga vazia mas com a cabeça cheia de comidas imaginárias (CASTRO, 1967a, p.19-20).

Além disso, o Ciclo do Caranguejo carrega a conotação de uma estrutura que se reproduz, em um ciclo infinito que ultrapassa não apenas João Paulo, mas todos os moradores de Aldeia Teimosa: “depois de terem um dia saltado para dentro da vida, nesta lama pegajosa dos mangues, dificilmente conseguiriam sair do ciclo do caranguejo, a não ser saltando para a morte¹⁰³ e, assim, se afundando para sempre dentro da lama” (CASTRO, 1967a, p.13). De onde vem a aproximação direta com o caranguejo – “caminhando para trás como caminham os caranguejos” (CASTRO, 1967a, p.13). Visão que acompanhou Castro e a qual ele recorre em outros momentos¹⁰⁴, como no já citado embate com Furtado:

Quanto à região urbana, fui talvez dos primeiros a denunciar aquele fato das mocambópolis em torno da cidade em que nasci, o Recife, com cerca de 150 mil indivíduos vivendo nos mocambos, dentro do “ciclo do caranguejo”: marginais, sem terem nada que fazer, a não ser pescar caranguejo, lançar seus dejetos ali mesmo para o caranguejo comer e comer o caranguejo outra vez. É por isso que eu disse que ali tudo é, foi, ou vai ser caranguejo. E, como se sabe, o caranguejo caminha para trás.

Não havia possibilidade nenhuma de desenvolvimento, senão de regresso econômico e social para aqueles grupos humanos. Longe de mim, portanto, ser contra a industrialização que deve absorver esse excedente de população, que não tem ocupação face de ter sido expulso da zona rural por uma conjugação de fatores naturais e culturais: O fator natural do fenômeno da seca mais o fator de base que é o

¹⁰³ A dimensão da morte é relevante não só para este livro, mas também para *Sete Palmos de Terra e um Caixão* no qual Castro afirma, em relação às Ligas Camponesas, que seu objetivo inicial tinha “muito mais a ver com a morte do que com a vida”: “O objetivo inicial das Ligas fora o de defender os interesses e os direitos dos mortos, não os dos vivos. [...] E para lhes dar o direito de dispor de sete palmos de terra onde descansar os seus ossos e o de fazer descer o seu corpo à sepultura dentro de um caixão de madeira de propriedade do morto, para com êle apodrecer lentamente pela eternidade afora” (CASTRO, 1967b, p. 23). Além disso, podemos ver essa dimensão com destaque em outra obra que já traz no título essa dimensão: *Morte de Vida Severina* (1955) de João Cabral de Melo Neto, a quem Castro dedica agradecimentos especiais no prefácio de *Homens e Caranguejos* que, sendo romance, curiosamente evoca em sua dedicatória obras de “grandes poetas”: Ascenço Ferreira e Joaquim Cardoso.

¹⁰⁴ A ideia já estaria nos contos que compõe o livro *Documentário do Nordeste* de 1937, principalmente aquele intitulado “O Ciclo do Caranguejo”.

subdesenvolvimento da zona rural, a subprodutividade agrícola, o atraso econômico da região (CASTRO, 2012, p.389-390).

Nesse sentido, mais do que simplesmente contrapor sertão e mangue, Castro relaciona-os através de questões estruturais, com ênfase para o êxodo. Além disso, aproxima-os por meio de suas memórias da infância:

Meu pai tinha trazido para o Recife tôda a paisagem viva da sua terra, com os seus bichos, com os seus pássaros. Dentro do sítio, eu respirava uma paisagem transplantada do sertão distante e em frente à casa eu contemplava a paisagem da costa – a paisagem negra do mangue. Criei-me nos mangues lamacentos do Capibaribe cujas águas fluindo diante dos meus olhos ávidos de criança, pareciam estar sempre a me contar uma longa história. O romance das longas aventuras de suas águas descendo pelas diferentes regiões do Nordeste: pelas terras cinzentas do sertão sêco, onde nasceu meu pai e de onde emigrou na sêca de 77 com tôda a família, e pelas terras verdes dos canaviais da zona da mata, onde nasceu minha mãe, filha de senhor de engenho¹⁰⁵ (CASTRO, 1967a, p.18).

Ademais, aponta para uma relação entre ser humano e natureza na qual não é simplesmente o ser humano que tudo domina, o mangue também exerce sua força – “E tudo nesta região passava a pertencer ao mangue conquistador e dominador: tanto a terra como o homem” (CASTRO, 1967a, p.14). Desse modo, Castro confere agência a esta vegetação conquistadora e também criadora, com sua “força estranha, os mangues iam, assim, se apoderando da vida de tôda aquela gente, numa posse lenta, tenaz, definitiva” (CASTRO, 1967a, p.13). É por esta via que algumas análises ressaltam certo naturalismo¹⁰⁶ nesta obra de Castro, apontando para um modo de construção no qual a paisagem deixa de ser um mero cenário onde se desenrolam as ações para assumir o primeiro plano. Paisagem viva que guarda paralelos, por exemplo, com os cajueiros de José Américo de Almeida:

Dobravam-se os galhos em autênticos cotovelos. Acotovelavam-se. Uma varava a copa da outra mais chegada com a vergôntea hostil. Ramos caídos sobre ramos subjugados. E, se era mais rija a refega, engalfinhavam-se, aos sacolejos, fronde com

¹⁰⁵ História sussurrada por ninguém menos que a figura emblemática do rio – “Esta era a história que me sussurrava o rio” – que faz lembrar diretamente os poemas de João Cabral, com destaque especial para *O Rio* (1953), no qual encontramos o eu lírico na figura de um rio que é testemunha de diversas histórias – dos retirantes, dos engenhos, das alterações da paisagem. Um caminho profícuo é analisar mais detidamente as relações entre esses dois autores e suas obras: “É possível fazer a leitura de *Homens e Caranguejos* sob a égide da poesia de João Cabral de Melo Neto. Na trajetória do sertanejo Zé Luiz, expulso de sua terra pela seca, ecoa Morte e Vida Severina, e também *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos” (RONDINI, 2012, p.175).

¹⁰⁶ Um exemplo seria a análise de Grazielle de Oliveira que em vários momentos tece comentários sobre o naturalismo de Castro: “autor recupera a estética naturalista em que o homem é fruto do meio em que vive, por isso tem um caráter animalesco, homem e animal se misturam. Como em vários outros trechos[...]” (OLIVEIRA, 2019, p.74).

fronde, como mulheres que se arrepelam. Nesses atritos, rangendo, gemendo, gingavam, como se quisessem saltar das raízes (ALMEIDA, 1988, p.22).

Interessante observar que a fome em *A Bagaceira* aparece de formas distintas, tanto vinculada à seca, quanto em uma visão estrutural, condensada na personagem João Troçulho: “quando indagado por Lúcio sobre seu maior desejo, diz que é comer até matar a vontade” (LEME, 2021, p.1123). Esse personagem apresenta uma diferença fundamental com relação aos flagelados da seca: “João tinha trabalho, era cortador de cana, tinha morada, mas não tinha comida para matar a fome. Essa fome não era fruto de um descompasso climático ou de algum conflito, era permanente e algo inerente à posição social na qual João estava inserido” (LEME, 2021, p.1123). O que considero relevante assinalar, tendo em vista a representação literária da fome construída por Castro e outras obras, como o caso de *A Bagaceira*, é a estrutura dos romances, no sentido de pensar qual função a fome desempenha em relação a ela, na mesma linha da perspectiva de Antonio Candido. No caso de *A Bagaceira*, a estrutura do romance aponta para uma fome vinculada à seca¹⁰⁷, apesar de abordar a fome de João Troçulho, visto que o livro simula a ocorrência cíclica deste fenômeno em sua própria organização: Ele se inicia com a seca e o êxodo de 1898 – “Os fantasmas estropiados como que iam dançando, de tão trêpegos e trêmulos, num passo arrastado de quem leva as pernas, em vez de ser levado por elas” (ALMEIDA, 1988, p.4) – e se encerra em um verdadeiro ciclo da seca com o retorno dos retirantes – “o ano de 1915 reproduzia os quadros lastimosos da seca. Eram os mesmos azares do êxodo. A mesma debandada patética” (ALMEIDA, 1988, p.113). Assim, é possível afirmar que “o movimento literário da época, apesar de tratar dos dilemas sociais em suas diferentes facetas, estava mais preocupado com a fome gerada a partir de uma crise e dava menos espaço para a fome estrutural” (LEME, 2021, p.1123) apesar de não haver, como destaca a autora,

¹⁰⁷ O mesmo seria possível dizer do romance *A Fome* de Rodolfo Teófilo, que começa no capítulo intitulado Êxodo, no qual somos apresentados à família que iremos acompanhar nos percalços da ida até Fortaleza, e se encerra com volta de parte da família para o sertão – “Freitas, chegara à Fortaleza com mulher e cinco filhos, e voltava apenas com Josefa, Inácio da Paixão, Felipa e Bernardina” (TEÓFILO, 2011. p.360). O romance é, desse modo, estruturado pela seca. Apesar disso, temos também nesse livro o indicativo de um fome estrutural quando, após chegar ao seu destino, a família continua imersa em condições precárias. Porém, diria que o que subjaz a estrutura deste livro é uma relação campo e cidade, na qual a cidade é retratada com particular tom pejorativo como lugar de hipocrisia e corrupção, em contraste com a figura de Manuel de Freitas “descendente de uma das mais antigas e importantes famílias do alto sertão” (TEÓFILO, 2011, p.18). Considerações que não excluem a necessidade de uma leitura mais detida destas obras citadas, o que não poderá ser feito no escopo deste trabalho.

“uma separação estanque dos diferentes entendimentos de fome, e os processos distintos que a formam podem estar contemplados em uma mesma obra” (LEME, 2021, p.1123).

Ainda com relação a *Homens e Caranguejos*, penso que não seria possível falar em termos de um determinismo naturalista nesta obra, pois o que subjaz à construção da trama é a compreensão de que “a fome não era um produto exclusivo dos mangues” (CASTRO, 1967a, p.24). Assim, o enredo do romance aponta para condicionantes sociais, como abordado no primeiro capítulo deste trabalho. Um drama, nesse sentido, universal visto que a “paisagem humana dos mangues se reproduzia no mundo inteiro” (CASTRO, 1967a, p.24):

E, foi assim que, pelas histórias dos homens e pelo roteiro do rio, fiquei sabendo que a fome não era um produto exclusivo dos mangues. Que os mangues apenas atraíam os homens famintos do Nordeste inteiro: da zona da seca e os da zona da cana. Todos atraídos por essa terra da promessa, vindo se aninhar naquele ninho de lama, construído pelos rios e onde brota o maravilhoso ciclo do caranguejo (CASTRO, 1967a, p.24).

Assim, para aqueles que se perguntam se o Ciclo do Caranguejo é uma configuração determinista, espero que o presente trabalho tenha contribuído para apresentar várias nuances à discussão. A ideia de ciclo permite antever o modo como Castro estabelece uma relação entre agência e estrutura – o fenômeno indica a reprodução contínua da fome e da miséria, mas pelo modo como o romance se estrutura é possível afirmar que ele não exclui a agência das personagens, as diversas formas de se apropriar da situação: “Cada personagem desta história é uma linha que desenrola processos múltiplos de exclusão e espoliação, e do outro lado, reinvenção e reapropriação, que permitem ver a condição trágico-heroica do humano no/com o mundo” (MELO, 2012, p.130).

No que diz respeito à relação entre *Homens e Caranguejos* e o chamado romance de 30, mais do que estabelecer uma influência direta e sem nenhuma mediação, o que gostaria de sugerir é um horizonte em comum. Não seria exagero dizer que, ao formular o Nordeste, Josué de Castro tinha em mente uma tradição literária, convenções, formas de dizer e representar o Nordeste que, na década de 60, já estavam bem consolidadas. Como nos mostra Albuquerque Júnior, imagens e enunciados que tornam verossímil aquela região¹⁰⁸. Nesse sentido, é

¹⁰⁸ “A visibilidade e a dizibilidade da região Nordeste, como de qualquer espaço, são compostas também de produtos da imaginação, a que se atribuem realidade. Compõem-se de fatos que, uma vez vistos, escutados, contados e lidos, são fixados, repetem-se, impõem-se como verdade tomam consistência, criam ‘raízes’. São fatos, personagens, imagens, textos, que se tornam arquetípicos, mitológicos, que parecem boiar para além ou aquém da história, que, no entanto, possuem uma positividade, ao se encarnarem em práticas, em instituições, em

importante ressaltar o caráter criador da obra de arte, na qual paira um poder de instituir o real: “Elas são máquinas de produção de sentido e de significado [...] São produtoras de uma dada sensibilidade e instauradoras de uma dada forma de ver e dizer a realidade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.41). Assim, não seria exagero dizer que, ao compor seu próprio romance, é para esta tradição que o autor se volta, tanto num sentido de continuidade, visto que se insere nela produzindo enunciados que participam da elaboração do Nordeste, quanto em um sentido de contestação – o Nordeste construído por ele, apesar de ter como base imagens comuns, apresenta tonalidades próprias.

O Nordeste de Castro, no percurso que estamos tentando traçar até então, é marcado diretamente pela fome. Mesmo ao produzir esta região literariamente por meio de *Homens e Caranguejos* é a representação literária da fome que se sobressai. Nesse sentido, em *Geografia da Fome*, marco de sua obra, temos um Brasil pensado a partir das carências alimentares, dividido entre as áreas de fome endêmica (Norte e Nordeste açucareiro), com carências graves e caráter crônico; as áreas de subnutrição (Sul-Sudeste e Centro-Oeste), com carências parciais e área de fome epidêmica (Sertão Nordestino), com surtos de fome aguda (CARDOSO, 2012, p.527-528). Se pensarmos em relação à convenção que estabelece o sertão nordestino, tendo em vista que “a noção de sertão, de certa forma, ultrapassa a ideia de lugar¹⁰⁹” (CARDOSO, 2012, p.524), podemos perceber a construção de “uma noção *sui generis* desta região”¹¹⁰ na obra de Castro, “contrastando violentamente com a concepção de alguns cientistas, que a

subjetividades sociais. [...] São regularidades discursivas que se cristalizaram como características expressivas, típicas, essenciais da região. Como diz Graciliano Ramos, dificilmente se pode pitar um verão nordestino em que os ramos não estejam pretos e as cacimbas vazias. O Nordeste não existe sem a seca e esta é atributo particular deste espaço. **O Nordeste não é verossímil sem coronéis, sem cangaceiros, sem jagunços ou santos.** O Nordeste é uma criação imagético-discursiva cristalizada, formada por tropos que se tornam obrigatórios, que impõem ao ver e ao falar dele certos limites. **Mesmo quando as estratégias que orientam os discursos e as obras de arte são politicamente diferenciadas e até antagônicas, elas lidarão com as mesmas mitologias, apenas colocando-as em outra economia discursiva” (grifos meus.** ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2012, p.217). Assim, “O que interessa “não é este Nordeste ‘real’, ou questionar a correspondência entre representação e realidade, mas sim a produção desta constelação de regularidades práticas e discursivas que institui, faz ver e possibilita dizer esta região até hoje. Na produção discursiva sobre o Nordeste, este é menos um lugar que um topos, um conjunto de referências, uma coleção de características, um arquivo de imagens e textos” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.79).

¹⁰⁹ Importante ter em mente que a noção de sertão não diz respeito só ao Nordeste e que “vem historicamente acompanhada das ideias de diferenciação cultural e de distância. Apresentam-se recorrentemente junto à palavra ‘sertão’ imagens de ‘longínquo’, muitas vezes de ‘terra ignota’” (CARDOSO, 2012, p.522).

¹¹⁰ (CARDOSO, 2012, p.521).

tinham essencialmente como símbolo da pobreza natural, uma pobreza inexorável e seca” (CARDOSO, 2012, p.522):

Em sua metodologia de análise, a área do sertão nordestino é separada do nordeste litorâneo, sendo destacada como específica e diferenciada pelo autor. Esta área do interior do Nordeste, segundo os escritos de Geografia da Fome, além de ter clima salubre e um povo dotado de uma sabedoria cultural que lhe permite aproveitar satisfatoriamente as múltiplas potencialidades possíveis de sua terra, configura-se como a área de um dos mais equilibrados sistemas alimentares do Brasil, um dos mais harmônicos com as condições de seu meio e clima (CARDOSO, 2007, p.29).

Visão que destoa dos “quadros da representação dominante”, pautada na associação direta entre sertão, seca, retirantes e miséria, que não poderia “imaginar os sertões como outra coisa senão a área da mais pura miséria, o paradigma da miséria” (CARDOSO, 2007, p.30).

Interessante notar na obra de Castro a separação nítida entre dois Nordeste – entre o Nordeste Oriental/Marítimo e o Nordeste Ocidental/Central, “tradicionalmente mais conhecidos como o Nordeste do açúcar e o Nordeste das secas” (CASTRO, 1967b, p.38). Interessante porque esta é uma separação muito utilizada pelos intelectuais do período, ela também constitui, em certo sentido, uma convenção. Assim, aparece em outros autores como o caso de Gilberto Freyre: “[...] há, pelo menos, dois, o agrário e o pastoril; e aqui só se procura ver de perto o agrário. O da cana-de-açúcar, que se alonga por terras de massapê e por várzeas, do norte da Bahia ao Maranhão, sem nunca se afastar muito da costa” (FREYRE, 2013, p.33). No caso de Freyre, existe um foco nesse nordeste “agrário” que, segundo ele, está decadente, mas que já foi “o centro da civilização brasileira”. Desse modo, o “outro Nordeste” é relegado ao livro homônimo de Djacir Menezes.

O curioso é que, tanto Castro, quanto Freyre tentam estabelecer essa distinção baseados em critérios ecológicos, “a verdade é que foi realmente o clima que delimitou os dois nordestes” (CASTRO, 1967, p. 39). E, no caso de Freyre, podemos observar uma linha de argumentação, também presente em Castro, na qual destaca-se a complexidade do objeto e, portanto, a necessidade de uma abordagem ampla: “uma análise demorada, que só se poderá fazer [...] juntando-se vários especialistas para um esforço comum; e reunindo-se toda a documentação possível: a antropológica como a histórica; a sociológica como a psicológica; a geológica como a botânica” (FREYRE, 2004, p.42).

Para Josué de Castro, o complexo alimentar pobre, fruto do impacto do latifúndio e da monocultura que impediram cultivo de outros tipos alimentares e minaram gradativamente a

fertilidade do solo, faz com que o Nordeste açucareiro seja uma das zonas de subalimentação mais acentuada do país e carregue uma das mais marcantes deficiências alimentares – a insuficiência calórica de sua dieta. Se estabelecermos então uma comparação entre as elaborações de Gilberto Freyre e de Josué de Castro a respeito do Nordeste iremos perceber que a relação entre eles se revela muito mais complexa do que uma simples contradição, ambos trabalham com referências em comum, ao mesmo tempo que as mobilizam dentro de sensibilidades próprias.

Freyre, em seu livro *Nordeste*, também irá apontar para a “patologia social da monocultura”¹¹¹: “A monocultura, a escravidão, o latifúndio – mas principalmente a monocultura – aqui é que abriam na vida, na paisagem e no caráter da gente as feridas mais fundas” (FREYRE, 2004, p.38). E chega a usar a metáfora tão presente nas representações do período de um latifúndio que cresce continuamente e “não se cansa de engolir terras”¹¹² (FREYRE, 2004, p.41), uma cultura que tem sido feita “em prejuízo dos interesses gerais da região”¹¹³ (FREYRE, 2004, p.41). Nesse sentido, Freyre caracteriza o “drama da monocultura” e, assim como Castro, relaciona esse fenômeno à fome: “A história natural – como a social – do Nordeste da cana, nestes quatro séculos, é uma história de desequilíbrio, em grande parte causado pelo furor da monocultura. Suas fomes, algumas de suas secas e revoluções são aspectos desse drama” (FREYRE, 2004, p.80).

Além disso, o autor compreende que o problema não está na cana em si, mas no “exclusivismo brutal em que, por ganância de lucro, resvalou o colono português, estimulado pela coroa” (FREYRE, 2004, p.80). Esse “exclusivismo brutal” aponta para uma organização social, o latifúndio e a monocultura enquanto sistemas de exploração da terra, onde o que antes

¹¹¹ (FREYRE, 2004, p.41).

¹¹² O sistema de latifúndio moderno, segundo Freyre, se expressa justamente na usina, que vai degradar e poluir os rios, além de “engolir terras”. Freyre se remete então ao “espírito do senhor latifundiário” que sacrifica terras, animais e pessoas ao açúcar. A partir dessa relação emerge o que o autor chama de “açúcar místico” que passa a dominar os homens ao invés de estar a serviço “da gente da região”: o usineiro é “ele próprio um deformado pelo império do açúcar” (FREYRE, 2004, p.87). Assim, em João Cabral, por exemplo, temos as usinas comendo “as terras que iam encontrando” (MELO NETO, 2007, p.33). Em José Lins do Rego temos “o rumor da usina, o barulho que fazia o monstro comendo cana” (REGO, 2021, p. 95).

¹¹³ Nesse sentido, Freyre está se referindo a um tipo específico de cultivo, a “prática da cultura extensa da cana, desprezando a intensa, que implicaria na solução de problemas como o do mosaico, no cultivo da cana de melhor rendimento, no desenvolvimento da irrigação e do adubo das terras mais concentradas” (FREYRE, 2004, p.41).

era um “todo harmonioso na sua interdependência” (FREYRE, 2004, p.81), na visão de Freyre, se transforma em relações de:

extrema ou exagerada subordinação: de umas pessoas a outras, de umas plantas a outras, de uns animais a outros; da massa inteira da vegetação à cana imperial e todopoderosa; de toda a variedade de vida humana e animal ao pequeno grupo de homens brancos – ou oficialmente brancos – donos dos canaviais, das terras gordas, das mulheres bonitas, dos cavalos de raça. Cavalos de raça tantas vezes tratados melhor que os trabalhadores da bagaceira (FREYRE, 2004, p.81).

Assim, a monocultura teria aprofundado a distância social, “como nenhuma outra força, entre dois grupos de homens – os que trabalham no fabrico do açúcar e os que vivem mal ou voluntariosamente dele” (FREYRE, 2004, p.81). Desse modo, é atribuído a cultura da cana todo um conjunto de relações, ela “aristocratizou o branco em senhor e degradou o índio e principalmente o negro” (FREYRE, 2004, p.97). Também foi responsável pelos “desequilíbrios profundos na vida e na alimentação”¹¹⁴:

Sobretudo da gente das casas de barro, a gente pobre e aparentemente livre, moradora nos engenhos de cana; mas impedida, como se fosse escrava, de criar bicho, de plantar legume, de cultivar a terra de outro jeito que não fosse a serviço – e serviço imediato – da monocultura da cana e dos seus senhores (FREYRE, 2004, p. 109).

É também a partir dela que o autor traça a separação entre duas grandes sub-regiões, entre a pecuária e a lavoura, entre dois Nordeste economicamente divididos em duas grandes atividades: “um verdadeiro sistema balcânico de especialização de áreas de que se tivesse afastado toda a ideia de colaboração entre a lavoura e a criação de gado. Especialização de áreas verdadeiramente belicosas” (FREYRE, 2004, p.110)¹¹⁵. Freyre, assim, institui simbolicamente uma divisão dentro da região e, por mais que esteja ancorada em estruturas econômicas, adquire uma fisionomia tão objetiva quanto sentida¹¹⁶. Ele não está meramente descrevendo a região, mas instituindo-a, adjetivando, positivando ou negatizando traços, destacando ou ocultando

¹¹⁴ “Daí a falta de carne, de leite, de queijo, de legume, de fruta na mesa de grande parte da gente do Nordeste açucareiro [...] contrariando a suposição de que os velhos engenhos patriarcais fossem todos pedaços idílicos de algum extraordinário país de Cócagne” (FREYRE, 2004, p.109).

¹¹⁵ Como resultado, Freyre destaca a importação de produtos animais por parte do Nordeste açucareiro tanto do sul do país quanto do estrangeiro “que podiam vir mais baratos do outro Nordeste” (FREYRE, 2004, p.110).

¹¹⁶ Nesse ponto, vale ter em mente que: “Ninguém poderia hoje sustentar que existem critérios capazes de fundamentar classificações ‘naturais’, separadas por fronteiras ‘naturais’. A fronteira nunca é mais do que o produto de uma divisão a que se atribuirá maior ou menor fundamento na ‘realidade’ segundo os elementos que ela reúne [...] Mas não é tudo: a ‘realidade’, neste caso, é social de parte a parte e as classificações mais ‘naturais’ apoiam-se em características que nada têm de natural e que são, em grande parte, produto de uma imposição arbitrária, quer dizer, de um estado anterior da relação de forças no campo das lutas pela delimitação legítima (BOURDIEU, 1989, p. 114 - 115).

características. O mesmo podemos dizer para todos os autores que versam sobre qualquer região, incluindo Josué de Castro. Neste autor, podemos encontrar uma valoração na qual existe uma “paisagem acolhedora” na zona da mata, em contraste com a “paisagem ríspida” do sertão:

O Nordeste é esse contraste vivo estampado nas duas paisagens: na paisagem acolhedora, envolvente, da área da mata, com sua gradação de verdes, as suas manchas d’água, as suas sombras frescas, e na paisagem ríspida, seca, do sertão, com as suas planícies decampadas, o seu solo pedregoso, o seu céu sempre sem nuvens e o seu sol de fogo (CASTRO, 1967b, p. 39).

Além disso, Josué de Castro chama atenção para o fato de que sua distinção entre o Nordeste do açúcar e o do sertão não se relaciona apenas a uma diferenciação alimentar, mas também produz representações de tipos humanos, como no caso da figura do sertanejo, amplamente explorada na literatura brasileira. Figura que teria “tipo atlético”, mas que, devido a desestruturação econômica provocada pelas secas, em dados momentos faz das plantas bravas (macambira, xiquexique, mucunã, macaúba) seu alimento, em sua luta contra a inclemência do clima e é transformado pela fome em “caçador insuperável” que, por vezes, se faz também cangaceiro. E, no agravamento das secas, irá se tornar a figura do retirante faminto (CASTRO, 1967b).

Além disso, “o sertanejo sempre se sentiu superior ao habitante do brejo, isto é, da área do açúcar, tachando-o de preguiçoso por sua menor capacidade de trabalho” (CASTRO, 1967b, p.53)¹¹⁷. Desse modo, Castro aponta, por meio das carências alimentares, o que seria a base material de diversas representações sobre as populações dessas regiões:

A primeira manifestação clara da carência proteica é o crescimento lento e precário do homem da bagaceira dos engenhos [...] Das carências minerais, sem nenhuma dúvida, a mais generalizada e patente é a carência de ferro que se manifesta sobre a forma de anemia alimentar. Anemia que faz dos habitantes dessa área uns tipos pálidos, chamados pejorativamente de amarelos pelos habitantes de outras zonas, principalmente pelos sertanejos de sangue mais rico, com melhores cores na cara, e que constitui um característico antropológico do homem da área do açúcar, com sua pobreza de hemoglobina por falta de ferro (CASTRO, 1967b, p.53-54).

¹¹⁷ Tipos humanos amplamente elaborados pela literatura, como no caso de *A Bagaceira*: “A colisão dos meios pronunciava-se no contato das migrações periódicas. Os sertanejos eram malvistas nos brejos. E o nome de *brejeiro* cruelmente pejorativo. Lúcio responsabilizava a fisionomia paraibana por esses choques rivais. A cada zona correspondiam tipos e costumes marcados. Essa diversidade criava grupos sociais que acarretavam os conflitos de sentimentos” (ALMEIDA, 1988, p.4).

E encerra afirmando que “contribuem, desta forma, as secas e as fomes periódicas que delas decorrem para a cristalização desses tipos característicos da vida do sertão: o cangaceiro e o beato fanático” (CASTRO, 1967b, p.89).

Assim, Castro constrói em sua obra *Nordestes unidos pela fome*, diversas fomes que caminham para a cidade de Recife:

Depois verifiquei que no cenário da fome no Nordeste, os mangues eram uma verdadeira terra da promessa que atraía os homens vindos de outras áreas de mais fome ainda. Da área das secas e da área da monocultura de cana de açúcar, onde a indústria açucareira, esmagava, com a mesma indiferença, a cana e o homem reduzindo tudo a bagaço (CASTRO, 1967a, p.20).

Para encerrar, gostaria novamente de ressaltar a imbricada relação entre Gilberto Freyre e Josué de Castro. Além de diferenças e semelhanças, o que gostaria de sugerir é uma sensibilidade específica da qual cada um está munido ao elaborar a região. Castro, como apontamos anteriormente, está pautado no fenômeno da fome, assim, quando olha para o *bumba meu boi*, figura muito presente no imaginário da região, o que vê não poderia ser outra coisa que não um “pesadelo de faminto”:

E no *Bumba-meu-boi*, o que eu via era um estranho boi de duas pernas apenas, o mais humano dos bois que eu tinha encontrado na vida, sofrendo como um homem, chorando e se revoltando como gente. E eu me tomava de amores por aquele boi magro e sêco, tão magro e tão sêco que, na verdade, era só cabeça e na cabeça era só chifres (CASTRO, 1967a, p.22).

O *Bumba-meu-boi* era apenas um pesadelo de faminto. De faminto sonhando com um boi-fantasma que cresce diante de seus olhos compridos mas, cujas carnes, desaparecem debaixo das apalpadelas de suas mãos (CASTRO, 1967a, p.24).

Já em Freyre, observamos essa mesma figura em uma argumentação que versa sobre o boi e o cavalo enquanto expressões de um sistema de relações específico, “que dividiu os homens e suas habitações e a própria paisagem, em metades tão diferentes e até antagônicas” (FREYRE, 2004, p.97). Assim, o cavalo funcionaria como símbolo da casa-grande enquanto que o boi harmonizaria com a senzala, ou mesmo com o mucambo:

Vagarosos, mas constantes, os pobres dos bois. Para se alimentarem, nenhum luxo. E uma capacidade quase mística para o sofrimento, para a rotina, para o serviço do homem. [...] Quando depois o boi associou-se também aos dias alegres do negro de engenho – os de dança, de cachaça, de festa – na figura do *bumba meu boi*, é natural que o negro tenha feito desse drama popular um meio de expressão de muita mágoa recalçada: a glorificação do boi, seu companheiro de trabalho, quase seu irmão. Já houve quem enxergasse no *bumba meu boi* “a sátira dorida do negro e do índio oprimidos contra a prepotência do branco”. Talvez haja aí exagero e um pouco de retórica. O que principalmente se sente no grande drama popular do Nordeste [...] é a

glorificação da figura do boi; sua exaltação; sua apologia [...] A figura máscula, dominadora, poderosa e até terrível do drama (FREYRE, 2004, p.106-107).

Em Freyre, podemos observar de perto o procedimento de estabelecer predominâncias¹¹⁸, a partir do qual mesmo ao falar do impacto pernicioso do latifúndio, como Castro, está próximo, mas extremamente distante dele:

Que elemento da natureza regional agiu mais poderosamente no sentido de regularização da vida econômica e social dos colonos do Nordeste que esses rios pequenos do extremo Nordeste e da Bahia? Rios do tipo do Beberibe, do Jaboaão, do Uma, do Serinhaém, do Tambaí, do Tibiri, do Ipojoca, do Pacatuba, do Itapuá. Junto deles e dos riachos das terras de massapê se instalaram confiantes os primeiros engenhos. **Rios as vezes feios e barrentos, mas quase sempre bons e serviçais, prestando-se até a lavar os pratos das cozinhas das casas-grandes e as panelas dos mucambos.** A confiança dos homens nesses rios não se pode dizer que fosse traída. A não ser por alguma seca terrível ou por alguma cheia extraordinária, uma ou outra vez; e pelas “febres das ribeiras” ou por doenças trazidas da África pelos escravos, numa como vingança contra os **seus senhores nem sempre maus (grifos meus.** FREYRE, 2004, p.59-60).

A partir de trechos como esse podemos perceber um procedimento mais amplo que se utiliza da figura também emblemática do rio, esse grande símbolo nas representações sobre o Nordeste, para realizar o que poderíamos chamar de harmonização¹¹⁹, aproximar extremos. Procedimento que podemos encontrar ao longo de toda sua obra, principalmente, em *Casa Grande e Senzala*:

O livro possui uma qualidade fundamental: ele une a todos, casa-grande e senzala, sobrados e mucambos. Por isso ele é saudado por todas as correntes políticas, da direita à esquerda. O livro possibilita a afirmação inequívoca de um povo que se debatia ainda com as ambiguidades de sua própria definição. Ele se transforma em unidade nacional (ORTIZ, 2012, p.42).

Assim, o que emerge é uma sensibilidade, uma forma de ver que, neste sentido, muito se distancia de Castro. Aquilo que faz com que Albuquerque Júnior fale em termos de um espaço da saudade¹²⁰.

¹¹⁸ “diferenças, sem dúvida, existiram, mas a gente tem que considerar, quando faz sociologia da história, as predominâncias” (FREYRE, 2004, p.225). Procedimento que leva Freyre a afirmar, ainda na mesma entrevista: “Mas você diz: Não houve senhores cruéis? Houve, mas outra vez voltamos ao problema da predominância. A predominância foi a madrinha de Joaquim Nabuco, aquela dona Ana Rosa que vivia cercada de escravos que se consideravam seus filhos. Essa foi a predominância” (FREYRE, 2004, p. 232).

¹¹⁹ Ideia defendida no livro *A Tradição (re)descoberta*, onde a autora afirma: “a harmonização regional escondia principalmente a polarização que mantinha esticada a tensão entre dominantes e dominados” (D’ANDREA, 2010, p.67).

¹²⁰ O autor apresenta como romancistas representantes dessa construção: Gilberto Freyre, José Américo de Almeida, José Lins do Rego e Rachel de Queiroz. Nessa sociabilidade, o Nordeste funciona como “espaço da

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma de suas principais características era a capacidade de prever, fruto de uma inteligência muito aguda, o que o levou a antecipar-se no seu tempo (CHAVES, 1983, p.176)

Era um homem de ação. Dotado de profundos e amplos conhecimentos teóricos, não se perdia no irrealismo, na utopia, na atitude primórica ou contemplativa. Era um antecipado (GUIMARÃES, 1983, p.54)

Ao longo deste trabalho, nas entrelinhas, perseguiu-se uma indagação que surgiu a partir da leitura do livro de Albuquerque Júnior: como posicionar Josué de Castro? Como pensá-lo em relação as discursividades que instituem o Nordeste, postas no livro de Albuquerque Júnior, visto que o próprio autor apenas menciona Castro brevemente¹²¹. Distante do discurso técnico de Celso Furtado, mais longe ainda do espaço da saudade de Freyre, Castro estaria no rol dos escritores que compõem os “territórios da revolta” de Albuquerque Júnior. Porém, cabe aqui destacar uma das contribuições centrais desta obra: mesmo aqueles que produzem o Nordeste “pelo avesso” também “ficam presos, no entanto aos mesmos temas, imagens e enunciados consagrados e cristalizados pelos discursos tradicionalistas” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.47). Nesse sentido, tanto Josué de Castro quanto Gilberto Freyre, ou os demais intelectuais citados, construíram discursos sobre o Nordeste e, talvez o ponto mais importante, instituíram essa região.

Tendo percorrido todo o itinerário desse trabalho, ainda considero uma questão difícil situar Josué de Castro em relação a esta nova forma de ver e dizer o Nordeste, nos termos de Albuquerque Júnior. Saio do trabalho com mais dúvidas e indagações do que quando comecei, tudo caminhou para uma grande inconclusão. Por isso optei por abordar Josué de Castro tanto pela sua trajetória quanto por sua representação literária da fome, tendo em vista esse problema mais amplo que diz respeito as discursividades sobre o Nordeste. O que posso afirmar até aqui

saudade dos tempos de glória, saudades do engenho, da sinhá, do sinhô, a Nega Fulô, do sertão e do sertanejo puro e natural, força telúrica da região” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.47). Como contraponto, apresenta como autores do território da revolta, responsáveis pela inversão daquele Nordeste da saudade: Jorge Amado, Graciliano Ramos e João Cabral de Melo Neto. Nas palavras do autor: “Nordestes onde não mais se sonha com a volta ao passado, mas com a construção do futuro, e que guarda com aquele familiaridades, como a negação da modernidade e do sistema capitalista, em nome da construção de uma nova sociedade” (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2011, p.47).

¹²¹ Albuquerque Júnior comenta brevemente que duas obras foram essenciais para a inversão do Nordeste da saudade – *O Outro Nordeste* (1937) de Djacir Menezes e *Geografia da Fome* (1946) de Josué de Castro.

é que Josué de Castro foi um intelectual muito relevante e que sua obra foi um marco, uma contribuição essencial para a compreensão da fome em seu período, por meio da sistematização dos conceitos de fome endêmica e epidêmica. Um dos méritos de Castro está em destacar as múltiplas facetas desse fenômeno, principalmente o caráter de uma fome estrutural. Em relação a *Homens e Caranguejos*, encontramos uma representação literária da fome que integra a estrutura do romance, revelando a centralidade dessa categoria tanto para seu projeto literário, quanto político e científico. As diversas esferas nas quais ele se inseriu geram um todo imbricado que tem como linha condutora a temática da fome. Além disso, acho importante destacar a relação complexa desse intelectual com o período, as contribuições do autor ganham força se reconhecemos que elas carregam muito de seu contexto, para além de uma mera inventividade abstrata.

Também é razoável considerar que, mesmo não se enquadrando estritamente nas definições traçadas por Albuquerque Júnior em seu território da revolta, Castro está produzindo discursos e, mesmo os mais estritamente tidos como “científicos” ou “objetivos”, também participam de uma construção discursiva que institui a região. Em muitos casos Castro inclusive se contrapõe ao que seriam concepções errôneas sobre a região e traça um Nordeste não mais condenado pela seca e pelo clima, mas sim por sua estrutura agrária, pelo latifúndio, pela monocultura, o que aponta para um ponto central de sua trajetória, a defesa de uma reforma agrária como forma de superar as estruturas arcaicas. Nesse sentido, vemos um paralelo com Freyre que, em *Nordeste*, já apontava para os impactos do latifúndio em todas as esferas da organização brasileira – na terra, na água, nos animais, nos seres humanos. Porém, ambos têm projetos distintos, apesar de constantemente se remeterem os mesmos objetos e temas. É nesse sentido que penso a discursividade e as imagens comuns sobre o Nordeste de que tanto fala Albuquerque Júnior. Ao construir seus projetos para a região, ambos se remetem a um arcabouço de imagens e temas comuns, consolidando a existência de uma tradição de representações sobre o Nordeste. Nas palavras de Albuquerque Júnior, “Nordeste, um feixe de recorrências” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 2011, p.80).

Porém, considero que ainda há muito por vir e encerro este trabalho apontando para a continuidade dessa pesquisa, pois acredito que ainda há muito a se dizer, principalmente se trocarmos a chave de leitura atual para pensarmos a partir do conceito de estruturas de sentimento de Raymond Williams. Ao pensar esse conceito em relação a figuras emblemáticas

como o caso de Josué de Castro, Gilberto Freyre, José Lins do Rego e mesmo outros autores não mencionados no trabalho, como o caso de Ariano Suassuna, Gastão de Holanda, Mauro Mota, dentre outros, o que se sobressai, na verdade, seriam relações peculiares, verdadeiras formas de pensar e sentir a região.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste**. 5ª Edição. São Paulo: Cortez, 2011.

ALMEIDA, José Américo de. **A Bagaceira**. 25ª Edição. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1988.

AMORIM, Helder Remigio de. **“Um pequeno pedaço do incomensurável”**: A trajetória intelectual e política de Josué de Castro. 2016. 266f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2016.

AMORIM, Helder Remígio de. “Um pequeno pedaço do incomensurável”: a trajetória intelectual e política de Josué de Castro. In: **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História** - Contra os preconceitos: História e Democracia, Brasília, p. 1-10, 2017.

ASCOFAM, Secretaria Geral, Seção Brasileira (org.). **O Drama Universal da Fome**. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

BARROS, Luitgarde Oliveira Cavalcanti. Josué de Castro, um homem do século XX: ciência, educação e consciência política na reconstrução do mundo. In: SILVA, Tânia Elias Magno (org.). **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, p.230-262, 2012.

BOURDIEU, Pierre. A identidade e a representação: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **As regras da arte**: gênese e estrutura do campo literário. 1ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas**: sobre a teoria da ação. 9ª Edição. Campinas: Papirus Editora, 2008.

BOURDIEU, Pierre. O Campo Científico. In: ORTIZ, Renato (org.). **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.

CANDIDO, A. A personagem do romance. In: CANDIDO, A.; ROSENFELD, A.; PRADO, D. A. e GOMES, P. S. **A Personagem de Ficção**. 13ª Edição. São Paulo. Editora Perspectiva, 2014.

CANDIDO, A. **Literatura e Sociedade**. 13ª Edição. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2019.

CANDIDO, A. **De Cortiço a Cortiço**. In: Novos Estudos Cebrap. Edição 30, Volume 2, Julho de 1991.

CASTRO, Josué de. Casa Grande e Senzala. **Diário da Manhã**, Pernambuco, 03 de fev. de 1934.

CASTRO, Josué de. O Moleque Ricardo. **Diário Carioca**, Pernambuco, 01 de set. de 1935.

CASTRO, Josué de. **Documentário do Nordeste**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1957.

CASTRO, Josué de. **Geografia da Fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. 10ª Edição. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984

CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

CASTRO, Josué de. **Homens e Caranguejos**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967a.

CASTRO, Josué de. Pedro Bloch Entrevista Josué de Castro. In: **Josué de Castro: Perfis Parlamentares 52**. Brasília: Plenarium, 2007.

CASTRO, Josué de. Entrevista com Josué de Castro. In: **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, 2012.

CASTRO, Josué de. **Sete palmos de terra e um caixão: ensaio sobre o Nordeste, área explosiva**. 2ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1967b.

CARDOSO, Tayguara Torres. **O novo Nordeste: Celso Furtado, Josué de Castro e o debate sobre desenvolvimento e sertão nordestino nos anos 50**. 2007. 146f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

CARDOSO, Tayguara Torres. Josué de Castro e os sertões nordestinos: os sertões de Geografia da Fome. SILVA, Tânia Elias Magno (org.). **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, p.520 - 542, 2012.

CHAVES, Nelson. Conferência sobre Josué de Castro. In: **Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro: Depoimentos**. Recife: Academia Pernambucana de Medicina/ UFPE, p. 173– 181, 1983.

CHAVES, José Afonso. “**Rigorous Horizonte**”: Estudo sociológico sobre a gênese do estilo antilírico de João Cabral de Melo Neto. 2010. 205 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

D’ANDREA, M. S. **A tradição re(des)coberta**: Gilberto Freyre e a literatura regionalista. 2ª Edição. São Paulo: Editora Unicamp, 2010.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande e Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. 48ª ed. São Paulo: Global, 2001.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil. 7. ed. rev. São Paulo: Global, 2004.

FREYRE, Gilberto. **Manifesto regionalista**. 7.ed. Recife: FUNDAJ, Ed. Massangana, 1996. p.47-75.

FURTADO, Celso; CASTRO, Josué de. Operação Nordeste: dois nomes, duas opiniões. In: SILVA, Tânia Elias Magno (org.). **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, p.383-403, 2012.

FURTADO, Celso. O teórico do subdesenvolvimento. In: OLIVEIRA, Francisco de (org.). **Celso Furtado**: economia. São Paulo: Ática, p. 42-78, 1983.

GUMARÃES, Barreto. In: **Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro**: Depoimentos. Recife: Academia Pernambucana de Medicina/ UFPE, p. 47 – 55, 1983.

LEME, Adriana Salay. Josué de Castro e as metamorfoses da fome no Brasil, 1932-1946. **História, Ciências, Saúde**, Manguinhos, Rio de Janeiro, v.28, n.4, p.1115-1135, out -dez 2021.

LIMA, Jamesson Ferreira. Consciência contra a fome. In: **Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro**: Depoimentos. Recife: Academia Pernambucana de Medicina/ UFPE, p. 95 – 125, 1983.

LUDERMIR, Bernardo. Josué e as circunstâncias. In: **Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro**: Depoimentos. Recife: Academia Pernambucana de Medicina/ UFPE, p. 57 – 71, 1983.

MAGALHÃES, Rosana. **Fome: uma (re)leitura de Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1997.

MAGALHÃES, Rosana. **A política da fome: revisitando a obra de Josué de Castro**. In: SILVA, Tânia Elias Magno (org.). **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, p.578-584, 2012.

MARQUES, Arnaldo. Josué de Castro: sua figura de professor. In: **Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro: Depoimentos**. Recife: Academia Pernambucana de Medicina/ UFPE, p. 21 – 45, 1983.

MELO, Normando Jorge de Albuquerque. Josué de Castro antes da fome. **Revista Aurora**, v. 4, n. 1, jan. 2011. Disponível em:<<https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/aurora/article/view/1251>>. Acesso em: 17/02/2022.

MELO, Normando Jorge de Albuquerque. Josué de Castro: um compromisso ético, estético e pedagógico. In: SILVA, Tânia Elias Magno (org.). **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, p.108 - 140, 2012.

MELO, Marcelo Mário de; NEVES, Teresa Cristina Wanderley. Um homem interessado no espetáculo do mundo. In: **Josué de Castro: Perfis Parlamentares 52**. Brasília: Plenarium, 2007.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina e outros poemas**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. Josué de castro e o combate ao neomalthusianismo. **História econômica & História de empresas**, vol. 17, n.2, p. 353-375, março de 2015.

MENDONÇA, Marina Gusmão de. **O combatente da fome: Josué de Castro 1930 – 1973**. 1ª Edição. Bauru: Canal 6 Editora, 2021.

MENEZES, Anna Waleska Nobre Cunha de. **Os embates entre ciência e política na experiência parlamentar de Josué de Castro**. 2012. 297 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. Josué de Castro: cientista social. In: SILVA, Tânia Elias Magno (org.). **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, p.306 - 342, 2012.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. A contribuição de Josué de Castro para o sistema e a política nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. In: SILVA, Tânia Elias Magno (org.). **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, p.604-623, 2012.

NASCIMENTO, Renato Carvalheira do. O resgate da obra de Josué de Castro, onde estamos? **Cronos**, Natal-RN, v. 10, n. 1, p. 43-50, jan./jun. 2009.

NOGUEIRA, Maria Aparecida Lopes; SANTOS, Mercês. Sociedade dos mangues: Josué de Castro, sempre. In: SILVA, Tânia Elias Magno (org.). **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, p.75-104, 2012.

OLIVEIRA, Grazielle Rodrigues de. **O Som ao redor e Homens e Caranguejos: a construção do ponto de vista e a representações socioespacial nas narrativas**. 2019. 126f. Dissertação (Mestrado em Literatura Comparada) – Universidade Federal da Integração Latino-Americana, Foz do Iguaçu, 2019.

OLIVEIRA, Thiago Azevedo Sá de. **“O Leitor verá...”**: O itinerário da obra literária de Josué de Castro. 2019. 226f. Tese (Doutorado em Letras) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2019.

ORTIZ, Renato. **Cultura Brasileira e Identidade Nacional**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

PRESTES, Mateus Litwin. O pensamento de Josué de Castro e a geografia brasileira. **Revista Geográfica de América Central**, vol. 2, p. 1-15, jul./dez., 2011.

RAMOS, Herodoto Pinheiros. Josué de Castro, um Homem de Saúde Pública. In: **Ciclo de Estudos sobre Josué de Castro: Depoimentos**. Recife: Academia Pernambucana de Medicina/ UFPE, p. 77 – 93, 1983.

REGO, José Lins do. **Usina**. 21ª Edição. São Paulo: Global Editora, 2021.

REZENDE, Maria José de. Geografia da Fome: um estudo pioneiro sobre a fome no Brasil.

RIBEIRO JUNIOR, José Raimundo Sousa. Uma resposta política para a fome: Josué de Castro e as Ligas Camponesas. **GEOgraphia**, v. 22, n. 48, p. 107- 119, jun. 2020.

RONDINI, Luiz Carlos. Homens e Caranguejos: o diálogo entre arte, vida e ciência. SILVA, Tânia Elias Magno (org.). **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, p.163-181, 2012.

SILVA, Mercês de Fátima dos Santos. **Josué de Castro: Pensamento e ação - A gênese do Plano de Segurança Alimentar**. 2010. 128f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2010.

SILVA, Tânia Elias M. Josué por ele mesmo: o diário. In: SILVA, Tânia Elias Magno (org.). **Josué de Castro**. Rio de Janeiro: Fundação Miguel de Cervantes, p.30 - 67, 2012.

SORRE, Max. Prefácio da edição Francesa. In: CASTRO, Josué de. **Geopolítica da Fome**. 6ª Edição. São Paulo: Editora Brasiliense, 1961.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O Espetáculo das Raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

TEÓFILO, Rodolfo. **A Fome: cenas da seca do Ceará**. São Paulo: Tordesilhas, 2011.

VASCONCELOS, Francisco de Assis Guedes de. Fome, eugenia e constituição do campo da nutrição em Pernambuco: uma análise de Gilberto Freyre, Josué de Castro e Nelson Chaves. **História, Ciências, Saúde — Manguinhos**, vol. 8, n.2, p. 315-339, jul.-ago. 2001.

VIEITES, Renato Guedes. **Análise das ideias de Evgeny Pavlovsky e Maximilien Sorre nos estudos de Samuel Pessoa, Luiz Jacintho da Silva e Josué de Castro: Uma abordagem geográfica**. 2016. 165 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.